

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA RURAL**

**ANÁLISE DOS CUSTOS TRANSACIONAIS NO
MERCADO DE CAFÉ ORGÂNICO ESTADO DO CEARÁ**

DANIEL FERNANDES DE ARAÚJO

**FORTALEZA
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

DANIEL FERNANDES DE ARAÚJO

**ANÁLISE DOS CUSTOS TRANSACIONAIS NO
MERCADO DE CAFÉ ORGÂNICO ESTADO DO CEARÁ**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Mestrado em Economia Rural, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre.

Orientadora:

Prof^a. Ph. D^a Maria Irlles de Oliveira Mayorga

**FORTALEZA
2009**

DANIEL FERNANDES DE ARAÚJO

**ANÁLISE DOS CUSTOS TRANSACIONAIS NO
MERCADO DE CAFÉ ORGÂNICO ESTADO DO CEARÁ**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Mestrado em Economia Rural, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre.

Aprovada em ____ / ____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Ph. D^a Maria Irles de Oliveira Mayorga
Universidade Federal do Ceará – UFC
Orientadora

Dr. Carlos Roberto Machado Pimentel
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA

Prof. Ph.D Ruben Dario Mayorga
Universidade Federal do Ceará – UFC

*Ao meu pai, Francisco Nazaré Barros de Araújo,
À minha mãe, Elenita Fernandes,
À minha irmã, Daniela Fernandes de Araújo*

DEDICO

AGRADECIMENTOS

À minha irmã, Daniela, quem sempre me deu apoio para seguir adiante. Aos amigos Sergiany da Silva Lima; Felipe Alves Reis; Fábio de Assis Lobo do Sousa os quais sempre nas conversas informais contribuíram de uma forma ou de outra para realização desse trabalho Ao Dr. Pimentel, por participar da banca e contribuir com seu olhar crítico a essa pesquisa. À Prof^ª. Dra. Irlles, pela colaboração decidida como orientadora dessa dissertação. À Universidade Federal do Ceará – UFC e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela oportunidade concedida. Aos produtores, pela valiosa participação nas informações fornecidas.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar os custos de transação na produção de café orgânico produzido na região da Serra de Baurité, Meruóca e Ibiapaba no Estado do Ceará. Foi utilizado a teoria dos custos de transação para determinar os fatores que a produção de café orgânico no Estado do Ceará. Para a obtenção dos dados primários foram aplicados questionários de forma proporcional à importância da produção em cada município na produção total do Estado. Foram usados também dados secundários de órgãos oficiais. Os resultados demonstram que os principais problemas enfrentados pelos pequenos produtores de café orgânico do Estado do Ceará são: a ausência de assistência técnica; falta de coordenação da cadeia produtiva do produto capaz de fornecer uma certificação do produto, crédito e mão-de-obra à atividade. Os produtores não têm acesso à infra-estrutura e ao suporte técnico adequados para a produção do produto com a qualidade exigida pelos padrões nacionais para competir em nível nacional e, conseqüentemente, em nível internacional. Além disso, carecem de uma assessoria técnica e jurídica à produção e às atividades comerciais, que permitam a inserção nesse mercado.

Palavras-chave: café orgânico; custos de transação; assistência técnica; comercialização, Estado do Ceará.

ABSTRACT

The present work has the principal objective the transaction costs analysis the in the production of organic coffee produced in the region of the Mountain range of Baurité, Meruóca and Ibiapaba in the State of the Ceará. I was used the theory of the costs of transaction in order that determine the factors that the production of organic coffee in the State of the Ceará. For getting the primary data were applied questionnaires of proportional form the importance of the production in each local authority in the total production of the State. Secondary data of official organs were used also. The results demonstrate that the principal problems faced by the small producers of organic coffee of the State of the healthy Ceará: the absence of technical back-up; lack of co-ordination of the productive chain of the product able to supply a certification of the product, credit and labour to activity. The producers have no access to the infrastructure and to the technical support adapted for the production of the product with the quality demanded by the national standards to compete in national level and, consequently, in international level. Besides, they lack for a technical and legal advisory body to the production and to the commercial activities, that they allow the insertion at this market.

Key words: organic coffee; costs of transaction; technical assistance, State of Ceará.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| 1. Principais Correntes de pensamento ligado ao Movimento Orgânico e seus precursores. | 23 |
| 2. Áreas que compõem a NEI. | 47 |
| 3. Especificidade dos Ativos | 51 |
| 4. Diagrama Contratual Simplificado | 52 |
| 5. Esquema de Três Níveis da Nova Economia Institucional | 53 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-----|--|----|
| 1. | Produção de Café em Coco na Região – 2002 | 55 |
| 2. | Número de agricultores de café orgânico pesquisados na Região da Serra da Meruóca, de Ibiapaba, de Baturité | 59 |
| 3. | Área das propriedades produtora de café orgânico pesquisadas na Região da Serra da Meruóca, de Ibiapaba, de Baturité | 60 |
| 4. | Número de Famílias e de pessoas que trabalham com Café Orgânico na Região da Serra da Meruóca, de Ibiapaba, de Baturité | 61 |
| 5. | Número de Produtores que Associam o Café com outra Atividade na Região da Serra da Meruóca, de Ibiapaba, de Baturité | 65 |
| 6. | Principais Características da Produção de Produção do Café Orgânico na Região da Serra da Meruóca, de Ibiapaba, de Baturité | 66 |
| 7. | Variedades Afirmadas pelos Agricultores nas Regiões das Serras da Meruóca, de Ibiapaba, de Baturité | 66 |
| 8. | Problemas na produção Apontados pelos Produtores de Café Orgânico na Região da Serra da Meruóca, de Ibiapaba, de Baturité | 67 |
| 9. | Problemas na Comercialização enfrentados pelos Produtores de Café Orgânico na Região da Serra da Meruóca, de Ibiapaba, de Baturité | 70 |
| 10. | Análise dos preços médios de diárias e saca do café orgânico na Região da Serra da Meruóca, de Ibiapaba, de Baturité | 71 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.1. Problema e Sua Importância | 12 |
| 1.2. Hipótese | 14 |
| 1.3.1. Objetivo Geral | 14 |
| 1.3.2. Objetivos Específicos | 14 |
| 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 15 |
| 2.1.1. Evolução do conceito de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável | 15 |
| 2.1.2 Correntes da Agroecologia | 19 |
| 2.1.3 Definições dos principais conceitos | 24 |
| 2.1.4 Nova Economia Institucional – NEI | 24 |
| 2.1.5 Economia dos Custos Transacionais – ECT | 27 |
| a) Custos de Transação | 28 |
| b) Definições dos Custos de Transação | 30 |
| c) Custo de transação: o Conceito | 31 |
| d) Moral Hazard | 32 |
| e) Racionalidade | 33 |
| f) Oportunismo | 35 |
| g) Instituições | 36 |
| h) Estrutura de Governança | 37 |
| i) Transações | 37 |
| j) Especificidade dos Ativos | 38 |
| l) Dimensão das Transações | 43 |
| m) Dimensão da Frequência | 43 |
| n) Ambiente Institucional | 44 |
| o) Estrutura de Governança | 46 |
| p) Dimensão da Incerteza | 48 |
| q) Contratos | 49 |
| r) Direito de propriedade | 51 |
| 2.2 Ambiente Institucional e Estrutura de Governança | 53 |
| 3. MATERIAL E MÉTODOS | 55 |
| 3.1. A área Geográfica de Estudo | 55 |
| 3.2 Justificativa da Área Geográfica de estudo | 56 |
| 3.4 Métodos de Análise | 58 |
| 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS | 60 |
| 4.1 O Café Agroecológico no Estado do Ceará | 60 |
| 4.2 Conservação Ambiental | 67 |
| 4.3 Identificação dos Custos Transacionais | 68 |
| 4.4 Problemas na Comercialização | 69 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 72 |
| 6. BIBLIOGRAFIA | 73 |
| APÊNDICE | |
| ANEXO | |

1. INTRODUÇÃO

O crescimento constante da população humana, bem como a elevada densidade populacional nos grandes centros urbanos mostra que o atual modelo de desenvolvimento apresenta-se como insustentável dentro de uma perspectiva de desenvolvimento ao longo do tempo. Tal situação provoca grandes efeitos degradadores na natureza devido ao impacto sobre os recursos naturais e conseqüentemente à totalidade dos resíduos gerados por esta mesma população (ROHDE, *apud* CAVALCANTI, 2003).

No sistema de produção, baseados na falsa premissa da disponibilidade irrestrita dos recursos naturais, aliado, também à ausência de atenção quanto aos resíduos oriundos dos processos produtivos, ocasionam efeitos danosos à natureza em decorrência da visão apenas do aspecto econômico, ou seja, do crescimento do PIB – Produto Interno Bruto, o qual estabelece como objetivo principal à maximização da produção e do lucro, em detrimento de outros fatores importantes, como os aspectos ambientais e sociais.

As alterações ambientais mostram os impactos causados por este modelo na capacidade de assimilação da natureza dos resíduos utilizados pela atividade econômica onde vale citar o efeito estufa como exemplo: os gases da combustão de fontes de energia fósseis (dióxido de carbono, metano, CFC - compostos cloro flúor carbono), óxido nitroso, dentre outros. Favorecem a ocorrência do referido efeito estufa e da destruição da camada de ozônio com impactos negativos diretos e indiretamente ao homem.

No sistema agrícola dito moderno não é diferente, inclusive com efeitos mais diretos no homem. (CALLIARI, 1990) cita dados relativos ao estudo de 600 casos de anomalias causadas pelo uso de agrotóxico no Rio Grande do Sul, e também de possíveis evidências de câncer em trabalhadores rurais que utilizavam tais produtos.

SALES, (2000), aponta um relatório recente do comitê instituído pelo Conselho de Pesquisa dos EUA, o qual identificou aspectos negativos da agricultura praticada atualmente concluindo que: a agricultura é a maior fonte difusa de poluição d'água da superfície do solo agrícola dos EUA; os pesticidas e os nitratos são detectados nos aquíferos subterrâneos em muitas regiões agrícolas dos EUA; a erosão é ainda um grande problema nos EUA; as resistências de pragas aos inseticidas tende a aumentar; os custos do Programa Federal de Agricultura elevaram-se drasticamente.

De acordo com MAPURUNGA, (2000), os desequilíbrios ecológicos e econômicos causados pelo sistema convencional de produção, afetam a viabilidade do setor agrícola, não

somente para as gerações atuais como também para as futuras. Devendo, pois ser considerado o caráter limitado dos recursos. Os recursos naturais se constituem em insumos básicos para a produção de bens e, como os demais fatores produtivos, são limitados e tem que ser combinados, de modo a atender as necessidades dos consumidores. Além de sua limitação, alguns recursos naturais, mesmo os renováveis, possuem o agravante de serem escassos se não forem usados de maneira sustentável. A reunião de dados *in loco* juntamente com os dados dos órgãos oficiais levanta a dúvida se é possível rearranjar o sistema de comercialização do café orgânico do Estado do Ceará.

Em face disto, surge a necessidade de um modelo alternativo que assegure as condições da sustentabilidade econômica, social e ambiental. O modelo de produção orgânica pode, pelo menos em parte, apresentar-se como uma solução viável a este grave problema.

1.1. Problema e Sua Importância

Primeiramente é necessário fazer uma ressalva sobre o estudo do café produzido e comercializado no mercado do Estado do Ceará. O Café será tratado sempre como orgânico, pois apresenta todas as características de café orgânico e já fôra uma vez certificado por uma empresa suéca, apesar de hoje esta certificação internacional tenha se expirado, sendo então comercializado como café comum. O presente trabalho tem tal fato como o desencador do presente estudo. Para tanto, utilizando dados coletados *in loco*, poder trabalhá-los dentro da Áreas Científicas da: Política Agrícola; Economia dos Recursos Naturais e Comercio Internacional. Tais áreas devem ser trabalhadas interdisciplinarmente.

O presente trabalho tem como foco a análise da produção de café orgânico no Estado do Ceará ligado ao setor primário da Economia, e trata do contrato de compra e venda na comercialização de café orgânico. O estudo está inserido na Nova Economia Institucional - NEI, na vertente da Economia dos Custos Transacionais - ECT incluindo conceitos como Custos Transacionais e Estrutura de Governança. Sabemos, segundo PRIMAVESI, (1992) que os conceitos da agroecologia e do desenvolvimento sustentável são diferentes, porém são altamente conciliáveis, pois os elementos que fazem parte do sistema produtivo são os mesmos como: água, solo, energia, trabalho inter-relacionados de maneira equilibrada.

O problema central deste trabalho é que o sistema de produção atual do café agroecológico¹ produzido no Ceará evidencia elevados custos de transação na produção de café orgânico. Apesar de ser uma alternativa estratégica de desenvolvimento local sustentável desta região; não estar sendo posta em prática, pois há um enorme desajuste na estrutura produtiva de modo que impede que os mercados externos, mais vantajosos, sejam abertos para que o café orgânico seja comercializado.

A forma de cultivo estabelecida é o sistema agroflorestal², o qual atenua a intervenção do homem no ecossistema, sem que ocorra degradação dos recursos naturais, sendo que estudo realizado por SEVERINO & OLIVEIRA, (2000), demonstrou similaridades nas variáveis analisadas entre as áreas cultivadas e a mata nativa da região. Deve-se evidenciar que esta forma de cultivo do café pode ser melhorada para que também garanta uma fonte de receita aos produtores trazendo desenvolvimento econômico, mas também social e ambiental, uma vez que se conquiste o mercado consumidor interno e externo, e assim os custos de transação e seja adotado uma decisão quanto a assessoria técnica e jurídica para este produto. Outras formas de produção agrícola alternativa existem, as quais, atenuam as ações degradantes da intervenção do homem no ecossistema, bem como a tentativa de evitar a grande dependência de insumos externos da unidade produtiva, todas elas confrontando-se com o modelo de produção agrícola convencional, também chamado “moderno”. Portanto cabe o seguinte questionamento: é possível viabilizar a produção do café orgânico no Estado do Ceará, mediante a adequação dos custos de transação que permitem atingir o mercado interno e externo? O presente trabalho será organizado da seguinte forma: Capítulo I – Introdução; Capítulo II – Fundamentação Teórica; Capítulo III – Material E Métodos; Capítulo IV – Análise Dos Resultados; Capítulo V – Conclusões; Capítulo VI – Bibliografia.

¹ O termo utilizado, deve-se ao fato do café produzido na região do **município de Mulungu** enquadrar-se na definição da agroecologia, a qual fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo (ALTIERE, 1998).

² Sistemas agroflorestais são definidos como nome genérico usado para descrever um sistema de uso de terras em que árvores são associadas espacialmente e/ou temporalmente com plantios agrícolas e/ou animais (*id idibem*).

1.2. Hipótese

A fragilidade dos contratos de compra e venda da produção de café orgânico estabelecidos entre os pequenos produtores e os centros atacadistas no Estado do Ceará; assim como possíveis importadores implica em elevados custos de transação em virtude da não efetivação dos contratos formalizados.

1.3.1. Objetivo Geral

Analisar os custos de transação do café orgânico produzido pelos pequenos produtores do Estado do Ceará existente nos municípios de Ibiapina, Guaraciaba do Norte, São Benedito, Meruóca, Aratuba, Baturité, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti e Viçosa do Ceará pertencentes às regiões das Serras de Baurité, Meruóca e Ibiapaba.

1.3.2. Objetivos Específicos

- a) Explorar as principais características do ambiente produtivo de café orgânico nas principais regiões produtoras do Estado do Ceará.
- b) Descobrir as causas dos Custos Transacionais na produção de café orgânico no Estado do Ceará.
- c) Analisar capacidade do ambiente institucional local de efetivar relações comerciais através de contratos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1.1 Evolução do conceito de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável

Historicamente, sabe-se que nas décadas de 1920 e 1930, em oposição à cristalização do padrão químico, moto-mecânico e genético de produção da agricultura moderna, impulsionou-se o surgimento dos “movimentos rebeldes” que valorizavam o potencial biológico e vegetativos dos processos produtivos. As várias vertentes desse movimento foram: na Europa, o biodinâmico, o orgânico e biológico; e no Japão a agricultura natural. Muito hostilizados, estes movimentos se mantiveram a margem da produção agrícola mundial e da comunidade científica agrônômica. Nos anos 70, em decorrência dos efeitos adversos provocados pelo padrão predominante, que passava a ser chamado de agricultura convencional, fortaleceram um conjunto de propostas rebeldes que passavam a ser chamadas de alternativas (EHRLES, 1994).

O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi amplamente discutido pela União Internacional para a Conservação Mundial (UICM) e dentro da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1983) e que foi pautado no Relatório de Brundtland (1987)³. Mas foi o maior encontro da América Latina sobre o meio ambiente a II Conferência o Meio Ambiente e Desenvolvimento, até então, a ECO – 92, de onde saiu a construção do seu conceito dentro da Agenda 21. A partir de então houve a diferenciação entre Crescimento Econômico (PIB/renda per Capita), Desenvolvimento Econômico (Métodos quantitativos; IDH) e Desenvolvimento Sustentável (RIMA).

Segundo o Relatório de BRUNDTLAND (1987) a definição do Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento que visa garantir o bem estar da geração presente sem comprometer o bem-estar das gerações futuras. Tendo para isso que ter a sustentabilidade: Biológica, manutenção dos processos biológicos que mantêm o sistema em equilíbrio; Social, socialmente justo; Ambiental, mantendo a biodiversidade biológica.

O conceito de Agroecologia data dos anos 70 com uma abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e sociais à compreensão e avaliação do efeito das

³ A Comissão de Brundtland, formalmente a Comissão Mundial em Ambiente e Desenvolvimento (WCED), conhecido pelo nome da sua Presidenta, ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, foi convocada pelas Nações Unidas em 1983. A comissão foi criada para dirigir o assunto crescente `sobre a deterioração aceleradora do ambiente humano e recursos naturais e as conseqüências daquela deterioração do desenvolvimento econômico e social´ No estabelecimento da comissão, a ONU Assembléia Geral reconheceu que os problemas ambientais foram globais na natureza e determinaram que ele esteve no interesse comum de todas as nações para estabelecer a política do desenvolvimento sustentável. Diversas metas foram estabelecidas para serem cumpridas até o ano 2000; porém pouco se avançou no cumprimento delas.

tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Tem como princípio a conservação e a ampliação da biodiversidade e dos sistemas agrícolas.

Os termos, segundo ALTIERI (1998), não se confunde com o conceito de Revolução Verde, o qual está pautado na alta capacidade produtiva envolvendo: Altos custos; retornos também são altos; alta dependência de insumos químicos; monoculturas; impactos ambientais (poluição, erosão, salinização) e etc.

Já o conceito de agroecologia se pauta em: custos relativamente baixos; tempo médio de produção; dependência dos recursos locais em policulturas; gerando nenhum impacto negativo ao meio ambiente.

A evolução verde adapta o ecossistema às variedades de alta capacidade produtiva enquanto a agroecologia surge com alternativas de adaptação das variedades às restrições de cada ecossistema.

De acordo com SEVERINO & OLIVEIRA, (2000), com os dados atualizados, o café movimenta em torno de US\$ 40 bilhões no mercado internacional. Em 2007, Oferta mundial menor e a Demanda mundial de café no ciclo 2007/2008 seria de 112 milhões de sacas, menor que o consumo que deverá ter aumento entre 1,5% e 2% em 2007/2008, sendo que na temporada anterior a demanda chegou a 118 milhões de sacas, de acordo com informações da Organização Internacional do Café (OIC). Os dois maiores produtores o Brasil, com 22,4% da produção e 23,1% da exportação mundial em 1998, e a Colômbia, com 11,4% da produção e 14% das exportações (MARRA, *et al*, 2001).

A demanda de café “*commodity*” cresce em ritmo lento, enquanto o consumo de cafés especiais cresce vigorosamente. Aspectos de qualidade do produto, cada vez mais presentes entre as exigências dos consumidores, com nichos de mercado de elevado potencial, e a busca contínua de estabilidade da oferta, com redução de riscos de oscilações acentuadas nos preços, constituem grandes desafios a serem enfrentados pelo setor (MARRA, *et al*, 2001).

O mercado do café orgânico é bastante pequeno quando comparado ao produzido de modo convencional. Segundo o IBD apenas 10 mil sacas são efetivamente comercializadas no mercado mundial como café orgânico. Estima-se que existam apenas 100 cafeicultores que tem certificação (em pelo menos uma instituição internacional) estão produzindo café orgânico no mundo. No Brasil, segundo o IBD apenas nove produtores possuem o selo de certificação: cinco pelo IBD e quatro por outras organizações. No Ceará, apenas a região do maciço de Baturité produziu café orgânico, sendo certificado e comercializado, apenas o café

da APEMB, porém a certificação foi perdida em vista da não renovação do certificado, devido aos altos custos para tal procedimento. Ressalta-se que quase todo o café no Maciço é orgânico. Atribui-se esse fato as variações de preços que ora estimulavam a expansão do cultivo, e depois desestimulavam com a que de preço no mercado internacional, causando praticamente um abandono da cultura. Como não ocorreu o cultivo tradicional da agricultura convencional, o sistema se converteu do convencional para o orgânico, de modo gradativo, e em algumas áreas assemelhando-se ao extrativismo vegetal.

Na comercialização do café orgânico as entidades certificadoras não se envolvem, mas fornecem os endereços das empresas internacionais interessadas. Com a reputação das empresas certificadoras e a demanda crescente por estes cafés a colocação do produto no mercado internacional é simples. O preço pago chega a ser duas vezes maior que o pago no mercado tradicional. Admite-se, entretanto, que devido ao grande crescimento da demanda por esses cafés e pouca oferta o café orgânico está muito valorizado. Com a entrada de mais produtores nesse mercado os preços deverão ficar de 20 a 25% superior do produto básico.

Segundo MAPURUNGA (2000), foi criada, em 1972, a Federação Internacional do Movimento da Agricultura Orgânica - IFOAM, a qual conta com 770 membros associados em 107 países, congregando todas as vertentes da agricultura alternativa num fórum das discussões relacionadas à questão da agricultura orgânica.

A Federação Internacional do Movimento da Agricultura Orgânica - IFOAM tem um programa de “*certification of accreditation*” (certificado de confiança) que credencia instituições de vários países a certificarem com um selo os produtos oriundos de processos produtivos padrão, os quais são destituídos de fatores de produção sintéticos e externos à unidade de produção agrícola local. Essa marca comercial garante aos consumidores a confiabilidade e transparência do padrão orgânico estabelecido nos fóruns de discussão da Federação Internacional do Movimento da Agricultura Orgânica - IFOAM. Apenas as dezessete instituições mais conhecidas no mundo são credenciadas pela IFOAM a certificarem, devido a acordo oficial feito no ano de 2000 (GEIER, 2000), a saber: Agrior Ltd. - Israel, Argencert S. R. L - Argentina, *Associazione Italiana Per L'Agricoltura Biologica* - Itália, Bioagricoop srl - Itália, *Bio-Gro New Zealand* - Nova Zelândia, Bolicert - Bolívia, *California Certified Organic Farmers* - Estados Unidos, *Consorzio per il Controllo dei Prodotti Biologici* - Itália, Ekoagros - Lituânia, *International Certification Services Inc.* — Estados Unidos, *KRAV Ekonomisk Förening* - Suécia, *National Association Sustainable Agriculture* Austrália - Austrália, *Nature e.V.* - Alemanha, *Organic Crop Improvement*

Association - USA, Organizacion Internacional Agropeuaria S/A. - Argentina, Soil Association Certification Ltd. - Reino Unido. No Brasil, o Instituto Biodinâmico - IBD sediado em Botucatu - São Paulo, é a única instituição certificadora nacional reconhecida internacionalmente (IFOAM, 2001).

Não existem ainda estatísticas oficiais, mas as estimativas mostram que o setor dos produtos orgânicos começa a ocupar importante parcela do comércio do total de alimentos e bebidas, distribuídos aos consumidores por intermédio de rede de supermercados, lojas e pontos de venda (DE CUNTO, 2001).

Os produtos orgânicos configuram um nicho de mercado que vem se destacando no cenário mundial devido ao seu rápido crescimento. BIOFACH (2000) cita os Estados Unidos, Europa e Japão, como os maiores mercados dos produtos orgânicos. Na Europa, a Alemanha é o maior mercado para produtos orgânicos, estimando-se em 9 bilhões de euros por ano. Ainda a mesma fonte destaca que o fluxo estimado desses três mercados totalizou 17 bilhões de dólares em 2005. Em 2005, o mercado mundial de orgânicos movimentou cerca de US\$ 26,5 bilhões e o Brasil representou uma pequena fatia, de apenas US\$ 100 milhões. A Alemanha é, atualmente, o principal mercado do mundo neste setor, e cresce de 10% a 15% por ano, o que propicia muitas oportunidades para os empresários brasileiros. (MDIC) O mesmo instituto ainda informa que a Organização Mundial do Comércio - OMC estima que o comércio de produtos orgânicos alcançou 10 % do total do comércio mundial em poucos anos. “A comercialização de produtos orgânicos brasileiros cresce, anualmente, o dobro da média mundial, em uma porcentagem estimada em 50%. Já ocupamos a segunda posição em número de propriedades com lavouras orgânicas, com aproximadamente 19 mil agricultores, a maioria de agricultura familiar”, ressaltou o presidente da APEX – Brasil,

SILVA (1999 apud VIEIRA 2001) estimou o volume comercializado no Brasil em 1999, que chegou a 150 milhões de dólares com um acréscimo médio de 20 % ao ano. DE CUNTO (2001) previu que até o final de 2001, o valor da produção brasileira desses produtos supere US\$ 200 milhões. Em 2008 chegou ao valor de 389,5 US\$ milhões.

Vale salientar que as instituições financiadoras despertaram para esse mercado. Podemos citar linhas de financiamento específicas como Agricultura orgânica do Banco do Brasil, a FNE do BNB, as quais exigem que os produtores tenham condições de adequar a produção de modo a garantirem a certificação de seus produtos.

No Ceará, existem algumas Organizações Não-Governamentais - ONGs que orientam produtores rurais na obtenção de produtos por meio de processos produtivos rurais

não convencionais. ACB (Associação Cristã de Base), Sertão Verde, ESPLAR (Centro de Pesquisa e Assessoria), Fundação CEPEMA e ADAO (Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica⁴). Dentre elas, a Fundação CEPEMA (Fundação Cultural Educacional Popular em Defesa do Meio Ambiente), a qual faz parte da rede internacional Terra do Futuro (*Framtidsjorden*). A Fundação realiza algumas atividades, destacando-se o Projeto Café Ecológico, desenvolvido em convênio com *Naturskyd Föreningen* (Sociedade Sueca de Proteção a Natureza) e Terra do Futuro, na Área de Proteção Ambiental - APA do Maciço de Baturité. A Fundação também auxilia na comercialização da produção, com a exportação do produto.

A exportação da produção do café ecológico certificado pela KRAV/Sueca e o IBD/Brasil é feito pela APEMB (Associação dos Produtores Ecológicos do Maciço de Baturité), com sede em Mulungu, conseguindo dessa forma o “*fair trade*”⁵ (comércio justo).

Apesar da melhora do desempenho do mercado de produtos orgânicos em todo o mundo, ainda não é um tema exaustivamente estudado. LUND (1999) cita que algo em torno de quatrocentos projetos de pesquisa relacionados à agricultura orgânica que estão presentemente em andamento na Região Nórdica. Podem ser citados alguns estudos enfocando este tema no Ceará. MAPURUNGA, (2000), avaliando sua sustentabilidade.

2.1.2 Correntes da Agroecologia

Dentro do sistema agroecológico de produção engloba diferentes correntes ideológicas que têm em comum o não uso de insumos sintéticos, tais como agrotóxico para controle de doença:

- 1) **Agricultura Biodinâmica** é um dos desenvolvimentos das teorias de Rudolf Steiner, lançada em 1924, junto com a medicina antroposófica e a Pedagogia Waldorf. Com a concepção de que a propriedade deve ser entendida como um organismo vivo. A qualidade do solo deverá ser mantida com a interação entre a produção animal e a vegetal e por isso um respeito ao calendário biodinâmico através dos processos biológico dinâmicos.

⁴ Entende-se nesse trabalho que ecológico e agroecológico são sinônimos para condições desse estudo.

⁵ “*Fair trade*” significa uma ajuda aos produtores de pequena escala nos países em desenvolvimento para melhorar sua qualidade de vida, por meio de maior lucro na relação de comércio estabelecida entre produtores e consumidores.

- 2) **Agricultura Orgânica** sendo iniciada pelo pesquisador Sir Albert Howard na Índia através da reciclagem de materiais orgânicos e a restauração da fertilidade do solo por um processo biológico natural.
- 3) **Agricultura Organo Biológica** junto com sua mulher Dr. Maria Müller e o bacteriologista Hans Peter Rusch desenvolveu nos anos 1940 e 1950 os fundamentos da agricultura Organo Biológica onde deveria trabalhar ecologicamente a agricultura nos países de língua alemã especialmente a marca Demeter.
- 4) **Agricultura Natural**, a partir surgiu em 1935 Mokiti Okada através de seus trabalhos filosófico-religioso com o princípio básico de que a atividade agrícola deve respeitar a natureza, ou seja: não deve arar a terra; não deve utilizar nenhum tipo de adubo ou defensivo.
- 5) **Agricultura Regenerativa** consiste em promover a produção de alimentos saudáveis, a criação de ciclos fechados de geração de insumos a partir de resíduos e a aplicação no campo de práticas conservadoras da natureza.
- 6) **Agricultura Biológica**, Inicia com o método de Lemaire-Boucher (França – 60 / 70). Grupo dissidente funda a ‘Nature et Progrès’. Grande influência do investigador francês Claude Aubert, que critica o modelo convencional e apresenta os fundamentos básicos de *L’agriculture biologique* (1974). A saúde dos cultivos e alimentos depende da saúde dos solos; ênfase no manejo de solos e na rotação de cultivos. Influenciada pelas idéias de A. Voisin e pela Teoria da Trofobiose⁶ (Chaboussou, 1987). Difundida na França, Suíça, Bélgica e Itália.

⁶ Segundo essa teoria (CHABOSSOU, 1987), a principal causa do ataque de agentes biológicos (insetos, fungos, Bactérias ou vírus) em uma planta é o seu estado de desequilíbrio nutricional. Dois tipos de substâncias são fundamentais para que uma planta seja atacada por agentes patógenos (insetos, fungos, bactérias): a presença de aminoácidos livres e de açúcares redutores na seiva das plantas. O acúmulo destas substâncias pode ocorrer pela falta ou excesso de nutrientes solúveis na planta, velocidade de absorção dos nutrientes ou algum tipo de estresse (hídrico, ausência ou falta de luminosidade). A maior parte dos agentes biológicos que podem atacar as plantas não consegue sintetizar estas substâncias, as quais são produzidas pela planta quando esta entra em estado de proteólise (desintegração das proteínas).

A aplicação em doses elevadas de fertilizante químico solúvel, principalmente de adubos nitrogenados, assim como várias formulações de agrotóxicos fazem com que a planta entre em estado de proteólise, favorecendo assim o ataque de agentes patógenos. Já em plantas saudáveis, equilibradas nutricionalmente e em condições (umidade, temperatura, luz) adequadas, esses agentes tenderiam a morrer de fome, uma vez que a condição para a maioria deles conseguir ingerir seus alimentos é que estes estejam disponíveis na planta, sob forma de açúcares e aminoácidos solúveis, o que só ocorre quando a planta sofre algum tipo de estresse, principalmente nutricional.

- 7) **Permacultura** é um método holístico para planejar, atualizar e manter sistemas de escala humana (jardins, vilas, aldeias e comunidades) ambientalmente sustentáveis, socialmente justos e financeiramente viáveis. Foi criada pelos ecologistas australianos Bill Mollison e David Holmgren na década de 1970. O termo, cunhado na Austrália, veio de “*permanent agriculture*”, e mais tarde se estendeu para significar “*permanent culture*”. A sustentabilidade ecológica, idéia inicial, estendeu-se para a sustentabilidade dos assentamentos humanos.
- 8) **Agricultura Alternativa** começou na década de setenta e tem que segundo o *National Research Council*⁷ define o conceito de agricultura alternativa, observando que este aplica-se a sistemas de produção que: a) incorporem, de forma sistemática, processos naturais tais como ciclo de nutrientes, fixação de nitrogênio e outros; b) reduzam o uso de químicos e fertilizantes de maior potencial de risco para a saúde e o meio ambiente; c) maximizem as relações entre padrões de cultivo e as limitações físicas do espaço cultivado; d) enfatizem o manejo e conservação sustentável do solo, da água, dos recursos energéticos e biológicos; e e) promovam a incorporação de processos naturais na produção agrícola, reduzindo o uso de químicos e fertilizantes e favorecendo formas de produção que incorporem processos naturais.
- 9) **Agroecologia** surge na década de 1970, como campo de produção científica, como ciência multidisciplinar, preocupada com a aplicação direta de seus princípios na agricultura, na organização social e no estabelecimento de novas formas de relação entre sociedade e natureza. É a junção harmônica de conceitos das ciências naturais com conceitos das ciências sociais. Tal junção permite nosso entendimento acerca da Agroecologia como ciência dedicada ao estudo das relações produtivas entre homem-natureza, visando sempre à sustentabilidade ecológica, econômica, social, cultural, política e ética. As práticas agroecológicas se baseiam na pequena propriedade, na mão de obra familiar, em sistemas produtivos complexos e diversos, adaptados às condições locais e em redes regionais de produção e

⁷ Natural Research Council . *Alternative Agriculture*. Washington, DC, 1987, p 27. Existe ainda outras correntes sobre agricultura não-tradicional tais como: Astronomia ecológica e mandala.

distribuição de alimentos.

Com todas as novas concepções de agricultura as restrições das Políticas Públicas, pois é o Ministério da Agricultura é responsável pela certificação e credenciamento, além do crédito para produção e comercialização. A formação de profissionais adequados estando aquém do que o mercado esta buscando para renovar as concepções sobre o agro negócio. Tanto em número quanto em qualidade de profissionais. Há poucos cursos com grade atualizada para trabalhar com esse novo mercado.

- 10) **Agricultura Sustentável** prossegue três objetivos principais: a conservação do meio ambiente, unidades agrícolas lucrativas, e a criação de comunidades agrícolas prósperas. Estes objetivos têm sido definidos de acordo com diversas filosofias, práticas e políticas, tanto sob o ponto de vista do agricultor como do consumidor. Refere-se, portanto, à capacidade que uma determinada unidade agrícola (ou, numa perspectiva global, o próprio planeta) tem de continuar a produzir, numa sucessão sem fim, com um mínimo de aquisições do exterior pautadas no Desenvolvimento Sustentável, o qual busca o equilíbrio entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico e serviu como base para a formulação da Agenda 21, com a qual mais de 170 países se comprometeram, por ocasião da Conferência. Trata-se de um abrangente conjunto de metas para a criação de um mundo, enfim, equilibrado.

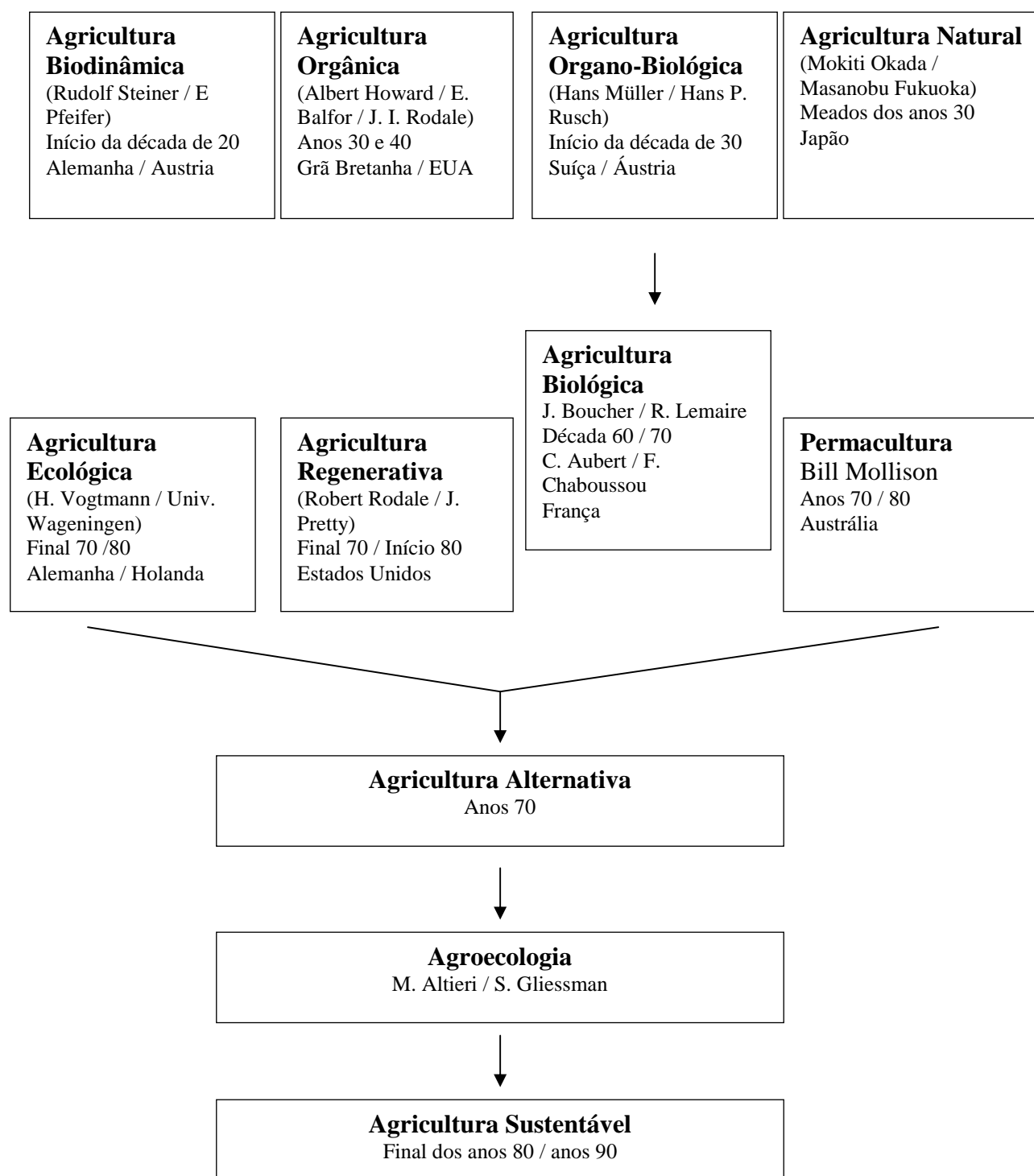


Figura 1. Principais Correntes de pensamento ligado ao Movimento Orgânico e seus precursores.
Fonte: Darolt, M. 2005.

2.1.3 Definições dos principais conceitos

É de fundamental importância para o entendimento e análise de resultados desta pesquisa que alguns conhecimentos teóricos a este respeito sejam esmiuçados de maneira didática, seguindo ordenação hierárquica. Com o intuito de enriquecer a compreensão, este tópico, como parte importante da consulta bibliográfica realizada, inicia-se em uma justificativa do porquê, escolher essa metodologia numa ilustração discursiva sobre a Economia, seguindo-se da abordagem teórica da NEI, desembocando no estudo específico da ECT e nos conceitos de Custos de Transação e Formas de Governança.

2.1.4 Nova Economia Institucional – NEI

A Nova Economia Institucional – NEI nasce de uma teoria genérica de Ronald Coase, um de seus principais teóricos, que inspirou trabalhos de outros autores, originando uma nova tendência de pensamento (FARINA, 1997). Desenvolveram-se linhas de pesquisa independentes, cada qual buscando respostas específicas, apresentando características complementares. WILLIAMSON (1996) desenvolveu as correntes sobre Ambiente Institucional⁸ e Instituições de Governança, que tratam de um nível analítico distinto de um mesmo objeto, a Economia dos Custos Transacionais – ECT, na qual o ambiente institucional ocupa uma posição de destaque no resultado econômico.

Partindo da lógica que as firmas pretendem sempre maximizar o Lucro, como parte do comportamento empresarial nas tomadas de decisões associadas aos mercados de consumo e de produtos; o comportamento dos empresários tem desvios pouco amplos pelo efeito das forças competitivas. Se compararmos duas realidades: a primeira de um mercado mais organizado como o de empresa com ações na bolsa de valores; e a segunda de um mercado com mais variáveis como o de empresas familiares podemos perceber que as firmas que gozam uma estrutura de monopólio toleram extensas ineficiências internas e pagam salários relativamente baixos aos agentes da produção provocando uma ineficiência econômica generalizada.

Pode-se afirmar que a NEI nasce da aproximação metodológica da Teoria da

⁸ Há uma variedade de estudos que tratam do oportunismo, que é expresso de modo incompleto no campo da microeconomia, principalmente nos modelos convencionais. Segundo Williamson (1991a, p. 23), os modelos econômicos *standard* tratam os indivíduos como se jogassem um jogo com regras estabelecidas e obedecidas: não compram mais do que podem pagar, não malversam fundos e não roubam bancos. Ao contrário das suposições convencionais, o oportunismo assume uma variedade de formas e tem papel central em sua análise de mercados e hierarquias.

Organização Industrial - OI com a ECT, pois assumindo hipótese de que todas as empresas devem planejar suas ações para se manter no mercado e para justificar suas hipóteses fundamentais de trabalho: a maximização de lucros na OI e a minimização de custos na ECT.

A OI serviu para o mundo das empresas de forma muito adequada, pois estabeleceu condições para obtenção de vantagens competitivas, que nada mais são do que assimetrias em relação aos concorrentes, tais como: vantagens de custo, informação, diferenciação, capacidade de criação e aproveitamento de oportunidades de investimento.

A convergência da OI e da ECT foi parte de uma evolução da Moderna Organização Industrial interagindo com a abordagem de Instituições e, com isso, de Governança. Em ambas as regulamentações são tratadas de formas exógenas como parte do ambiente institucional buscando identificar as conseqüências dessas retificações. A Nova Economia Internacional (NEI) ampliou a especificação do ambiente institucional incorporando efeitos retroalimentares e as interações entre o ambiente institucional, a estrutura do comportamento e o desempenho das organizações. (JOSKOW, 1995^a: 252-254).

A ECT é parte da Nova Economia Institucional segundo a qual as instituições fazem diferença e são suscetíveis de análise. O ambiente institucional é o conjunto de regras básicas sociais, legais são políticas que estabelecem as bases para a reprodução, a troca e a distribuição, tais como: as regras de propriedade, os direitos de contrato e etc. (WILLIAMSON, 1993c p.1-6).

No âmbito da ECT, a organização dos mercados resulta da minimização dos custos de transação, que variam de acordo com os atributos das mesmas transações, a saber: especificidade dos ativos envolvidos; frequência e duração das transações; complexidade e incerteza quando aos resultados; dificuldade de mensuração do desempenho e das instituições. Tais atributos são também exógenos ao modelo.

Segundo SUTTON (1992) apud Farina (1997), as estruturas de mercado apresentam determinantes tecnológicos, tais como subatividade de custos de produção e distribuição e de transação, os quais combinados com as estratégias empresariais tais como: investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), propaganda, concorrência de preços, produto além de outras, resultam em diferentes formas de agrupamento. O ambiente institucional é por isso já posto, isto é, as normas sociais, regulamentações governamentais, o ordenamento jurídico dentre outras formas pelas quais se expressam as “regras do jogo”, ou a forma como se conduzirão as transações comerciais.

WILLIAMSON (1996) destaca que a NEI tem como características ter em foco as

instituições que participam do processo econômico, pois são suscetíveis de análise. Porém é diferente, mas não hostil à ortodoxia o que representa um agrupamento interdisciplinar do Direito, Economia e Teoria das Organizações. Alinhado a nova conjuntura internacional em que os produtos orgânicos têm uma importância crescente no Comércio Internacional; teremos uma nova análise das possibilidades inserção do café orgânico do Ceará nesse nicho de mercado.

Essa posição da NEI não se manteve intacta com a evolução da pesquisa e, nesse ponto, mais uma vez as duas principais correntes não marcharam conjuntamente.

Apesar de constituir-se de uma estrutura de conceitos genéricos, é a análise adequada que se direciona para instituições que condicionam os negócios agrícolas e seu entorno, que são particulares (AZEVEDO, 2000). Os sistemas agroindustriais são espaços onde as instituições e seus diferentes níveis de análise são importantes. O setor agrícola é caracterizado por um ambiente macroinstitucional, composto por direitos de propriedade de terra, políticas de preços mínimos, reforma agrária, políticas de segurança alimentar (“*food security and food safety*”). Analisando microanaliticamente, ainda assim, a NEI se destaca no arranjo agroindustrial por possuir elos diferenciados entre os agentes – produtor agrícola e agroindústria –, por sua vez, determinantes no quesito competitividade e eficiência econômica.

Os produtos e transações específicas dos sistemas agroindustriais possuem algumas particularidades dentro das quais se destacam a perecibilidade dos alimentos, os custos compostos por crescentes despesas com transporte e fretes além da interligação das diferentes esferas do arranjo agroindustrial causada pela dependência de constância e manutenção na regularidade do abastecimento e na qualidade do produto.

Além destas peculiaridades, o sistema agroindustrial é composto por um ambiente de incerteza, pois decorre de um domínio imperfeito da relação entre o homem e a natureza – onde se deve apreciar os aspectos como: variação dos preços dos produtos; modificações na qualidade dos produtos. Como não podermos comparar o mercado externo e interno quando temos os produtos agrícolas a ser comercializado podemos agrupar os agrupar e analisar como os dois aspectos como um único fator. A sazonalidade, que é também um aspecto importante, pois se tem a possibilidade de janelas de mercado o que pode trazer problemas traduzidos em choques de oferta, resultantes de alterações climáticas não previstas. Com a atividade agrícola tem-se ainda a maturação dos investimentos nos produtos inviabiliza rápidos ajustes.

2.1.5 Economia dos Custos Transacionais – ECT

Com os estudos realizados sobre o risco de incerteza, os quais tiveram muito bastante influência na *Teoria Geral* de Keynes, houve o aprimoramento sobre a Teoria de escolhas em condições de incerteza. Juntamente com a contribuição de que o principal motivo para se entender as empresas a redução dos desperdícios. Tendo como um dos maiores colaboradores a NEI, pois a atenção sobre os processos de relacionamento entre clientes e fornecedores como parte da função de produção em detrimento da visão tradicional de que a empresa é vista como uma estância de transformações tecnológicas de bens ou serviços.

Esse autor centra sua análise no MERCADO e FIRMA não tratando diretamente dos contratos. Coase reconhece a importância destes para a regularização do sistema de comércio como um todo o autor não nega a importância dos contratos intermediários entre os dois pontos de análise; pelo contrário. (COASE. 1988: 20).

A essa abordagem WILLAMSON (1991a: 276) denominou “*first-order economizing*”⁹, em contraposição à abordagem econômica ortodoxa. A questão da adaptação às mudanças foi inserido no ambiente econômico como o principal problema econômico, em um momento em que o “*mainstream*”¹⁰ estava mergulhado em exercícios de estática comparativa.

Segundo FARINA (1997) Coase baseou seus estudos em HAYEK (1945), o qual valorizou os efeitos das informações mais eficientes impactariam o sistema de preços no mercado e em BERNAD (1938), o qual valorizou o processo de adaptação dentro das organizações; centra sua análise nas duas abstratas de coordenação: mercado e firma.

A Economia dos Custos Transacionais – ECT, como alguns economistas se referem Teoria dos Custos de Transação – TCT; nasceu nos primórdios de 1937, em um artigo de Ronald Coase, “*The Nature of the Firm*”, que detalha os custos de produção, porém já menciona os custos de compra e venda de um produto, ou seja, os custos de comercialização¹¹, a partir dos quais são identificados os custos de transação, considerados

⁹ Do inglês “Primeira Ordem de Economia”, a qual procura saber como é o ambiente político para poder então analisar os outros fatores.

¹⁰ Do inglês “Corrente Principal”, a qual é a corrente teórica que domina o meio acadêmico.

¹¹ Custos de comercialização são as ações de intermediação resultam custos que são incorporados ao preço do produto para o consumidor. No entanto, a análise de níveis de mercado e agentes de comercialização demonstra que consumidores e produtores estão separados por muitos intermediários, os quais viabilizam, ou não (serão maiores ou menores dependendo dos níveis de intermediação) a transferência da produção agrícola para os consumidores finais. Em geral, confunde-se bastante o conceito de custo com margem de comercialização, por

até então sem muito impacto ao comércio. Coase explica o conceito de empresa como sendo uma organização na qual é decidida hierarquicamente a alocação de fatores de produção internamente, sendo reposicionada no mecanismo de mercado. Por isso, as empresas só existem em razão dos custos de transação, considerados significativos entre as etapas do processo de produção.

O objeto de estudo da Teoria dos Custos de Transação é a análise das condições e conseqüências dos custos de transação para a eficiência do sistema.

a) Custos de Transação

Os custos transação devem ser analisados de forma diferenciada. Pois segundo Coase tal forma de diferenciação depende da magnitude dos custos. Desses pode se escolher a forma de organização é mais desejável. Esses custos têm uma natureza distinta dos custos de produção (vinculados à tecnologia empregada), receberam o nome de custo de transação, uma vez que se relaciona à forma pela qual se processava uma transação. Esses custos, segundo Coase, seriam de duas formas: os custos de descobrir o preço vigente no mercado (custo de coleta de informação); e o custo de negociação e formalização do contrato. Ou seja, limita a empresa ao seu âmbito de ação interna de controle do preço. A simplicidade como foi exposta essa teoria ajudou a difundir o pensamento de Coase.

Formalmente temos: Sejam G_i e G_j dois mecanismos alternativos de coordenação das ações dos agentes econômicos – por exemplo, duas firmas interligadas pelo mercado ou unificadas em uma única propriedade. Sejam também G_i e G_j os respectivos custos de coordenação dos agentes utilizando os mecanismos de coordenação G_i e G_j .

G_i é considerado eficiente se $G_i \leq G_j$

G_j é considerado eficiente se $G_i \geq G_j$

De acordo com COASE (1937 apud FARINA 1997), os Custos de Transação se dividem em: custos de coleta de informações e custos de negociação e estabelecimento de um contrato. Esta definição foi evoluindo, numa versão mais abrangente. Custos transacionais podem ser considerados aqueles necessários para se colocar o mecanismo econômico e social em funcionamento. São os custos não diretamente ligados à produção, mas que surgem à medida que os agentes se relacionam e problemas de coordenação de suas

serem interrelacionados. No entanto, a margem de comercialização, é um dos conceitos mais utilizados da área de comercialização. Também é comum referir-se a margem de comercialização com o emprego da expressão *markup*. Para um aprofundamento do tema ver OLIVEIRA (2005).

ações emergem. Isso porque a atividade econômica não se reduz somente à mera transformação tecnológica de insumos em produtos. Na realidade, os insumos são adquiridos no mercado via contrato, não se podendo garantir o perfeito funcionamento. Coase ainda restringiu sua definição ao custo de se utilizar o mercado (coordenação através dos preços). Atualmente, custos de transação definem-se num plano muito mais abrangente do que o mercado. São vistos como a utilização de qualquer forma organizacional, da qual o mercado é apenas um dos casos particulares. A firma é um complexo de contratos e transações que apresentam custos de funcionamento. Neste raciocínio, percebe-se que os custos, dentro de uma firma que se destinam ao controle e monitoramento das atividades dos seus funcionários em rotinas internas, não são dispensáveis, pelo contrário, são relevantes. São os custos de transação todos aqueles não diretamente relacionados à transformação tecnológica do produto. CHEUNG (1990) define os custos de transação como:

- elaboração e negociação dos contratos;
- mensuração e fiscalização de direitos de propriedade;
- monitoramento do desempenho;
- organização de atividades.

A eficiência de uma determinada estrutura de governança, portanto, é primeiramente determinada pela sua capacidade de resposta às mudanças. Esse é o ponto particularmente interessante, na medida em que a ortodoxia não oferece explicações adequadas ao processo de adaptações. Sabe-se, no entanto, que as oportunidades de lucro. Esses custos de uma adaptação ineficiente são custos de transação, o que fecha a segunda via de ligação. Uma definição completa de custos de transação necessita incluir, além dos vários elementos apropriadamente apontados, os custos de adaptações ineficientes às mudanças do sistema econômico.

Por mais ampla e evoluída que esta definição se apresente, relativamente à definição de CHEUNG (1990), ainda desconsidera um dos fatores mais relevantes: mudanças no ambiente econômico que dão ensejo à oportunidades de obtenção de lucro. Essas oportunidades surgem numa situação de desequilíbrio no mercado. Deficiência na adaptação às mudanças traduz-se em custos, custos de transação. NORTH (1994) diferencia conceitos de custos, identificando e caracterizando cada um deles. Porém o impacto na época não foi muito grande, pois á forte inércia que conduzia o pensamento econômico por ocasião da publicação de *The Nature os the Firm* (1937). O surgimento de uma idéia radicalmente nova

não traria de imediato uma mudança no curso da pesquisa econômica. Esse tipo de comportamento da atividade de pesquisa econômica pode ser interpretado como um caso de “*Path Dependency*”¹², em que a rotina de pesquisa e os custos de formação de pessoal na doutrina dominante condicionam, em parte, o desenvolvimento futuro da pesquisa. Além disso, dificuldade de mensuração e de observação dos elementos centrais nessa teoria provoca de certa forma uma deficiência no trabalho de Coase.

Custos de Transformação correspondem aos custos de modificação do insumo em produto. Então:

Custos de Produção = Custos de Transformação + Custos de Transação. Definem-se, ainda, como custos de transação todos aqueles que os agentes enfrentam quando recorrem ao mercado (FIANI, 2002). São os custos despendidos com negociações, redações e garantias de cumprimento de contratos.

b) Definições dos Custos de Transação

Duas são as correntes da NEI. Estas recorrem a conceitos comuns, em especial, custos de transação, instituições e organizações. A semelhança entre ambas, no entanto, vai além do uso comum de conceitos, apresentando também preocupações e metodologias compatíveis. Segundo WILLIAMSON (1996:1),

“A Nova Economia Institucional (1) afirma que instituições são importantes e suscetíveis de análise (MATTHEWS, 1986:903); (2) é diferente, mas não hostil à ortodoxia; e (3) é um agrupamento interdisciplinar de Direito, Economia e Teoria das Organizações”.

A descrição dessas características comuns têm se mostrado suficientes para que as corretes que compõem a NEI – Ambiente Institucional e Instituições de Governança – evoluam lado a lado.

¹² A dependência de caminho é a visão que a modificação tecnológica em uma sociedade depende quantitativamente e/ou qualitativamente sozinho correndo. “A variedade de mecanismos da autocorrelação pode ser proposta. A modificação tecnológica é um dos mecanismos que tende a ser ‘local’, isto é, a aprendizagem ocorre principalmente em volta de técnicas no uso, e as economias assim mais promovidas aprenderão mais sobre técnicas promovidas e ficarão bem na ponta do progresso.” (Mokyr, 1990, p.163.). Também pode ser caracterizado pela tendência de uma prática tradicional ou anterior que se esteja usando mesmo tendo melhores alternativas a serem avaliadas.

c) Custo de transação: o Conceito

Coase havia observado que o funcionamento do sistema econômico não era isento de custos. O sistema econômico atual é repleto de transações complexas. Segundo sua perspectiva, os custos de transação poderiam ser divididos em duas partes: a primeira como custo de coleta de informações e custos de negociação e, a segunda como estabelecimento de um contrato. Houve uma evolução nos conceitos e uma preocupação de se buscar conceitos menos abstratos e, portanto, passíveis de verificação empírica. O sucesso de ambos os caminhos dou significativo, mas não pleno. Varias definições de custos de transação coexistem de modo complementar, sendo que cada autor privilegia as características que são importantes para responderem suas questões.

Para esse trabalho usaremos duas versões:

1) “custos que são necessário para se colocar o mecanismo econômico e social em funcionamento” FURUBOTN & RICHTER, (1991:3). Ou seja, são custos não diretamente ligados à produção, porém que surgem à medida que os agentes se relacionam entre si e problemas de coordenação de suas ações emergem. A atividade econômica é mais ampla e não se reduz á transformação tecnológica de insumos em produtos. A simples aquisição de insumos deve ser realizada no mercado, mediante contratos ou internamente à firma, como é normalmente o caso da aquisição do insumo trabalho. A falta freqüente de garantias ao perfeito concatenamento dessas atividades não diretamente de produção nem, tampouco, possibilidade de controle sobre elas fazem emergir os custos de transação que se quer analisar. Tal definição chama-se de genérica.

2) Coase usou outra definição de custo de transação, a qual é mais restritiva. Esta refere ao custo de transação o mercado utiliza se ajustar, ou seja, para coordenar através do sistema de preços. Coase colocou em sena restrições às transações econômicas, cujos custos não mais poderiam ser desconsiderados. Elementos antes considerados exógenos à análise econômica – como direitos de propriedade, estrutura organizacional da firma e mecanismos de governança das transações – passaram, um a um, a ser caracterizando a NEI como uma teoria multidisciplinar. Possivelmente a conseqüência mais valorizada foi a ampliação do conceito de firma. Esta passou a deixou de ser um mero depositário de atividade tecnológica de transformação do produto para um complexo de contratos regendo transações internas. Essa linha de pesquisa gerou uma série de teorias – complementares uma as outras – que genericamente receberam o nome de “TEORIA DOS CONTRATOS”. A partir do momento

em que a transação passa a ser objeto de análise mais por memorizadas, seus os custos se tornam evidentes. Assim, a definição de custos de transação pode ser discutida em quatro níveis. O primeiro nível relaciona-se com os custos de construção e negociação dos contratos; o segundo envolve os custos de medir e monitorar os direitos de propriedade existentes no contrato, esse nível incorpora os custos de observação dos contratos ao longo do tempo para seu desempenho e atende às expectativas das partes que fizeram a transação; o terceiro nível engloba os custos de manter e fazer executar os contratos internos e externos da firma e já o último nível relaciona-se com os custos de adaptação que os agentes sofrem com as mudanças ambientais (FARINA, 1997).

d) Moral Hazard

Segundo ARROW (1984) o termo MORAL HAZARD se aplica ao comportamento pós-contratual da parte que possui uma informação privada e pode dela tirar proveito em prejuízo à(s) sua(s) contraparte(s). Uma condição necessária para que se verifique “*moral hazard*” é, portanto, a assimetria de informações, o que implica que uma das partes possui a priori ou adquire no decorrer da vigência do contrato uma informação privilegiada. Além da assimetria de informações, outra condição necessária para se verificar tal comportamento é a divergência de interesses, de tal modo que a parte possuidora da informação privada (doravante, AGENTE), ao fazer uso desse privilégio em seu benefício, acaba por prejudicar a(s) parte(s) com quem transaciona (doravante, PRINCIPAL).

Dois tipos de “*moral hazard*” podem ser distinguidos:

a) informação oculta (“*hidden information*¹³”) – em que as ações do Agente são observáveis e verificáveis pelo PRINCIPAL, mas uma informação relevante ao resultado final é adquirida e mantida pelo AGENTE; e

b) ação oculta (“*hidden action*¹⁴”) – em que as ações do AGENTE não são observáveis ou verificáveis. Uma ação é observável se o PRINCIPAL é capaz de avaliá-la em qualidade e/ou quantidade, mesmo que isso não implique alguma forma de mensuração. Uma ação é verificável se, além de observável pelo PRINCIPAL, este tenha meios de provar o que observou perante a instância responsável pela resolução das querelas contratuais – como, por exemplo, um tribunal.

¹³ Do inglês “Informação Escondida”. Esta está presente em quase todas as transações comerciais.

¹⁴ Do inglês “Ação Escondida”. Esta faz parte do comportamento aético dos agentes da transação.

Se algo acontece para que um dos agentes obtenha benefícios, dada as falhas dos sistemas de preços. Aqui entram os fenômenos de seleção adversa¹⁵ e “*moral hazard*”. Estas duas implicam em imperfeições do sistema de preços.

ARROW (1984) argumenta que o mercado seria mais sensível aos problemas derivados da assimetria de informações do que seriam as organizações. Dentro de uma firma o controle sobre as transações é maior e, conseqüentemente, a assimetria de informações tendem a ser menores do que as do mercado, além de algumas características da organização das ações permitem a redução de custos associados à coordenação das ações dos agentes econômicos.

Os Custos Transacionais possuem alguns fatores que se demonstram determinantes em sua gênese:

- racionalidade limitada;
- complexidade;
- incerteza;
- oportunismo;
- especificidade dos ativos.

e) Racionalidade

A discussão da racionalidade limitada realiza-se com a prerrogativa de que o comportamento humano, ainda que na busca da racionalidade, enfrenta limitações na capacidade de processar e transmitir informações – mesmo supondo que todas as informações estivessem no alcance de todos.

A existência dos custos de transação se justifica pelo reconhecimento de que os agentes econômicos são racionais (limitadamente) e oportunistas. A racionalidade limitada sobrevive na prerrogativa de que os contratos são intrinsecamente incompletos, sendo impossível aos agentes prever e processar todas as contingências. As pessoas estão cientes da necessidade de adaptações e negociações contratuais “*ex-ante*” e “*ex-post*”, agindo com o intuito de contornar as lacunas características de todo contrato, incluindo medidas de salvaguarda para melhor lidar com problemas inerentes a incompletude. Racionalidade limitada é uma característica do indivíduo; incerteza é distintivo da transação. Quanto maior

¹⁵ PINDYCK (2004). Quando um bom produto é tirado do mercado pelo fato que os consumidores preferem preços baixos.

a incerteza, maior o número de contingências futuras, e, portanto, mais complexa é a elaboração de um contrato.

Posteriormente, WILLIAMSON (1991a: 270) forneceu novas bases à teoria:

1) firmas e mercados utilizam diferentes mecanismos de governança de suas transações;

2) a legislação que regulamenta os contratos é também discreta, o que implica diferentes e discretos quadros institucionais para cada tipo de contrato; e

3) a análise marginalista relega a um segundo plano a abordagem de “*first-order economizing*”, estando mais diretamente ligada a questões alocativas.

WILLIAMSON (1985) distingue três níveis de racionalidade:

a) maximização (ou racionalidade forte);

b) racionalidade limitada (ou racionalidade semiforte);

c) racionalidade orgânica (ou racionalidade fraca).

A **racionalidade forte** é o conceito de racionalidade em que se apóia o pensamento econômico ortodoxo por permitir a formalização rigorosa de seus modelos. Para maximizar seus objetivos assume-se que os indivíduos são capazes de absorver e processar toda a informação disponível. A economia atual faz uso ainda mais intenso do pressuposto de racionalidade forte. São os casos de a) **expectativas racionais**, b) **teoria da escolha sob critérios múltiplos e irredutíveis** (MOLDAU, 1993) e c) “*extended preferences*¹⁶” (SEN, 1994) (ROMER, 1994). Particularmente as duas últimas abordagens existem a utilização do pressuposto de hiper-racionalidade, na medida em que a maximização se dá em cada critério de escolha – no primeiro caso –; ou tendo como referencia uma função utilidade com mais argumentos – no segundo caso.

A **racionalidade limitada** mencionada, por WILLIAMSON (1985), constitui juntamente com pressuposto de oportunismo, o alicerce que sustenta a ECT. Esse conceito assume que os indivíduos agem racionalmente, mas de modo limitado. Esse pressuposto implica que o agente – por exemplo, em um jogo – todos procuraram obter aquilo que consideram melhor para si, ou seja, ganhar o prêmio principal.

¹⁶ Do inglês “Preferências Estendida”, para esse autor um consumidor não escolhe somente de forma binária, mas também de forma avaliativa. Para maior aprofundamento ver FEHIGE (1988).

No entanto, para se conseguir o objetivo principal a obtenção de informações é necessárias às tomadas de decisões que levem a esse objetivo. Como os contratos são muito complexos pode ser muito difícil ou caro reunir tais informações. Ou seja, o recurso ‘racionalidade’ é escasso, e tudo que é escasso tem preço. Devido a esse custo decorrido do preço, os agentes ‘economizam’ o uso da cognição, o que leva a tomada de decisões diferente da de plena racionalidade, mas que também atendem satisfatoriamente aos anseios dos agentes indiscutíveis entre si devido aos limites da racionalidade.

Pela racionalidade limitada os eventos futuros não são totalmente previsíveis e, com isso, os contratos são necessariamente incompletos. Por outro lado, sabendo de sua condição de não plenamente racional os agentes tomam mão de adaptações e negociações contratuais “*ex-post*”. Como consequência, indivíduos agem com objetivo de contornar as lacunas características de todo contrato. Por isso, eles incluem salvaguardas minimizar possíveis problemas inerentes à incompletude dos contratos.

“racionalidade limitada, porém intencional, traduz-se em contratos incompletos, porém antecedentes, respectivamente. O conceito de contratos em que a ECT trabalha é, portanto, o de ‘contratos incompletos em sua totalidade’, o que aparenta uma contradição dos termos.” WILLIAMSON (1996:9)

A **racionalidade orgânica** ou processualista (NELSON & WINTER, 1982) – assume que a capacidade racional dos indivíduos não é suficiente para direcionar a escolha de um quadro institucional com a finalidade de amenizar problemas contratuais “*ex-post*”. Com isso, os contratos asseguram as contingências não avaliadas. O modo pelo qual os agentes enfrentam as contingências não previsíveis é o estabelecimento de rotinas, que nem sempre são traduzidas em uma resposta racional (estratégica) à situação que se defronta o indivíduo.

A racionalidade limitada, na verdade, traz apenas maiores complicações ao processo de modelagem. Tal afirmação é condizente com críticas de alguns trabalhos produzidos por expoentes da própria NEI. Segundo o maior expoente da NEI, os custos de transação são apenas à existência de problemas informacionais; ou seja, o paradigma neoclássico assume “informação perfeita (ou seja, custos de transação nulos)” (NORTH, 1990).

f) Oportunismo

A mentira e a trapaça são ações esperadas e postas em prática no interesse de certas pessoas. O oportunismo está presente na renegociação a que estão sujeitas as partes

envolvidas na transação e pode levar ao comportamento antiético.

Existem duas formas de oportunismo, o “*ex-ante*”, no qual uma das partes age eticamente antes de ser efetivado o contrato, e o “*ex-post*”, quando se verifica o comportamento antiético durante o período de vigência contratual.

A ética é uma restrição informal que disciplina o comportamento daqueles que exercem o jogo social. Não é dada *a priori*, mas é um conjunto de regras formuladas pelo ser humano para balizar as interações pessoais. Assim, assumir o comportamento oportunista não significa negar o comportamento ético, ou seja, a ética existe por causa do oportunismo, e não apesar dele. A ausência, *a priori*, do oportunismo eliminaria a razão da existência da ética.

A ética e o oportunismo, ao contrário de incompatíveis, são imbricados ontologicamente. A primeira existe por causa da segunda e não apesar dele. A ausência *a priori* de um comportamento oportunista eliminaria a razão de existência da ética.

O oportunismo engloba a transmissão de informações seletivas, distorcidas, e promessas desacreditadas sobre o comportamento futuro do próprio agente, ou seja, o próprio agente estabelece compromissos, detendo, ele próprio, o conhecimento *a priori* de que não irá cumprir o acordado, causando problemas de execução e renovação de contratos. O comportamento oportunista consiste na habilidade do agente de identificar e explorar possibilidades de ganho ofertadas pelo ambiente, mediante a manipulação das assimetrias de informações visando a apropriação de fluxos de lucros. Com isso o risco de comportamento oportunista tanto menor quanto menores os custos de transação.

Ambos os pressupostos comportamentais – racionalidade limitada e oportunismo - são as bases em que se apóia o mundo dos custos de transação. Conforme colocam com prioridade.

“A nova literatura institucionalista, seguindo WILLIAMSON, reconhece que na ausência de racionalidade limitada e comportamento oportunista, todos os problemas econômicos relativos à contratação seriam triviais. De fato, não haveria necessidade de se estudar instituições econômicas” (FURUBOTN & RICHTER (1994:5)

g) Instituições

A operação e a eficiência de um sistema econômico são restritas pelo conjunto de instituições que regulamentam a conjuntura econômica (FARINA, 1997). Definem-se como

instituições as normas e restrições elaboradas pelos indivíduos, que estruturam as relações e interações sociais, econômicas e políticas. Constituem-se tanto de restrições informais (tabus, costumes, tradições) como restrições formais (constituições, leis, direitos de propriedade). As instituições impõem restrições e condicionam as interações humanas.

Para NORTH (1994), o conceito de instituições também engloba os mecanismos responsáveis pela execução desses dois tipos de normas (formais e informais); são, portanto, as regras do jogo (econômico, social, político, institucional).

Existem dois níveis de instituições: o macro (referente à legislação de um país) e o micro (regimentos que operam internamente numa empresa). Dados os pressupostos comportamentais apresentados aqui, há custos de transação. Esses, no entanto, viram em magnitude conforme, da estrutura de governança adequada a uma transação específica, é necessário.

h) Estrutura de Governança

As estruturas de governança são classificadas em: governança pelo mercado; Governança trilateral; governança específica de transação.

A governança pelo mercado é a maneira adotada em transações não específicas, mostrando-se eficaz no caso de transações recorrentes. As partes envolvidas necessitam somente consultar a experiência própria. É a aproximação máxima do chamado mercado puro.

Já a governança trilateral é o tipo de estrutura de governança que exige a especificação “*ex-ante*” de um terceiro agente, que se encarregará de executar uma avaliação, seja na execução da transação ou na solução de eventual situação-problema. É a mais indicada para transações que acontecem ocasionalmente, sejam elas mistas ou específicas.

A governança específica de transação, por sua vez, é a estrutura utilizada quando os ativos transacionados não envolvem padronização e faz com que o risco e a possibilidade de conflitos sejam maiores.

i) Transações

Para a ECT, as transações possuem diferentes tipos de dimensões: especificidades dos ativos, frequência e incerteza. Juntamente com o atributo frequência, propõe-se o atributo

duração da transação, captando não somente a repetição, mas também a intensidade com que se manifesta. Sobre incerteza, acrescenta-se complexidade, revelada pela presença de limites à racionalidade, assim como dificuldade de mensuração do desempenho.

Há diferentes tipos de transações, com a seguinte taxonomia: com ativos específicos; recorrentes; não-específicas; mistas.

As transações com ativos específicos ocorrem em um mercado muito limitado, ou pelo menos com sérias restrições legais para atuação com liberdade. Neste tipo de transação, o maior desafio é assegurar sua continuidade, condição primordial para estimular a decisão de investimento.

As transações também podem ser recorrentes, ou seja, trata-se de transações freqüentes ao longo do tempo. Neste caso, existe o interesse mútuo, tanto por parte do comprador, como do lado do vendedor, em preservar os investimentos aplicados, fazendo com que a transação não seja interrompida.

Outro tipo de transação é a ocasional, caracterizada pela insignificância da necessidade de continuidade da transação, ao longo do tempo. Há ainda as transações não específicas, envolvendo equipamentos e matérias padronizados, submetidos à normalização técnica. As transações mistas são os casos extremos, situação de fronteira.

j) Especificidade dos Ativos

Ativos específicos são definidos como aqueles que não são reempregáveis ou, quando o são, têm perda de valor. Tal característica aliada ao **pressuposto de oportunismo** e a **incompletude dos contratos** transforma o investimento de alto risco e com muitos problemas de adaptação gerando custos de transação.

A especificidade de um ativo expressa a magnitude de seu valor. Este é dependente, sobretudo, do mercado e da continuidade da transação comercial na qual ele é inserido. Os riscos e problemas de adaptação são proporcionalmente relacionados com a magnitude da especificidade. Quanto maiores os riscos maiores os custos de transação. Este se trata de um conceito indissociável do tempo, pois depende da frequência das transações.

Devemos, porém, distinguir a especificidade de ativos do conceito de “*sunk cost*”.¹⁷ Este último refere-se aos custos fixos incorridos e irre recuperáveis. À exemplo, se a compra de uma máquina é considerada “*sunk cost*”, não é possível vendê-la e, com isso, o

¹⁷ Para uma visão mais detalhada ver: MAS-COLELL, 1995.

investimento não poderá ser mais recuperado, o que levaria-nos a pensar que se trataria de um ativo específico. Porém, nem sempre um “*sunk cost*” é específico a uma transação, apesar de frequentemente sê-lo. Para exemplificar, o investimento em capital humano genericamente pode ser empregado em diversas transações ou, mais especificamente, em diferentes relações de emprego. Seria então não é um ativo específico. Entretanto não se pode comercializar a mão-de-obra entre firmas (já que não há mais escravidão) – e, portanto, um “*sunk cost*”.

A especificidade não se confunde com o conceito contábil de custo fixo, na medida em que este último, ao contrário do primeiro, pode eventualmente ser utilizado para fins diversos. Por exemplo, um galpão comprado para a construção instalação de uma atividade produtiva pode – pode, hipoteticamente, ser utilizado para outras finalidades que não a que motivou originalmente a compra (ser depósito, garagem e etc.). Conseqüentemente, esse custo fixo não é específico à transação em questão.

Como os ativos específicos possuem um maior valor quando empregados na transação, à qual são específicos, geram uma quase-renda¹⁸ – como chamaria Marshall. A quase renda neste contexto é definida como a diferença entre o retorno de um ativo empregado em uma transação específica e seu retorno em outro emprego alternativo.

Esse ganho oferecido pela quase-renda é objeto de barganha entre as partes envolvidas na transação. Por esse motivo, a situação criada pela presença de ativos específicos em uma transação, na medida em que a sua geração depende da continuidade do negócio por esse motivo, é similar à de um monopólio bilateral¹⁹. Nesse caso, monopolistas encadeados verticalmente o poder de se apropriar de um retorno maior do que aquela que seria obtido com o uso alternativo do capital ou, mais precisamente, em condições concorrência aberta. Para melhor ganhos, já que os dois são monopolistas, a solução desse problema de barganha não é simples. Apesar das partes se beneficiarem, no longo prazo, de soluções que venham a maximizar o lucro conjunto, elas têm interesses conflitantes no processo de divisão desses ganhos. O fato de a existência de quase-renda depender da continuidade da relação coloca as partes envolvidas em uma posição particularmente estratégica nesse processo de barganha. Porém,

¹⁸ É o lucro marginal que se pode auferir em uma atividade alternativa que segundo. SERGIANY, 2008. “Quase Renda (QR_t), mostra-se parcialmente adequado para esse fim, uma vez que a sua função é medir o desempenho econômico de firmas, grupo de firmas, ou cadeias produtivas num tempo t específico.”

¹⁹ Uma importante diferença entre a abordagem de monopólio bilateral e a da ECT está no fato de que na primeira a estrutura de monopólio bilateral é dada a priori, enquanto na segunda ela surge endogenamente.

“Cada uma delas procurará se aproveitar dessa posição privilegiada para se apropriar de qualquer ganho incremental derivado de uma adaptação de maximização conjunta de lucros. Esse conflito pode vir a criar problemas de adaptação, ou seja, custo de transação.

(WILLAMSON, 1985:63)

A relação de autoridade ocorre quando um agente faculta ao outro o que deverá ser executado. Essa relação possibilita a vantagem de não ser necessário antecipar-se todas as ações futuras, originando a árvore de decisões, assim como não traz problemas diante da racionalidade limitada dos agentes. Outro benefício deste tipo contrato diz respeito à não necessidade de contratação sucessiva, reduzindo os custos de transação, representando uma vantagem comparativa diante dos outros contratos.

Os contratos surgem como estruturas de proteção, visando a mitigar riscos nas transações, aumentando o valor da transação. A especificidade dos ativos informa (ou deve informar) qual a perda possível por uma ou todas as partes participantes em um contrato, no caso de ruptura pós-contratual (ZYLBERSZTAJN, 2005). Investimentos realizados cuja realocação signifique perdas acentuadas do valor dos investimentos em ativos específicos deverão adotar mecanismos na busca de reduzir os riscos de perda. A Figura 3 explica o conceito, mostrando a necessidade da criação de salvaguardas na existência de ativos específicos (WILLIAMSON, 1996 *apud* ZYLBERSZTAJN, 2005).

Na visão de AOKI (1984) “*team production*”²⁰ implica o problema de coordenação mesmo com condições de informação perfeita. Em outras palavras, a especificidade dos ativos tem como resultados o estabelecimento de uma relação de dependência entre as partes, com desdobramentos sobre o processo de barganha entre elas. Segundo as características peculiares dos ativos específicos e o reconhecimento de que praticamente todos os ativos têm um componente específico, poderia parecer intrigante, pois a teoria Econômica não teve, por muito tempo, esse tema como um ponto de destaque em sua literatura.

Se não houvesse limites á capacidade cognitiva, por exemplo, os agentes poderiam resolver “*ex-ante*”, através de um contrato completo, os problemas de dependência bilateral criados pela especificidade de ativos. Se não houvesse oportunismo, as partes não se aproveitariam da incompletude dos contratos de modo aético, o que evitaria perdas às suas

20 “Eu utilizo o termo *team* quando as habilidades não são apropriáveis individualmente. Para eles – ALCHIAN & DEMSETZ (1972) – um processo de “*team production*” é aquele no qual os participantes são substituíveis por outrem, desde que possuam características intrínsecas equivalentes” FARINA(1997).

contrapartes. Portanto, foi o mundo analítico utilizado pela NEI que trouxe a especificidade de ativos para a ordem do dia.

Nas palavras de WILLAMSON (1985:56),

“a especificidade somente tem importância em conjunto com a racionalidade limitada, oportunismo e de incerteza. Não há dúvida, no entanto, que a especificidade de ativos é a grande locomotiva que a economia dos custos de transação possui para seu conteúdo preditivo.”

WILLIAMSON (1991) *apud* FARINA (1997) distingue a especificidade temporal como importante especificidade de ativos, em que o valor de uma transação depende sobremaneira do tempo em que ela se processa, sendo especialmente relevante no caso da negociação de produtos perecíveis. Ele explica também o problema de dependência bilateral e suas conseqüências sobre os custos de transação.

Assim, quanto maior for a magnitude da especificidade de ativos, mais é necessário a criação de uma estrutura de governança que tenda à hierarquia.

Ativos específicos são aqueles não reutilizáveis, a não ser com perda de valor. Esta premissa, aliada ao oportunismo e à incompletude de contratos, torna o investimento nestes ativos sujeito a riscos e a problemas de adaptação. A especificidade dos ativos é condição necessária, pois o risco associado a atitudes oportunistas é significativo. Quanto maior a especificidade, maiores são os riscos e os problemas de adaptação, portanto, maiores são os custos de transação. É um conceito que depende da continuidade da transação, ou seja, indissociável do tempo.

Especificidade dos ativos não pode ser confundida com os “*sunk costs*” (custos fixos e irre recuperáveis) e ou com os custos contábeis (utilizados para fins diversos). Os ativos específicos possuem maior valor quando empregados na transação à qual são específicos, ensejando uma quase-renda (diferença entre um retorno de um ativo empregado em uma transação específica e seu retorno em outro emprego alternativo, resultando no montante objeto de barganha entre as partes envolvidas na transação, na medida em que sua geração depende da continuidade do negócio).

Se uma determinada transação foi provinda de investimentos que lhe são específicos – não podendo ser utilizados de forma alternativa sem uma perda considerável –, a parte que arcou com esses investimentos fica em uma posição especialmente sujeita a alguma ação

oportunista das demais partes. Isto ocorre porque a utilização de ativos específicos permite a geração de uma vantagem extra em relação ao que seria obtido empregando-se ativos não-específicos (ou genéricos). Tal como especificidade pode ser de região ou de produtos nacionalmente ou internacionalmente por sua tipicidade; qualidade; procedência e etc.

Por definição, o que caracteriza essa especificidade dos ativos é o fato de o valor que adquirem em um uso específico ser notadamente superior ao que seria obtido em um uso alternativo qualquer, ou que explica a ocorrência do excedente. A presença desse excedente a ser apropriado pelas partes gera um espaço que tem implicações em termos de eficiência na transação comercial desse artigo.

Conforme os ativos sejam mais específicos mais quase-renda (excedente) é criada e, portanto, a possibilidade de ganhos oportunistas cresce. Os custos de se utilizar contratos em geral crescerão mais do que aqueles relativos à integração vertical²¹.

WILLIAMSON (1991a: 281) distingue seis tipos de especificidade de ativos

As especificidades dos ativos podem derivar de várias situações adversas e que as caracterizam diferenciadamente. Dentre todas as fontes das especificidades dos ativos, podemos destacar:

- **especificidade de Localização** – quando as decisões obtidas previamente visam a minimizar despesas com estoque e transporte, originando ativos localizados nas mesmas proximidades geográficas;

- **especificidade física** – decisões tomadas sobre o *design* podem reduzir o valor do ativo, numa aplicação diferenciada, ou ainda a aquisição de máquinas e equipamentos enseja interdependência;

- **especificidade de capital humano** – diz respeito ao conhecimento fundamentado da mão-de-obra da empresa e de sua capacidade de aprender e executar uma função, “*learning-by-doing*”²²;

- **especificidade de ativos dedicados** – aparece nos casos quando um fornecedor faz investimento, para suprir a demanda para um cliente específico; caso contrário, esse investimento inicial não seria praticável;

²¹ Que é a integração de toda a cadeia produtiva em uma só firma.

²² Do inglês “Aprender Fazendo”, ou seja, a experiência empírica leva ao aprimoramento técnico.

- **especificidade de marca** – montante de recursos aplicados na criação de uma marca, e nos riscos que sua utilização implica;

- **especificidade de ativos temporais** – o valor de uma transação depende do seu tempo de processamento, comum em negociações com produtos perecíveis.

l) Dimensão das Transações

Transações comerciais diferem umas das outras. Esse é o motivo fundamental para explicar a existência de diferentes estruturas de governança para reger cada transação, como mercado “*spot*”²³, contratos ou integração vertical.

Nas palavras de WILLIAMSON (1985:68), “a ECT afirma que essa diversidade [contratual] é explicada, sobretudo, pelas diferenças básicas nos atributos das transações”. Para evitar o que ocorreu com Coase, por não conseguir observar, não poderia servir de comparação empírica das teses pertencentes à NEI, uma vez que esses atributos das transações explicam a existência de diferentes estruturas de governança.

m) Dimensão da Frequência

Caracteriza-se por frequência a repetição de uma mesma espécie de transação. É também um dos elementos relevantes na escolha da estrutura de governança que seja mais adequada a esta transação (FARINA, 1997). Além de ser uma das três dimensões das transações, apresenta alguns aspectos, diluição dos custos de adoção de um mecanismo complexo por várias transações e a possibilidade de elaborar reputação por parte dos agentes envolvidos na transação.

A repetição de uma transação possibilita que ambas as partes adquiram conhecimento, umas das outras, reduzindo a incerteza. Permite também que se faça uma reputação baseada na memória histórica e, em alguns casos, cria uma atmosfera de confiabilidade e compromisso, na continuidade da relação.

Quanto maior a frequência de uma transação, “*cæteris paribus*”, maior o valor presente dos ganhos futuros e maior o custo associado à atitude oportunista.

Cada vez que as transações comerciais acontecem, as partes criam uma reputação

²³ O termo “*spot*” é usado nas bolsas de mercadorias para se referir a negócios realizados com pagamento à vista e pronta entrega da mercadoria, em oposição aos mercados de futuro e a termo. A entrega, aqui, não significa entrega física, mas sim a entrega de determinado montante de dinheiro correspondente à quantidade de mercadoria negociada.

mútua. Tal reputação muitas vezes no valor de uma marca, a qual é intuitivamente percebida pelos consumidores como uma forma de economia de tempo na tomada de decisão, pois distinguem um produto desconhecido de outro. Esse resultado intuitivo, contudo, não é suficiente. É necessário explicar porque os consumidores fazem essa distinção, tarefa que a NEI consegue desempenhar. O papel primário de uma marca é a redução do custo de coleta de informações sobre o produto de boa reputação, adquire sem custos parte da informação relevante para o seu processo de escolha. Em outras palavras, a “reputação – ou marca – serve para garantir que o produto é – e permanecerá – uniformemente bom” (BARZEL, 1982:36). A reputação economiza, por tanto, custos de transação. No entanto, ela pode implicar aumento nos custos reais do produto.

A repetição de uma transação possibilita também que:

- 1) as partes adquiram conhecimento umas das outras – o que reduz a incerteza;
- 2) se construa uma reputação em torno de uma marca – o que cria um ativo específico; e, ainda mais importante, “*Credible Commitment*²⁴” entre as partes em torno de um objetivo comum de continuidade da relação.

A repetição de uma transação pode ser analisada teoricamente através do instrumental de jogos repetitivos. Em um contexto de informação imperfeita, a repetição possibilita o aprendizado dos jogadores, reduzindo a assimetria informacional dada “*ex-ante*”. A relação continuada permite que se conheçam as idiossincrasias de cada parte, tornando o resultado da transação mais previsível. Esse aprendizado corresponde a uma redução da incerteza – outra dimensão das transações que é analisada a seguir – dos correspondentes custos de transação à ela associados.

n) Ambiente Institucional

Admitindo-se racionalidade limitada, a escolha de uma instituição (forma organizacional inclusa) não necessariamente recairia naquela que maximizaria o lucro, ou que viria a ser a escolha ótima, como a seleção racional, e não darwinista, de soluções em um contexto sem limites cognitivos. Surge um paradoxo: a escolha das instituições só será eficiente se os custos de transação forem negligenciáveis ou inexistentes; contudo, supondo essa verdadeira essa afirmação, significaria dizer que a escolha de instituições seria irrelevante, já que sua relevância decorre da presença dos custos de transação. Nesse mundo,

²⁴ Do inglês “Credito investido”. Tal conceito é um investimento mútuo de credibilidade nas transações comerciais.

instituições ainda seriam importantes porque há uma série de outros mercados que podem operar com custos de transação elevados, em que o quadro institucional faz diferença.

O papel das instituições seria conciliar o movimento antagônico de custos, impedindo o crescimento dos custos de transação à medida que cresce a especialização superando o “*trade-off*”. Confirme a complexidade do mundo em que se insere uma transação. Quanto mais complexa a transação diferente vai ser o ambiente institucional adequado para poder viabilizar a transação.

Há uma separação distinta entre três tipos representativos de transações. O primeiro tipo caracteriza-se por ser um universo de troca com certa homogeneidade cultural, o que implica incerteza reduzida e um elevado custo à ação oportunista, i.e., baixo custo de transação, pertencente às sociedades primitivas. Tais sociedades não necessitaram de um quadro institucional complexo, porém terão um custo de transformação²⁵ elevado devido à vários fatores como: divisão do trabalho; possibilidade de comércio; qualidade do produto e etc..

Um segundo tipo é um pouco maior, com isso perde-se a homogeneidade cultural. É comum um desenvolvimento de uma reputação, a qual pode ser refletido por uma marca ou qualquer outra característica que assegure reconhecimento do consumidor. Pode-se transformar as trocas impessoais em uma personalizada, em que a relação clientela distingue um grupo de agentes, reduzindo assim o custo de transação.

O terceiro tipo se caracteriza por um grau de complexidade alto o que implica a criação de instituições que dêem suporte jurídico e logístico para as operações comerciais. o último quadro é mais adequado ao nível de complexidade comercial em que a maioria dos produtos se enquadram.

O ambiente institucional é composto da relação entre instituições e desenvolvimento econômico. Seu reconhecimento é originado da relação de “*trade-off*” entre especialização e custos de transação:

Os ganhos advindos de uma crescente especialização – gerados pelo aprimoramento do desempenho e outras economias derivadas da divisão do trabalho – são reduzidos ou eliminados pelos custos de transação – que aumentam com a especialização, na medida em que mais transações seriam necessárias e maior seria a dependência entre as partes engajadas no processo de especialização. (FARINA, 1997, pp.

²⁵ Adota-se aqui a terminologia de NORTH (1990), o qual define “custos de transformação” os custos da modificação do insumo em produto, e reservando o “custo de produção” a soma do “custo de transação” e

63.)

É comum o desenvolvimento de instituições (normas) que regulam a relação entre os agentes e inibem possíveis ações oportunistas, transformando um processo impessoal de troca em um tratamento personalizado com a clientela. No caso de maior complexidade da troca, as sociedades modernas recorrem ao sistema judiciário, que garante o cumprimento de contratos.

Surge, nessa instância, a importância do papel do Governo, do Estado soberano, que assegure igualmente entre seus cidadãos os direitos de soberania. Neste contexto, o estudo de ambiente institucional na Economia se aproxima e se confunde com o estudo de Direito, dando à legislação e ao direito de propriedade privada um lugar de destaque.

o) Estrutura de Governança

A corrente da ECT estuda as transações com um enfoque microanalítico, enquanto a corrente de Ambiente Institucional se dedica mais macroanalítica, a especificamente ao estudo das regras do jogo. Tomando as regras gerais de uma sociedade como dadas. Suas questões, portanto, abordam as diferentes formas contratuais enquanto estruturas de governança dessas transações. Conseqüentemente, a ECT fornece os microfundamentos ao estudo do ambiente institucional, ao passo que esse último fornece a análise dos parâmetros macroinstitucionais aos quais todas as transações se referenciam. A complementaridade entre ambas as correntes – assim como as coincidências de proposta e método – é o ponto que as une em um corpo teórico conhecido como NEI.

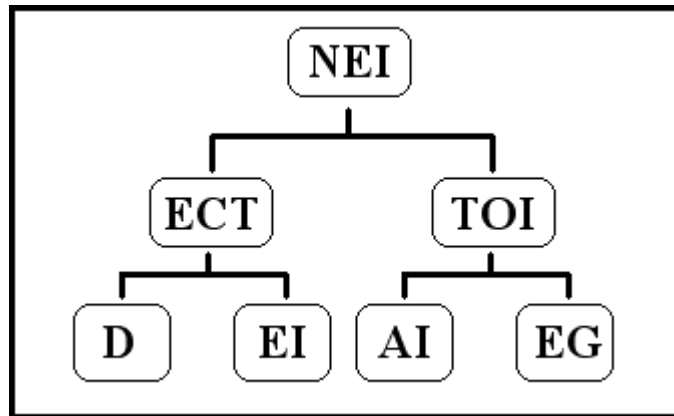


Figura 2. Áreas que compõem a NEI.
 Fonte: Adaptada pelo autor

AI – Ambiente Institucional

D - Direito

ECT – Economia dos Custos de Transação

EG – Estrutura de Governança

EI – Economia da Informação

NEI – Nova Economia Institucional

TOI – Teoria da Organização Industrial

Do mesmo modo, a estrutura de governança tem como função principal a redução dos custos de transação. Elementos organizacionais que possibilitam uma redução dos custos contratuais e de fiscalização de direito de propriedade, de monitoramento do desempenho, de organização das atividades ou de adaptação são respostas eficientes dos agentes ao problema de se transacionar. A literatura da ECT privilegia os custos de adaptação em sua análise, reconhecendo explicitamente sua maior importância frente aos demais (WILLIAMSON, 1996:4).

O estudo da Estrutura de Governança (enfoque micro) se detém aos elementos organizacionais que possibilitam uma redução nos custos contratuais, de fiscalização de direitos de propriedade, de monitoramento de desempenho, de organização das atividades ou de adaptação, que são respostas eficientes dos agentes aos problemas de transações. A eficiência de uma determinada estrutura de governança é determinada pela sua capacidade de resposta às mudanças no ambiente econômico (FARINA, 1997). Define-se como o arcabouço institucional (FIANI, 2002), e o conjunto de instituições (normas que regulamentam as interações sociais) na qual se reúnem diversos tipos de agentes diferentes

para que a transação seja efetivada dentro de suas garantias. Na perspectiva de WILLIAMSON (1996) teoriza que há três tipos de estrutura de governança: mercado, hierarquia e forma híbrida. Entende-se pela estrutura de governança mercado quando existe maior incentivo do que controle, enquanto a hierarquia é exatamente o oposto, quando investimentos em controle superam os incentivos, pois o mercado não seria um mediador eficiente, supondo a racionalidade limitada e, em tese, o comportamento oportunista do ser humano, não garantindo todos os direitos de propriedade privada. A forma híbrida apresenta-se como uma junção de incentivo e controle, um equilíbrio entre mercado e hierarquia, na qual ambos interagem simultaneamente.

A relação de autoridade ocorre quando um agente faculta ao outro o que deverá ser executado. Essa relação possibilita a vantagem de não ser necessário antecipar-se todas as ações futuras, originando a árvore de decisões, assim como não traz problemas diante da racionalidade limitada dos agentes. Outro benefício deste tipo contrato diz respeito à não-necessidade de contratação sucessiva, reduzindo os custos de transação, representando uma vantagem comparativa diante dos outros contratos.

Os contratos surgem como estruturas de proteção, visando a mitigar riscos nas transações, aumentando o valor da transação. A especificidade dos ativos informa (ou deve informar) qual a perda possível por uma ou todas as partes participantes em um contrato, no caso de ruptura pós-contratual (ZYLBERSZTAJN, 2005). Investimentos realizados cuja realocação signifique perdas acentuadas do valor dos investimentos em ativos específicos deverão adotar mecanismos na busca de reduzir os riscos de perda. A Figura 3 explica o conceito, mostrando a necessidade da criação de salvaguardas na existência de ativos específicos (WILLIAMSON, 1996 *apud* ZYLBERSZTAJN, 2005).

p) Dimensão da Incerteza

Segundo KLEIN *et alli* (1978:318) destacam dois elementos além da especificidade:

- a) incerteza da continuidade da transação²⁶; e
- b) incerteza ou expectativa sobre crescimento da demanda.

Não se pode estabelecer contrato “*ex-ante*” se há incerteza quanto ao comportamento dos preços do bem ou serviço transacionado. Assumindo, com isso, que um sistema completo de contratos contingentes não seja factível. Quanto maior a incompletude

²⁶ Por depender da continuidade da transação, trata-se de um conceito indissociável do tempo.

do sistema de contratos maior a incerteza para as operações de estabelecimento de contratos e também maior a possibilidade de ação oportunista de ambos os agentes. Os custos associados a tais operações são custos de transação que, por sua vez, são determinantes na escolha da forma organizacional responsável pela governança dessa transação. Assim, a incerteza é mais uma dimensão da transação relevante para a determinação da forma organizacional.

A racionalidade limitada, a complexidade e a incerteza ocasionam assimetria de informações. Tal assimetria provoca a impossibilidade de identificar todos os eventos que podem vir a ocorrer nas ações permeiam a negociação. Definida, também, como risco; ou seja, sendo possível de se identificar todos os eventos possíveis e atribuir probabilidade a esses eventos.

A terceira dimensão de uma transação caracteriza-se pela incerteza. Quanto maior o ambiente de incerteza numa transação, mais difícil se torna a efetivação da operação comercial. O conceito de incerteza se confunde com o de risco, variância de uma dada distribuição. Existe incerteza numa negociação contratual, quando a informação é incompleta ou assimétrica, ou quando se desconhecem possíveis eventos futuros.

O papel da incerteza está na distinção de várias estruturas de governança, que são mais ou menos suscetíveis à variação dos eventos (FARINA, 1997). Incerteza representa a revelação dos limites da racionalidade, evidenciando a incompletude dos contratos.

Contratos de mais lacunas, menos completos, estão sujeitos a atitudes oportunistas das partes envolvidas, ampliando os custos de transação.

q) Contratos

Três características da teoria de contratos relacionais (MACNEIL, 1978) serviu como referência à ECT para caracterizar as transações. As transações destacam-se no que se refere aos seis impactos sobre os contratos:

“1) a transação se prolonga no tempo, 2) elementos da troca não podem ser mensurados ou especificados precisamente [por ocasião da celebração do contrato], e 3) a interdependência das partes com relação à troca transcende, em alguns momentos, uma única transação, passando a um conjunto de inter-relações sociais”.

SPEIDEL (1993: 792 *apud* FARINA 1997)

A ECT adapta os atributos das transações à tradição da Economia. O primeiro dos

atributos da teoria de contratos relacionais²⁷ traduz-se, na ECT, na regularidade (frequência) da transação. O segundo atributo é marcado pelos custos informacionais de mensuração; e estendidos, na ECT para o atributo da incerteza, o qual engloba a variância ou desconhecimento de elementos futuros relacionados à transação. E por último, o terceiro atributo enfocada uma característica precisa e mensurável em verificações empíricas e predições: a especificidade de ativos. Na medida em que a interrupção de uma relação contratual implica custos àqueles que investiram em ativos faz com que, sob uma ótica econômica, exista uma interdependência temporal como consequência dos ativos envolvidos em uma transação. É esse atributo que assume o papel principal na ECT.

A especificidade de ativos, a frequência e a incerteza são as dimensões que faz parte de qualquer contrato. Outros atributos podem ser adicionados aos atributos como: ‘complexidade’ – tendo muita importância devido à presença de limites da racionalidade – e ‘dificuldade de mensuração do desempenho ressaltando, o qual é parte do problema informacional pós-contratual. Finalmente, outros autores adicionam um último atributo ‘grau de inter-relacionamento com outras transações’, que se propõe a analisar a transação em um contexto de transações, do qual ela faz parte, trazendo à tona a eventual dificuldade à coordenação de diferentes transações, além de custos diferenciados.

GROSSMAN & HART (1986) contribui para essa teoria demonstrando resultados, que sugerem a inclusão da estrutura dos direitos de propriedade como um atributo igualmente importante. Porém, não se pode tratar como artigos comuns, pois não são plenamente negociáveis. Tais como: capital humano e a estrutura de governança serão limitados por restrições intrínsecas a natureza do objeto.

O contrato é a unidade básica de análise dos custos de transação (FIANI, 2002). Existem vários tipos de contratos, que se diferenciam entre si pela sua natureza. Eles são:

- contratos que especificam no presente uma ação futura;
- contratos com cláusulas condicionais, os quais especificam no presente uma ação futura, condicionada a acontecimentos definidos antecipados no futuro;
- contratos de curta duração são os contratos de curto prazo sequenciais, realizados somente no momento em que as condições necessárias para a realização da transação efetivamente se concretizem;

²⁷ Para maior clareza Melo, E. P. de., A teoria dos contratos relacionais. Perspectivas da sua recepção no direito brasileiro. <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4567>. 2001.

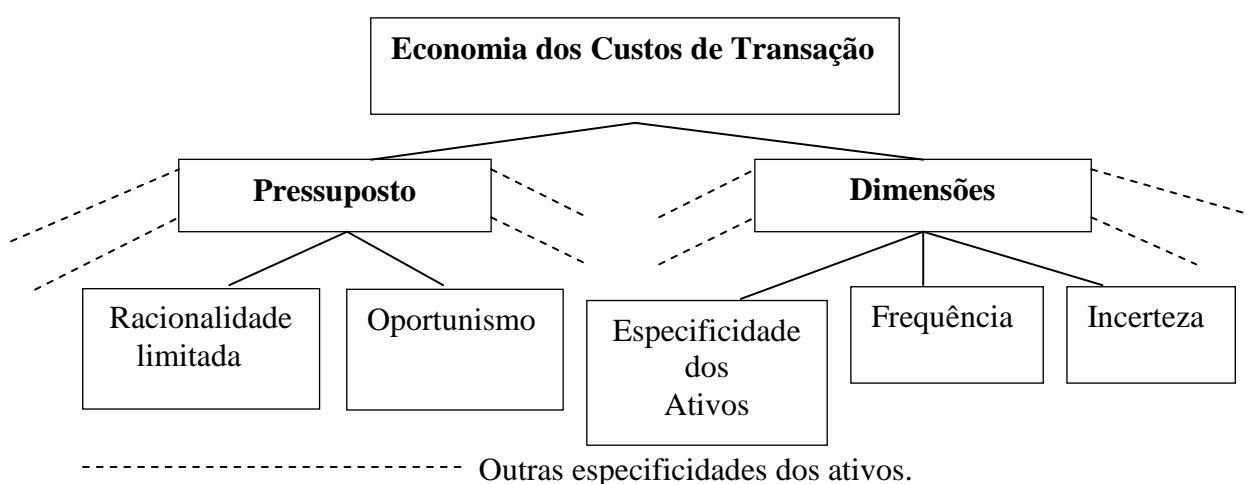
- contratos estabelecidos no presente com o direito de selecionar no futuro um desempenho específico dentro do conjunto de performances estipulado previamente; é o estabelecimento de uma relação de autoridade.

Os contratos de cláusulas condicionais enfrentam dificuldades no que diz respeito à sua redação, à medida que a complexidade aumenta, em virtude da racionalidade limitada dos agentes, o que impossibilita antecipar ações futuras, e suas respectivas providências. Outro ponto crítico que este tipo de contrato enfrenta é garantir seu cumprimento, ou seja, exigem-se certo grau de precisão e baixo custo numa avaliação prévia do contrato.

Os contratos de curto prazo seqüenciais ocorrem quando o comprador e o vendedor não possuem um vínculo duradouro, as ofertas são feitas a cada instante em mercados à vista, cada comprador adquirindo o que deseja somente no momento em que há a necessidade. Este tipo de contrato reduz problemas de adaptação entre as partes.

r) Direito de propriedade

DEMSETZ (1967) conceituou a transação como uma troca de diferentes direitos. Em seus mais variados modos: direitos privados e direitos públicos. Em diversas dimensões: como o direito de uso; direito de usufruto. Em direção do direito: modificação do objeto alvo do direito. O autor argumenta que direito de propriedade surge com a finalidade de internalizar as externalidades quando uma mudança no ambiente econômico pode ser suficiente para alterar os ganhos e custos da internalização, resultando, como consequência, a gênese de mais um direito de propriedade. Pode-se concluir que a estrutura de direitos de propriedade é uma resposta eficiente aos aspectos econômicos implicados por ela. Vejamos o esboço da estrutura da Economia dos Custos de Transação na figura 3.



----- Outras especificidades dos ativos.
Figura 3. Especificidade dos Ativos
Fonte: Laprano, 2005.

A Figura 4 mostra os tipos de contratos, em cenários diferentes, a preços distintos.

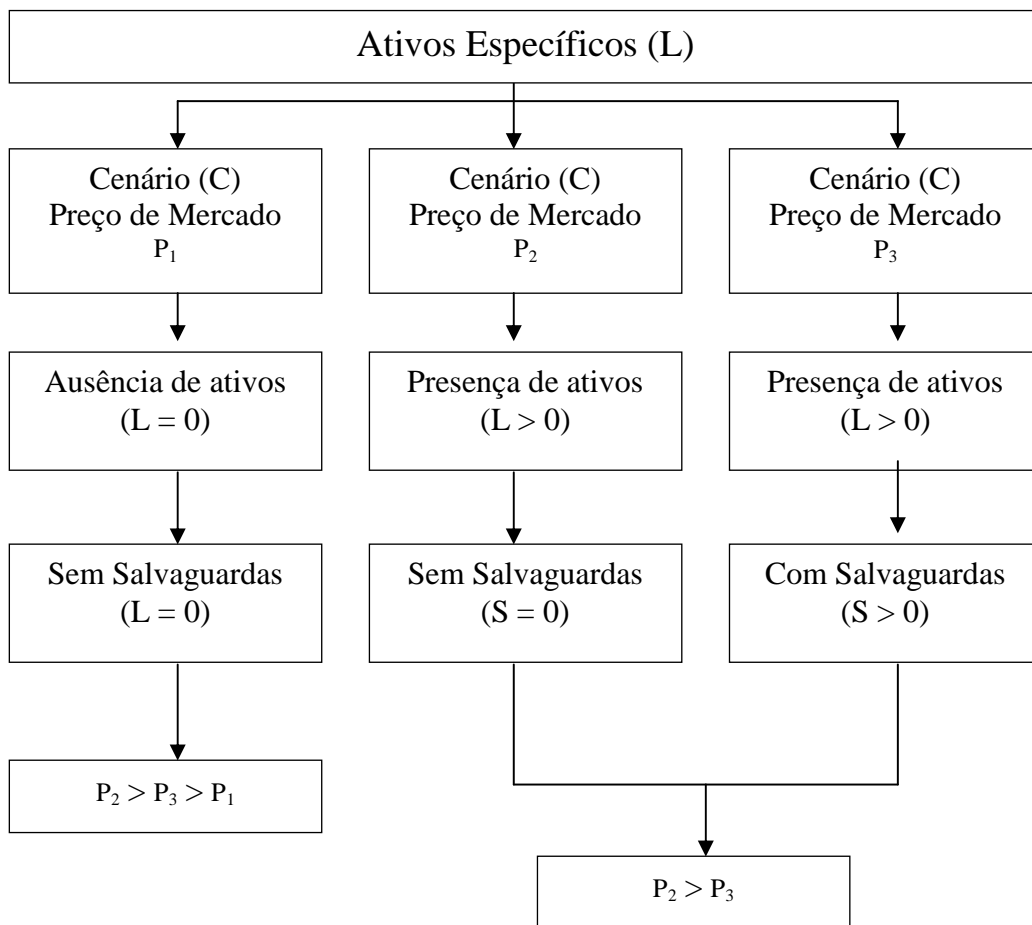


Figura 4– Diagrama Contratual Simplificado

Fonte: Laprano, 2005.

Onde:

A, B e C: são as diferentes situações ou cenários;

P_1 , P_2 e P_3 são os preços de mercado nos diferentes cenários;

L = são os ativos específicos;

$L = 0$: acusa a ausência de salvaguardas;

$L > 0$: mostra presença de salvaguardas;

S: são as salvaguardas;

$S = 0$: acusa a ausência de salvaguardas;

$S > 0$: mostra presença de salvaguardas;

B: é uma situação de instabilidade sinalizando riscos de apropriação de quase-rendas;

C: é uma situação de estabilidade ou eficiência, dado que introduz salvaguardas contratuais.

2.2 Ambiente Institucional e Estrutura de Governança

A amplitude desses conceitos é bem abrangente, pois abarca quase todas as espécies de agentes sociais que compõem direta e indiretamente as cadeias econômica, social ou política. Apesar das empresas poderem desempenhar suas atividades paralelas, temos que ter como princípio fundamental que a elas efetivamente elas desempenham o papel de restringir as ações humanas na medida que coordena tais ações.

Porém há empresas que têm como fundamento impor restrições através de suas coordenações, sobre outras instituições, ou seja, são instituições que servem para regulamentar as restrições às ações humanas, servindo de parâmetros de escolhas às regras formais e informais. Para que instituições sejam ainda definidas de modo mais abrangente é necessário também incluir nas definições anteriores os instrumentos responsáveis pelo funcionamento adequado das regras que compõem as instituições.

As correntes da NEI se diferenciam desta forma: ambiente institucional está relacionado à análise das macroinstituições, e instituições de governança às microinstituições. De acordo com o esquema de WILLIAMSON (1996) *apud* LAPRANO (2005), mostrado na Figura 4, a estrutura de governança se desenvolve dentro dos limites impostos pelo ambiente institucional e pelos pressupostos comportamentais sobre os indivíduos.

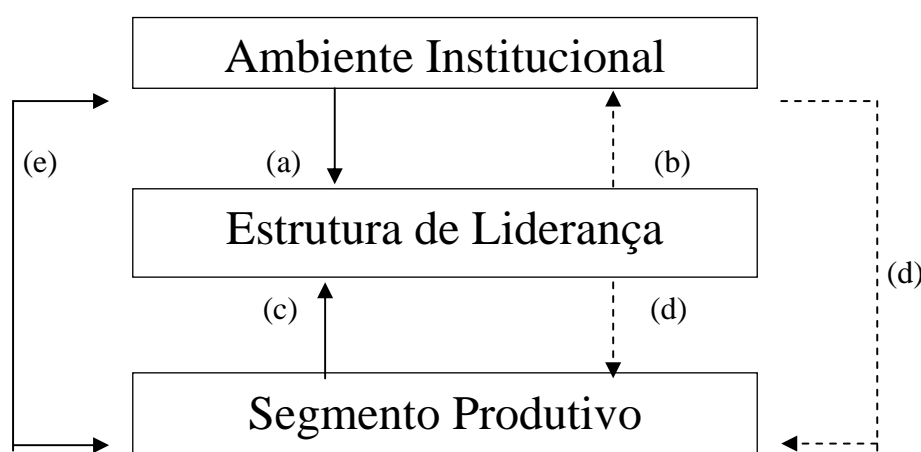


Figura 4 – Esquema de Três Níveis da Nova Economia Institucional
Fonte: Laprano, 2005.

a) O ambiente institucional coloca para os agentes que realizam as transações comerciais as regras e a seleção de formas organizacionais que comporão a estrutura de governança.

- b) Efeito de ações estratégicas dos agentes que modificam as regras do jogo.
- c) Pessoas são consideradas racionais e oportunistas, porém de forma limitada.
- d) Pessoas agem de acordo com suas convicções e preferências, de forma individual, ou seja, com objetivos personalizados; refletindo assim, sobre o ambiente institucional e a estrutura de governança.
- e) Tanto os indivíduos quanto as empresas procuram reduzir os custos de transação, porém não necessariamente os objetivos coincidentes.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1 A área Geográfica de Estudo

As regiões das Serras de Baurité, da Meruóca e de Ibiapaba foram escolhidas, porque estão inseridas nas três microregiões do Maciço de Baurité, Vale do Acarú e da Ibiapaba na região norte do Estado do Ceará em que mais se produz café no Estado do Ceará.

A Serra de Baurité se destaca, dentre estas, com 52,1 % da produção total, sendo o município de Mulugu o maior produtor dessa região, com 34,4 % do total dessa região (Vide Tabela 1). A microrregião de Baurité é uma das microrregiões do Estado do Ceará que, no século passado, se destacou no Estado, devido a importância da produção de café para região. A Estação Ferroviária de Baurité, uma das primeiras construídas no Ceará, foi projetada para atender as necessidades da viabilização do seu importante papel da economia cafeeira. Embora a serra enfrente problemas pontuais como queimadas e desmatamentos; foi instituído uma Área de Preservação Ambiental (APA) do Maciço de Baurité criada em 18 de setembro de 1990, pelo decreto estadual 20.956, ocupando uma área de 32.690 hectares. Grande parte de Pacoti e Mulungu também está inserida na APA exibem um dos últimos espaços preservados de Mata Atlântica no Ceará com forte vocação para prática do Ecoturismo.

A Serra da Meruóca foi, no passado, reconhecida como uma região tradicional no cultivo do café e que hoje o desenvolve uma produção baseada no extrativismo. Serra da Meruóca está uma serra localizada no norte cearense nos municípios da Meruóca, Alcântaras, Massapê e Sobral. Funciona como divisor de águas entre as bacias hidrográficas do rio Acaraú e do rio Coreaú.

Tabela 1. Produção de Café em Caco pesquisados na Região da Serra da Meruóca, de Ibiapaba, de Baurité – 2002

| Município | Área Colhida (ha) | % | Quantidade (t) | % | Valor (R\$mil) | % |
|-----------------|-------------------|-----|----------------|-----|----------------|-----|
| Aratuba | 700 | 62 | 238 | 63 | 317 | 58 |
| Baurité | 180 | | 43 | | 60 | |
| Guaramiranga | 980 | | 171 | | 229 | |
| Mulungu | 1.815 | | 588 | | 794 | |
| Pacoti | 950 | | 168 | | 225 | |
| Estado do Ceará | 7.401 | 100 | 1.926 | 100 | 2.798 | 100 |

FONTE: IBGE - 2002

A região da Serra da Ibiapaba²⁸ ainda possui alguns tradicionais produtores de café; porém, hoje estes produtores não apresentam grande importância para a economia da região. É em Ibiapaba que está localizado o menor parque nacional do Brasil, mas com muita importância para o meio ambiente. Fazem parte da Chapada de Ibiapaba as cidades pesquisadas de: Viçosa do Ceará, Ipu, Guaraciaba do Norte, Carnaubal, São Benedito, Ibiapina, Ubajara e Tianguá.

A amostra inicial da pesquisa procurou incluir o número maior de municípios de segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2006). Porém, com o abandono do cultivo do café em parte dessas regiões foram coletados dados apenas dos municípios que se seguem: Aratuba, Baturité, Guaraciaba do Norte, Guaramiranga, Ibiapina, Meruóca, Mulungu, Pacoti e São Benedito e Viçosa do Ceará, vide apêndice. Dentre estes municípios, os municípios de: Aratuba; Baturité; Guaramiranga; Mulungu e Pacoti são responsáveis por 62 % do total da área colhida de café do Estado do Ceará e 63% do total da produção total de café do Estado do Ceará; e perfazem 58% do valor total das receitas obtidas na produção de café do Estado do Ceará.

3.2 Justificativa da Área Geográfica de estudo

O motivo da escolha da área como objeto de estudo deve-se ao sistema de produção do café agroecológico na Serra de Baturité, na Serra da Meruóca e na Serra de Ibiapaba onde se destaca por ser uma atividade: i) geradora de emprego e melhorias no que diz respeito à renda dos produtores rurais; ii) com grande potencial produtivo aliado a constante preocupação da atualidade com conservação dos recursos naturais utilizados no processo produtivo, o qual caracteriza um sistema agroflorestal.

Vale destacar que o cultivo do café agroecológico é, dentre poucas atividades agrícolas possíveis de serem exploradas nessa região de serras úmidas, que não provoque fortes impactos negativos no ecossistema, dado as características topográficas predominantes limitantes de relevo acidentado. As limitações naturais não permitirem muitas alternativas de exploração da agricultura tradicional; por isso, mostram-se adequadas às condições locais para o sistema agroflorestal, o qual é configurado condições integradas ao ecossistema e à cultura do café. Até porque, poucas outras culturas resistiriam com o sombreamento oferecido pela vegetação de maior porte.

As serras de Baturité, da Meruóca e da Ibiapaba são onde se concentra a maior produção de café orgânico no Ceará. Tal café pela técnica rústica de manejo e sombreamento

²⁸ Também conhecida como: Planalto da Ibiapaba, Chapada da Ibiapaba ou Serra Grande.

se caracteriza por café orgânico. A área produtora de café orgânico tem como pólos principais a região da Serra de Baturité e a Serra de Ibiapaba onde se encontram os Municípios de Mulungu e de Tauá como os maiores produtores.

O café foi uma atividade econômica de bastante destaque no século passado e, com o passar do tempo, algumas desastrosas políticas agrícolas²⁹ feita em nível estadual e federal pôs essa atividade em grande dificuldade de se sustentar por diversos motivos característicos dessa cultura.

Diante da insustentabilidade da agricultura convencional praticada no Estado do Ceará cabe o seguinte questionamento: será que realmente a agricultura agroecológica, como é o caso do café produzido nas regiões das Serras de Baturité, da Meruóca e de Ibiapaba é sustentável do ponto de vista econômico social e ambiental? Como é, de fato, o ambiente produtivo de café orgânico nas principais regiões produtoras do Estado do Ceará? Quais os determinantes dos Custos Transacionais na produção de café orgânico no Estado do Ceará? Como é a estabilidade no ambiente institucional local para efetivação de contratos comerciais?

Segundo CASTRO JÚNIOR *et al*, (1996) o café agroecológico pode-se constituir em uma das mais importantes fontes de divisas da economia mundial para permiti o crescimento e o desenvolvimento das economias menos desenvolvimento. Daí a constante intervenção governamental na atividade cafeieira. Apesar dessas políticas terem por muitas vezes gerado efeitos adversos sobre a cafeicultura nacional, que se caracterizou por um quadro de crises cíclicas como foi verificado por (FERREIRA FILHO, 1993 *apud* CASTRO *et al*, 1996).

²⁹ Para maiores detalhes ver ALCÂNTARA, 2009.

3.3 Métodos de Análise

O trabalho teve como fonte de dados pesquisa de campo para coletar os dados primários. Pesquisa bibliográfica e dados secundários dos órgãos oficiais como: IBGE, SEAGRI.

A coleta de dados foi realizada nos meses de agosto, setembro e outubro de 2008, com os produtores de café orgânico das serras de Baturité, Meruóca e Ibiapaba. O questionário foi semi-estruturado com abertura para que os produtores, os quais integram o objeto desse estudo, pudessem expressar suas opiniões sobre a estrutura de produção do café.

Os questionários foram aplicados nas diferentes regiões de forma proporcional a representação de suas produções no cômputo da produção do Estado; distribuindo-se da seguinte forma: 25,49 % na região da Serra de Ibiapaba; 4,90 % na região da Serra da Meruóca e 61,69 % na região da Serra de Baturité.

As regiões estudadas refletem um padrão de produção comum a todo o Estado do Ceará de forma a termos elementos de poder planejar algumas políticas que visem o desenvolvimento da cultura de café orgânico no Estado.

Alinhado com os dois primeiros instrumentos de coletas de dados, pesquisou-se nos dados oficiais dados estatísticos para compor quadro geral da produção do café orgânico em nível local e internacional.

A teoria dos custos de transação foi usada para perceber os fatores que afetam a produção de café orgânico no Estado do Ceará. Procurou-se determinar o nível de relacionamentos entre as instituições capazes de manter a estabilidade no ambiente institucional local para efetivação de contratos comerciais.

Por meio da coleta de dados primários, realizada via entrevista junto aos produtores de café orgânico das três principais regiões produtoras do Ceará (Serra de Baturité; Serra de Ibiapaba; Serra da Meruóca); além de entrevistar com representantes de associações ligadas ao processo produtivo ou representante dos produtores de cada região, conseguiu-se clarificar o quadro atual do sistema de produção do Estado do Ceará. Para isso, utilizou-se a ferramenta de aplicação de questionários para tabulação das informações simplificando a análise. O método utilizado para a seleção da amostra baseou-se na escolha aleatória dos produtores. Pois, há uma certa homogeneidade dos dados, mesmo se compararmos as regiões pesquisadas isoladamente.

Há desagregação entre os produtores de café dessa região refletindo na baixa produtividade da produção de café orgânico. Com isso, a busca empreendida por esse estudo pretende exibir o quadro atual sobre os produtores de café do Estado do Ceará e a estrutura

produtiva do café orgânico no Ceará. Constitui-se também como objetivo básico investigar os problemas enfrentados pela produção e comercialização, identificando os custos de produção, transformação e transação, segundo a óptica dos produtores de cada região estudada.

O questionário divide-se em temáticas diferentes, utilizando perguntas, de respostas abertas e subjetivas (não sugerindo nenhuma tendência na resposta do entrevistado). Os questionários tiveram homogeneidade no quadro de respostas e que poderão ser analisados com mais detalhes nas tabelas que serão mostradas. Devido à baixa disponibilidade de bibliografia sobre a referida temática do café orgânico no Ceará a possibilidade de comparação se mostrou um pouco difícil. Com isso, procurou-se dispor os dados de forma mais clara em tabelas, as quais procuraram refletir as perguntas centrais do questionário. Tentamos comparar os resultados entre os discursos apresentados pelos produtores e a pesquisa bibliográfica efetuada, além de comparação com as outras perguntas do próprio questionário.

Tabela 2 - Número de agricultores de café orgânico pesquisados na Região da Serra da Meruóca, de Ibiapaba, de Baturité

| Região | Município | Agricultores | | Total | |
|----------|---------------------|--------------|---------------|-----------|---------------|
| | | Absolutos | Relativos (%) | Absolutos | Relativos (%) |
| IBIAPABA | Ibiapina | 9 | 8,82 | 26 | 25,49 |
| | Guaraciaba do Norte | 5 | 4,90 | | |
| | São Benedito | 12 | 11,76 | | |
| MERUÓCA | Meruóca | 5 | 4,90 | 5 | 4,90 |
| BATURITÉ | Aratuba | 16 | 15,69 | 71 | 61,69 |
| | Baturité | 1 | 0,98 | | |
| | Guaramiranga | 18 | 17,65 | | |
| | Mulungu | 31 | 30,39 | | |
| | Pacoti | 5 | 4,90 | | |
| TOTAL | | 102 | 100,00 | 102 | 100,00 |

Fonte: Dados da pesquisa

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 O Café Agroecológico no Estado do Ceará

O perfil do pequeno produtor de café orgânico das regiões. Da amostra estudada, observou-se que as famílias dos pequenos produtores geralmente são pouco numerosas, possuindo, em média, 3 componentes. Verificou-se ainda que os 3 componentes da família, em média, colaboram na produção do café direta ou indiretamente, sendo eles homens e adultos, em sua maioria. Os pequenos produtores necessitam de auxílio de mão-de-obra externa, sobretudo na limpeza e colheita, contratando, em média, 5 trabalhadores para ajudá-los no processo produtivo durante o período de safra. As características do auxílio externo: trabalhadores são avulsos, ou seja, ganham por dia trabalhado; não tem relação única com a atividade produtiva, ganham por outra atividade e dedicam alguns dias ao processo de preparação do cafezal para a floração e, posteriormente, mais alguns dias para a colheita.

A média da diária por região é basicamente apresenta um único preço 10,54 R\$ na Serra de Ibiapaba; 11,20 R\$ na Serra da Meruóca e 11,25 R\$ na Serra de Baturité. Para ter uma visão mais detalhada sobre a realidade da região estudada a tabela 3 está mostrando, por região, os dados coletados sobre as famílias dando uma visão a respeito da pequena diferenciação entre elas.

Tabela 3 – Número de Famílias e de pessoas que trabalham com Café Orgânico na Região da Serra da Meruóca, de Ibiapaba, de Baturité

| Região de Serra | Município | Nº M.F Família* | Nº M.F. Café** | Nº M.F. EXT*** | Valor da diária R\$ | Saber ORg**** |
|-----------------|---------------------|-----------------|----------------|----------------|---------------------|---------------|
| Ibiapaba | Ibiapina | 18 | 15 | 9 | 10,54 | 8 |
| | Guaraciaba do Norte | 10 | 10 | 13 | | 3 |
| | São Benedito | 33 | 33 | 230 | | 4 |
| Meruóca | Meruóca | 29 | 29 | 31 | 11,20 | 3 |
| Baturité | Aratuba | 44 | 40 | 20 | 11,25 | 11 |
| | Guaramiranga | 53 | 41 | 28 | | 17 |
| | Baturité | 3 | 2 | 2 | | 1 |
| | Mulungu | 87 | 77 | 121 | | 26 |
| | Pacoti | 19 | 18 | 24 | | 5 |
| Média | | 2,90 | 2,60 | 4,69 | 13,10 | 0,76 |
| TOTAL | | 296 | 265 | 478 | - | 78 |

Fonte: Dados da pesquisa

*Número médio de Membros da Família

**Número Médio de Trabalhadores que trabalham com Café

***Número de membros Externos que Trabalham com Café

****Conhecimento do produtor o que é orgânico

Grande parte da família responsável pela unidade produtiva trabalha com café orgânico. Mesmo assim o número de trabalhadores externos necessários à atividade agrícola sempre se mostrou maior que os membros integrantes às famílias, perfazendo um total de mais de 64,33% da mão-de-obra empregada no cultivo do café é externa, mostrando o enorme potencial de gerar empregos.

As propriedades dos pequenos produtores de café orgânico das regiões têm o perfil bastante diversificado quanto à área, variando de 20 a 3107 hectares. Um dado muito bom é que a área efetivamente ocupada com o café varia entre 5 e 113,5 hectares podendo-se associar a preservação ambiental com uma atividade economicamente viável; além de possibilidade de expansão já que o percentual coberto com o cafezal nas unidades produtivas varia entre 13,10% e 45,95%.

Tabela 4 – Área das propriedades produtora de café orgânico pesquisadas na Região da Serra da Meruóca, de Ibiapaba, de Baturité

| Região de Serra | Município | Área total da propriedade em Hectare | Tamanho médio das Propriedades em Hectares | Área com café em Hectare | Hectare com o café (%) |
|-----------------|---------------------|--------------------------------------|--|--------------------------|------------------------|
| Ibiapaba | Ibiapina | 45,00 | 36,52 | 17,50 | 13,10 |
| | Guaraciaba do Norte | 514,00 | | 42,00 | |
| | São Benedito | 424,50 | | 69,30 | |
| Total da região | | 949,50 | - | 4,95 | - |
| Meruóca | Meruóca | 247,00 | 49,40 | 113,50 | 45,95 |
| Total da região | | 247,00 | - | 113,50 | - |
| Baturité | Aratuba | 259,80 | 43,77 | 62,30 | 19,92 |
| | Baturité | 20,00 | | 5,00 | |
| | Guaramiranga | 925,50 | | 187,00 | |
| | Mulungu | 1720,10 | | 348,22 | |
| | Pacoti | 182,00 | | 16,50 | |
| Total da região | | 3107,40 | - | 8,72 | - |
| Média | | 45,30 | - | 8,86 | - |
| TOTAL | | 4303,90 | - | 841,32 | 19,55 |

Fonte: Dados da pesquisa
- valores sem significado analítico

De acordo com os relatos dos produtores, depois que os projetos sociais (Bolsa Família, Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, dentre outros) foram iniciados pelo atual Governo, o número de pessoas dispostas a trabalhar diminuiu drasticamente. A teoria econômica dos custos transacionais deu suporte, juntamente com a teoria da oferta de

trabalho BRANSON (2001: p. 112-115); para concluir que a falta de mão-de-obra foi o aumento do o aumento dos ‘salários médio mínimo’³⁰, o que, para sistematizar uma estrutura de produção do café orgânico, é de extrema importância.

³⁰ A OFERTA DE TRABALHO

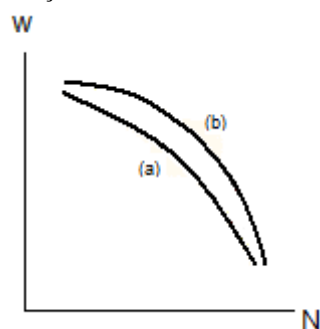
Ao abordamos a oferta de trabalho, duas questões fundamentais devem ser colocadas de início:

1. A oferta de trabalho depende do salário nominal ou do salário real?
2. Os salários são rígidos ou flexíveis?

As suposições feitas para se responder corretamente a essas questões terão importantes conseqüências na elaboração do nosso instrumental macroeconômico. Até o final desse capítulo utilizaremos a hipótese *clássica* de que a oferta de trabalho depende do salário real. Esta hipótese foi assim chamada por advir da teoria tradicional do consumidor e por se fundamentar na economia pré-keynesiana, que Keynes denominou *clássica*, em 1936. Veremos que embora a hipótese da oferta de trabalho como função do salário real w – a hipótese de *não existência de ilusão monetária* – possa ser correta (embora dificilmente verificável) a longo prazo, a suposição de que a oferta de trabalho depende do salário nominal W poderá ser mais útil para explicarmos as variações efetivas a curto prazo no nível de emprego. O Capítulo 7 apresentará o modelo elaborado sob a hipótese de que a oferta de trabalho depende do salário nominal. Inicialmente, entretanto, examinaremos a abordagem *clássica*.

Gráfico 6-11

Função Demanda do Trabalho Agregada



A Decisão Individual Quanto à Combinação de Trabalho e Lazer

Para obtermos a função oferta de trabalho, lançaremos mão de alguns conceitos microeconômicos. Vamos supor que um trabalhador deseja alcançar a combinação de renda real e lazer que lhe seja mais satisfatória. Supondo que possa alocar seu tempo entre trabalho, através do qual obtém a renda real y , e lazer, S , o limite ou restrição de sua capacidade de atingir a satisfação máxima, ou seja, *utilidade* U , advém do número de horas diárias e do salário real que recebe. Portanto, sua função utilidade é

$$U = U(y, S)$$

O trabalhador deseja maximizar seu nível de utilidade sujeito à restrição, segundo a qual sua renda real é dada pelo salário real que recebe, multiplicado pelo número de horas que trabalha. Por outro lado, o número de horas n que trabalha é igual ao total de horas disponíveis H menos o número de horas destinadas ao lazer S . Portanto, a *restrição orçamentária* do trabalhador é:

$$y = H/p \cdot (H - S) = w \cdot (H - S),$$

Estas relações são ilustradas no Gráfico 6-12. Cada curva U (de indiferença) mostra todas as combinações de y e S que proporcionam o mesmo nível de satisfação ou utilidade. Os pontos sobre a curva U_1 representam um nível superior de utilidade que aqueles sobre a curva U_0 . Todo o espaço y, S será preenchido por tais curvas, não havendo intersecção entre elas. O trabalhador-consumidor deseja atingir a curva de indiferença mais alta possível. Seu movimento na direção nordeste no plano y, S está limitado pela reta correspondente à sua restrição orçamentária; a posição dessa reta é determinada pelo número de horas disponíveis para o indivíduo e pelo salário real por ele recebido. Portanto, se o indivíduo dispõe de H horas e opta por não obter renda alguma, terá H horas de lazer; se o salário real for W_0 e ele decidir não dedicar nenhuma das horas disponíveis ao lazer, obterá uma renda $W_0 \cdot H$. Entretanto, renda e lazer poderão ser combinadas em proporções diversas, cujo conjunto de combinações possíveis constitui a *linha de orçamento*. Todos os pontos sobre a linha de orçamento ou abaixo dela são pontos atingíveis, ou *possíveis*; os que estão acima da restrição

Isso fica mais claro quando juntamos a percepção dos produtores de café que usam frases do tipo “NÃO ENCONTRAMOS TRABALHADORES” e os trabalhadores afirmam que estão saindo da zona rural para poderem arranjar empregos que tenha melhor salários. A maioria dos trabalhadora tem como objetivo arranjar um emprego em firma com carteira assinada e usam frases como: “NÃO ARRANJAMOS EMPREGOS” e “NÃO VAMOS PASSAR O DIA TRABALHANDO PARA GANHAR UMA DIARIA DESSA”.³¹

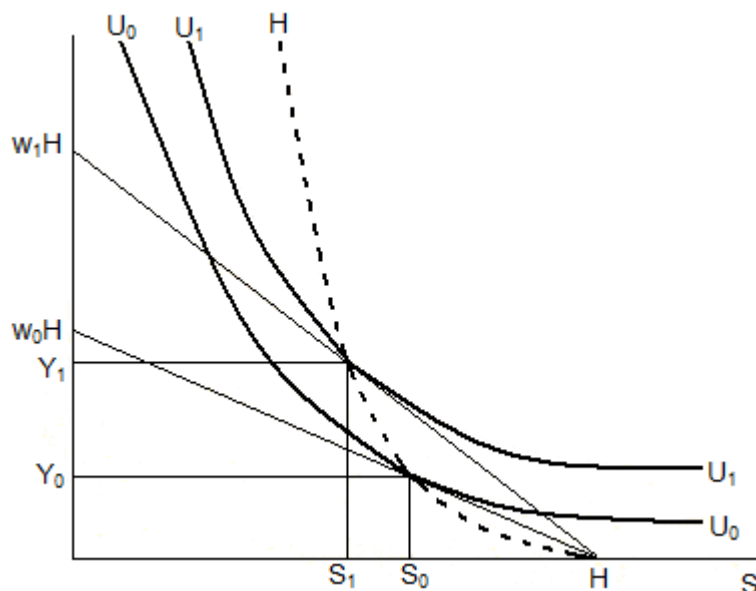
Apesar de não ter sido objetivo dessa pesquisa foi muito fácil perceber o nível de educação dos produtores tanto no aspecto formal quanto o laboral influenciando também a oferta de mão-de-obra, pois os trabalhadores que têm nível médio ou técnico não querem trabalhar na agricultura devido as baixas perspectivas de progresso social. Diversos trabalhos mostram que o nível escolar e técnico dos trabalhadores é um fator de extrema

orçamentária não o são. Sabemos pela restrição orçamentária $y = w.(H - S)$, onde w e H são constantes, que reduções nas horas de lazer, M , levarão a um aumento na renda dado por $\Delta y = -w .M$, de forma que a inclinação da linha orçamentária é $\Delta y/M = -w$.

Para um dado salário real, o trabalhador atingirá um máximo de utilidade, no ponto em que a restrição orçamentária tangenciar uma curva de indiferença, tal como Y_0, S_0 no Gráfico 6.12. Esta será a mais alta curva que o trabalhador poderá obter. Ao mudar o salário real, a inclinação da restrição orçamentária também será alterada.

Gráfico 6-12

A Decisão Quanto à Combinação de Trabalho e Lazer



Por exemplo, se o salário passar para w_1 , a linha de orçamento se deslocará sobre o eixo *dos y*, até o ponto w_1H , e a posição de equilíbrio será agora Y_1, S_1 .

Pela forma como as curvas de indiferença foram traçadas, toma-se evidente que a elevação do salário, isto é, uma maior inclinação da restrição orçamentária, inicialmente reduz o montante de horas disponíveis despendidas em lazer ou, o que é o mesmo, aumenta o número de horas de trabalho, $n = H - S$. Unindo os pontos de tangência entre as retas que representam as restrições orçamentárias correspondentes aos diversos níveis salariais e as curvas de indiferença, com H constante, teremos a curva pontilhada de oferta de trabalho HH , mostrada no Gráfico 6-12. BRANSON (2001).

³¹ Ver Tabela 10.

importância, pois há uma correlação forte entre o nível educacional e o nível salarial adquirida na atividade laboral.³²

As técnicas utilizadas no processo produtivo (poda, limpa, levantamento dos galhos e etc.) e o próprio processo produtivo, como um todo, fornecem as características necessárias de uma produção de café orgânico; porém como não se apresentou uma estrutura jurídico-administrativa capaz de conseguir e manter as exigências internacionais para certificação, os produtos ali comercializados não podem apresentar como garantia desse produto uma certificação que ateste sua qualidade de orgânico.

Os questionários direcionados foram preenchidos durante as entrevistas com aos produtores de café. O nível de desagregação dos produtores pode ser percebido pelo não conhecimento entre si dos próprios produtores; assim como, desses com as associações (quase nenhuma) ou como as instituições de Assistência técnica do governo (Secretaria de Meio Ambiente - SEMACE, Empresa de assistência Técnica e Extensão do Ceará - EMATERCE, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA, prefeitura e etc.).

No caso da banana, onde 57,84 % dos produtores a cultivam, existe um problema muito sério com a conservação da mata nativa, pois para o cultivo desta cultura há a derrubada da mata nativa pra implementação das mudas. Como é a banana é a cultura mais desenvolvida, na região da Serra de Baturité a degradação é bastante avançada.

Na Serra de Ibiapaba a cultura da cana-de-açúcar é bastante desenvolvida, sendo este o motivo de tal serra ser a mais degradada segundo relatos dos produtores. A conscientização ambiental nessa serra específica é decorrente da presença de fontes de águas mineral que estão sendo usadas por algumas empresas.

Podemos ver na Tabela 5 que além do café orgânico, 23,53 % dos produtores também cultivam hortaliça; 12,75 % dos produtores cultivam laranja; 9,80 % dos produtores cultivam feijão. 8.82 % dos produtores t cultivam milho; 8.82 % dos produtores também cultivam maracujá; Os produtores cultivam: limão; tangerina; abacate; cana-de-açúcar; gado; mandioca; flores. Atuando em áreas que são não propriamente agrícolas 0,98 % dos produtores atuam no turismo ecológico. O pode ser explicado pela grande número de pequenas propriedades o que não se adéqua a esse tipo de atividade. De acordo com os relatos dos produtores tais culturas ser associadas à cultura do café; pois garanti a sustentabilidade econômica da unidade produtiva, a qual pode em suas palavras “comer o

³² Para um maior aprofundamento ver AMADEO (1994).

milho e o feijão o ano todo e o café é só uma vez no ano” Antônio José Monte Tavares produtor rural.

Tabela 5 – Número de Produtores que Associam o Café com outra Atividade na Região da Serra da Meruóca, de Ibiapaba, de Baturité

| Produtos Associados | Número de Produtores | |
|---------------------|----------------------|--------------|
| | Absoluto | Relativo (%) |
| Banana | 59 | 57,84 |
| Hortaliça | 24 | 23,53 |
| Tangerina | 15 | 14,71 |
| Laranja | 13 | 12,75 |
| Cana-de-açúcar | 12 | 11,76 |
| Feijão | 10 | 9,80 |
| Maracujá | 9 | 8,82 |
| Milho | 9 | 8,82 |
| Abacate | 6 | 5,88 |
| Batata | 3 | 2,94 |
| Limão | 3 | 2,94 |
| Mandioca | 4 | 3,92 |
| Flores | 2 | 1,96 |
| Gado | 2 | 1,96 |
| Turismo | 1 | 0,98 |

Fonte: Dados da pesquisa

O mês de limpa e o preparo do pomar ocorre em outubro de cada ano, logo após a Colheita, que ocorre nos meses julho, agosto, setembro; sendo o mês de agosto o principal mês de colheita. Tal cronologia é determinada pela experiência dos produtores. As propriedades são, na sua maioria, pequenas e praticam economia de subsistência. Entretanto há resquícios de grandes latifundiários. Com o regime de chuvas do Nordeste fica muito difícil coordenar o período de trato do cafezal e o período de chuvas para a produtividade dos produtores ser compensador para a atividade. Segundo relatos coletados durante as entrevistas com os produtores são necessários mais ou menos dois ou três meses de chuvas regulares nos quais o fornecimento de água às plantas faz florar e manter o fruto na árvore. O primeiro mês é antes da floração onde a planta precisa de água suficiente para expor e manter a flor apta a ser polinizada. Os dois meses subsequentes são para o crescimento e maturação do fruto. Os relatos não precisão os dias necessários de irrigação, pois o conhecimento dos produtores é adquirido durante os vários anos com o cultivo do café. A Tabela 6 apresenta informações sobre a produção de café do nas Regiões pesquisadas.

Tabela 6 – Principais Características da Produção de Produção do Café Orgânico na Região da Serra da Meruóca, de Ibiapaba, de Baturité

| Características | Especificação |
|--|-------------------------|
| Número de Colheita por Ano | 1 |
| Meses de Limpa para Preparar a Nova Safra | Outubro |
| Meses de Colheita | julho, agosto, setembro |
| Área média dos Estabelecimentos, em hectares | 45,30 |
| Área Média Plantada com Café | 8,86 |

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 7 apresenta informações sobre a produção sobre as variedades que os produtores têm em suas propriedades. Sendo que o replantio não é uma prática comum entre os produtores locais havendo café com mais de 120 anos. A variedade do café é, na maioria das vezes, desconhecida pelos produtores, chamando a de comum ou nativo. Os produtores têm opiniões vagas a respeito dos tipos IBC, MUNDO NOVO, SERRAGRANDE.

A falta de apropriação sobre as melhores técnicas e os melhores tipos de café reflete o grau de desorganização do sistema produtivo local e conseqüentemente o elevado custo de transação. Seria de extrema sensatez ter uma renovação do pomar para que se pudesse ter uma estimativa real do potencial de produção das regiões estudadas. Para tal, é importante que os tipos de café sejam pesquisados seja pela EMBRAPA, EMATERCE ou qualquer outro órgão governamental e que os produtores sejam devidamente informados e capacitados para melhor uso de seus pomares.

Tabela 7 – Variedades Afirmadas pelos Agricultores nas Regiões das Serras, da Meruóca, de Ibiapaba, de Baturité

| Variedade do Café Arábico | Número de Produtores | |
|----------------------------------|-----------------------------|------------------------|
| | Absoluto | Porcentagem (%) |
| COMUM / NATIVO | 61 | 59,80 |
| MUNDO NOVO | 18 | 17,65 |
| SERRA GRANDE | 16 | 15,69 |
| IBC | 14 | 13,73 |
| CATUCAI | 8 | 7,84 |
| CATUAI | 4 | 3,92 |
| MARAGOGIPE | 2 | 1,96 |
| CONDILON | 1 | 0,98 |

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 8 apresenta informações sobre os principais problemas enfrentados pelos produtores locais. Dentre os problemas identificados pelos produtores a idade do pomar de café foi pouco relatada como um entrave à produtividade. A falta de chuva com 64,71 % o problema principal relatado pelos produtores, pois a falta de tecnologia de irrigação ao cafezal limita a capacidade produtiva das plantas. Não há entre os produtores, nem qualquer instituição de fomento a agricultura, um posicionamento (para não dizer interesse) quanto busca de novas formas de irrigação para a plantação de café.

Em segundo lugar, coloca-se a colheita fraca com 46,08 %, a qual através dos relatos de muitos tem quase o mesmo significado da falta de chuva; pois é importantíssima uma elevada produção para compensar o alto custo com a mão-de-obra. Esta com 44,12 %, em terceiro lugar, impossibilita que a colheita seja realizada de forma muito onerosa para o produtor pelo ‘alto’ valor da diária exigida pelos agricultores avulsos. Apesar da informalidade do trabalho dos agricultores; ou seja, sem impostos; os donos das unidades produtivas não têm como arcar com os valores necessários para pagar a mão-de-obra.

Tabela 8 - Problemas na produção Apontados pelos Produtores de Café Orgânico na Região da Serra da Meruóca, de Ibiapaba, de Baturité

| PRINCIPAIS PROBLEMAS | Número de Produtores | |
|---------------------------|----------------------|-------------|
| | Absoluto | Porcentagem |
| Falta de chuva | 66 | 64,71 % |
| Colheita fraca | 47 | 46,08 % |
| Falta Mão-de-Obra | 45 | 44,12 % |
| Preço baixo | 23 | 22,55 % |
| Falta de Financiamento | 13 | 12,75 % |
| Pragas (Conchilho, Broca) | 8 | 7,84 % |
| Idade do cafezal | 1 | 0,98 % |

Fonte: Dados da pesquisa

4.2 Conservação Ambiental

Em algumas regiões, o desenvolvimento tecnológico do século passado foi responsável pela utilização intensiva dos recursos naturais renováveis e não renováveis não, contribuindo para intensificação de problemas relacionados ao meio ambiente (PIMENTEL e SOUZA NETO, 2003a). A partir de 1970, a sociedade civil de todo o mundo mostrou-se preocupada com a inter-relação ‘Desenvolvimento Econômico *versus* Preservação Ambiental’. Esta nova preocupação social tem como ponto de vista atual não mais ter que escolher uma coisa e não a outra, mas sim, interpreta o desenvolvimento agrícola e preservação ambiental como uma parceria.

O crescimento econômico tem que priorizar a preservação do meio ambiente para

que se possa considerar um desenvolvimento sustentável, assegurando a diversidade ambiental para futuras gerações. Neste contexto, o consumidor passa exigir a conservação dos recursos naturais das unidades produtoras. Ou seja, os produtores devem ter como exigência externa uma atividade produtiva que preserve o meio ambiente. Os mercados mais exigentes não consomem produtos de regiões que não adotam regras específicas de controle ambiental. Por esta razão, os produtores voltados para o comércio externo precisam adotar procedimentos para preservação do meio ambiente.

De acordo com as informações coletadas por ocasião da pesquisa, os pequenos produtores de café orgânico não demonstram cuidados com a preservação ambiental, ou não tem informações suficientes para que o tenha. A própria cultura do café garante pelas técnicas utilizadas ao seu desenvolvimento que o café preserve a mata nativa; pois, pelo fato de o café só conseguir ter boa colheita se a mata nativa permanecer preservada os agricultores instintivamente mantiveram a mata como sendo a fonte de adubação e de proteção contra a exposição excessiva aos raios de sol.

Externalidades negativas apontadas pelos produtores de café foram apontadas por 71 %. As razões que levaram a tais opiniões são: a seca ou a irregularidades das chuvas (causadas pelas mudanças no clima mundial) e o desmatamento que acaba com a ingazeira, que é a principal arvores que para sombra e adubo natural para o café orgânico.

4.3 Identificação dos Custos Transacionais

A escolha da forma organizacional pode servir de enquadramento para o presente trabalho; tendo como apoio os pressupostos comportamentais (oportunismo e racionalidade limitada) e as dimensões das transações como: especificidades dos ativos, frequência e incerteza.

As bases teóricas que permitem compreender melhor o acontecido com as formas de fechamento de contrato de compra e venda entre os produtores e seus intermediários ou empresas de processamento do café. A estrutura da produção do café deve ser reestruturada pra poder desvencilhar os gargalos e assim poder ter diminuído os custos de transação.

O modelo apresentado por Williamson (1991) *apud* Farina *et al* (1997) se baseia na essência dos argumentos requeridos pela ECT, numa forma reduzida, que tem como principal variável a especificidade dos ativos. Os demais elementos (incerteza e frequência) e dimensões do ambiente institucional (tais como: garantias de direitos de propriedade, disponibilidade de informações, códigos de ética e outras restrições formais e informais) são incorporados à análise do modelo reduzido, representando, numa tentativa de tratamento

integrado das duas principais da pesquisa na NEI, ambiente institucional e instituições de governança. Essas diretrizes teóricas foram seguidas, pelo menos em parte, para a explanação da presente pesquisa. Para determinar e estudar mediante a Economia dos Custos Transacionais, as limitações inerentes ao contrato de compra e venda do café orgânico, entre importadores e os pequenos produtores da Serra de Baurité, Meruóca e Ibiapaba no Estado do Ceará poderemos analisar que não há estrutura jurídica e/ou técnica para dar acessória aos produtores. Também não há qualquer instituição (mesmo as associações, quando existem, não cumprem bem seu papel), para coletar, arquivar, analisar, informações necessárias para criar projetos, conseguir financiamento dentre outros trabalhos.

4.4 Problemas na Comercialização

Para a comercialização temos que a grande maioria dos produtores vendem seus produtos à atravessadores na porta de suas unidades produtivas. A segunda maior queixa dos produtores é quanto às externalidades negativas, ou seja, por mais que os produtores não estejam obtendo vantagens econômicas significativas, não percebem a falta de um ambiente institucional adequado para o desenvolvimento da cadeia produtiva do café para fornecer ao mercado um produto de maior valor agregado.

A comercialização de café produzido pelos pequenos produtores foi apontada por 96 % dos produtores como feita na porta de suas propriedades para atravessadores; e somente uma pequena parte serve para comercialização direta com o consumidor final nos mercados locais. A porcentagem para consumo direto do produto é extremamente pequena. Não há pesquisa de mercado, nem planejamento estratégico, o qual se propõe a responder às três perguntas básicas na economia: “o quê” produzir, “quanto” produzir e a “quem” vender. Não há qualquer controle sobre os custos de produção. O preço de venda é dado por informações recebido pelos produtores no local de venda; ou seja, o produtor conhece o preço do mercado pelas informações dadas pelos outros produtores ou os intermediários. Tal atitude não permite que o possa influenciar no preço do produto. Quando se pode oferecer um produto de maior qualidade o preço do produto aumenta, porem não a ponto de influenciar as mudanças de técnicas de produção. Se o produto fosse planejado para atingir o mercado internacional, onde o preço é maior, as estruturas de produção serão redimensionadas para ter o aproveitamento das oportunidades.

Podemos demarca que custos de transformação são muito grandes, pois não há um manejo para a renovação do pomar acarretando uma enorme parcela ao custo com a mão-de-obra durante a colheita. O manejo com a irrigação não existe, pois a produção está

dependente do regime de chuvas. Isso provoca uma produtividade baixa juntamente com uma qualidade baixa do fruto. Com estas duas características do café das serras no Estado do Ceará o produtor não pode determinar o preço de seu produto. Com a margem de lucro do produtor comprimida entre figura do atravessador e o alto custo da mão-de-obra para atividade.

Tabela 9 - Problemas na Comercialização enfrentados pelos Produtores de Café Orgânico na Região da Serra da Meruóca, de Ibiapaba, de Baturité

| Motivos Alegados pelos Produtores | Respostas | |
|---|-----------|------|
| Vender à atravessadores | 98 | 96 % |
| Externalidades negativa dos fatores externos (alterações, climáticas) | 72 | 71 % |
| Falta de informação sobre MERCADO (Preço, Oferta Demanda) | 18 | 18 % |
| Cumprimento dos Contratos (prazo, preço, acordado) | 13 | 13 % |
| Problemas de escoamento da produção | 4 | 4 % |
| Problemas com a armazenagem do produto | 2 | 2 % |

Fonte: Dados da pesquisa

Os custos de transformação são muito baixos, pois a grande maioria do café é vendido pilado e sem seleção de qualidade para os atravessadores.

Já os custos de transação para pequenos produtores são muito altos; pois não há como os produtores do café orgânico no Estado do Ceará terem as informações que conduziria a formação de preço no mercado interno e externo. Seria necessário estimar o custo da coleta de informações e do custo de manutenção de instituições que iram gerir todo o processo produtivo da cadeia do café orgânico no Estado do Ceará.

Preço médio da saca do café comum comercializado no mercado interno estava no ano de 2008 entre R\$ 177,78 e R\$ 228,00 entre os municípios pesquisados. Porém se o café fosse vendido no mercado internacional com a qualidade de orgânico o preço da mesma saca de café estaria entre R\$ 345,83 e R\$ 443,53. Entretanto não podemos concluir que o ganho seria em média 194,53 %, pois para a transformação do café não certificado para um café certificado como orgânico é necessário um investimento muito intensivo de capital o que acarretaria uma queda no ganho final.

Tabela 10 – Análise dos preços médios de diárias e saca do café orgânico na Região da Serra da Meruóca, de Ibiapaba, de Baturité

| Municípios | DIÁRIA R\$ 1,00 | SACA PILADA de 60 kg R\$ 1,00 | SACA PILADA de 60 kg R\$ 1,00* |
|---------------------|--------------------|----------------------------------|-----------------------------------|
| Ibiapina | 9,89 | 177,78 | 345,83 |
| Guaraciaba do Norte | 13,60 | 197,00 | 383,22 |
| São Benedito | 11,70 | 193,00 | 375,44 |
| Meruóca | 11,20 | 206,00 | 400,73 |
| Aratuba | 11,19 | 183,75 | 357,45 |
| Baturité | 10,00 | 180,00 | 350,15 |
| Guaramiranga | 11,08 | 167,78 | 326,38 |
| Mulungu | 11,13 | 189,68 | 368,98 |
| Pacoti | 13,10 | 228,00 | 443,53 |

Fonte da pesquisa

* valores equivalente em real

cotação da saca em dólar a taxa a 1,94 real para 1(um) dólar

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado a exploração das características que descrevem o ambiente cafeeiro no Estado do Ceará, pode-se atribuir como causa dos custos transacionais a falta da infraestrutura de instituições para fornecer:

- i) assistência técnica aos produtores de café;
- ii) estrutura de comercialização com o propósito de alcançar melhores alternativas de preços;
- iii) crédito para investimentos em tecnologias adequadas ao plantio do café sombreado;
- iv) incentivo a permanência do homem em sua região de origem garantindo assim oferta de mão-de-obra local.

O investimento em instituições de logística, assessoria jurídica, técnica e de crédito poderiam diminuir os custos de transação além de permitir retorno expansão dos tributos e expansão de empregos diretos e indiretos num médio prazo. Em adição contribuiria para formação de reservas adquiridas tanto por meio do comércio interestadual e internacional.

A pouca comunicação entre as instituições provoca carência de informações sobre: quantidade de produtores; nível de tecnologia empregada no cafezal; atividades complementares a serem associadas à cultura do café orgânico oneram ainda mais o custo transacional que existe na referida atividade produtiva.

Algumas sugestões para diminuir o custo de transação da atividade cafeeira no Ceará são:

- I) recenseamento dos produtores de café orgânico do Ceará de forma a gerar informações e trazer vantagens diretas na atividade do café como nas políticas a serem implementadas no futuro;
- II) elaboração e implementação de projeto que permita reestruturar a cadeia produtiva através: da renovação do cafezal; da pesquisa e divulgação de novas técnicas de irrigação para atender as necessidades da cultura do café;
- III) elaboração e implementação de um plano de preço mínimo pra uma saca de qualidade internacional, o que forçaria a uma melhoria na produtividade dos cafezais e retomada do crescimento setor no Estado do Ceará.

BIBLIOGRAFIA

- ALCÂNTARA, S. M. P.. Sol e Sombra: O Café do Maciço de Baturité Numa Perspectiva Ecológica e Socioeconômica. Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Fortaleza – Ceará, 2009.
- ALCHIAN, A & DEMSETZ, H. 'Production, information costs and economic organization', *American Economic Review*, vol. 62, no. 1, pp. 777-95. 1972.
- ALTERIER, Miguel. Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Editora da Universidade do Rio Grande do Sul. Síntese universitária p.54. 1998.
- AZEVEDO, P. F. Nova economia institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. *Revista de Agricultura*. São Paulo, v. 47 (1), 2000.
- AMADEO, E. et all. Natureza e Funcionamento do Mercado de Trabalho Brasileiro desde 1980. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Textos para Discursão nº 353.1994.
- AOKI, M.. “The Cooperative Game Theory of the Firm. New York: Orford University Press, 219p. 1984.
- AOKI, M. Toward an Economic Model of the Japanese Firm. *Journal of Economic Literature*, 28 (March) 1-27. 1990.
- ARROW, K. J. “Moral Hazard”, 1968. In: ARROW, K. J. *The Economics of Information*, Harvard Univ. Press, 1984.
- CALLIARI, Mara Regina Tagliari. Infortúnio no campo – Filhos do agrotóxico. *Proteção*, Porto Alegre, Vol. 02, Fascículo 09, pág. 44 a 46, 1990.
- CASTRO JÚNIOR, Luiz Gonzaga de, REIS, Ricardo Pereira, VIEIRA, Arnaldo Pereira, REIS, Antônio João dos. Mudança Tecnológica da Cafeicultura Mineira sob a Ótica do Mercado de Fatores. *Revista Pesquisa planejamento Econômico*, Rio de Janeiro. V. 26, n. 3. p. 443-456, dez 1996.
- CHABOUSSOU, F. A teoria da Trofobiose. Porto Alegre, Fundação Gaia/ CAE ipê, 20. ed., 1987.
- CHEUG, S. “On the New Institucional Economicis”. In: Cheung, S. et alii. *Contract Economics*, pp.48-75. 1990.
- COASE, R. H. *The Firm, the Market, and the Law*. Chicago, Ill.: University of Chicago Press. 1988.
- COASE, R. H. *The Nature of the Firm*. *Econômica*. s/n. 1937.
- GROSSMAN, S. & HART, O. “The Costs and Benefits of Ownership: a Theory of Vertical and Lateral Integration.” *Journal of Political Economy*, vol. 94, pp. 691-719. 1986.
- BARRADAS, Manoel do Nascimento. Análise da Sustentabilidade Sócio-Ambiental do Assentamento 1º de Setembro visando propor um Modelo de Emancipação - Tauá - Ceará. Fortaleza: UFC/CCA/DEA. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e meio Ambiente - PRODEMA). 193 p. 1999.
- DAROLT, M. R. . Difusão do Sistema de Plantio Direto para pequenos agricultores no Paraná. *Revista Plantio Direto*, v. 1, p. 24-25, 1995.

- DE CUNTO, Marcelo. Produtos Orgânicos. Rev. Comércio Exterior - Informe BB. Brasília. 35a ed. p. 11-19. jun. 2001.
- DEMSETZ, H. "Toward a Theory of Property Rights", *American Economic Review*, 57 (May): 347-59. 1967.
- FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F. de; SAES, M. S. M. Competitividade: Mercado, Estado e Organizações. São Paulo: Singular, 1997.
- FEHIGE C. & WESSEL, U.. "Perspektiv der Analisthchen Philosophie." New York: Walter de Gruyter, 1998.
- FIANI, R. Teoria dos Custos de Transação. In: Kupfer, D.; Hasenclever (org). *Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, p. 267-306. Cap.12. 2002.
- URUBOTN, E. & RICHTER, R.. "The New Institutional Economics: An Assessment", in Furubotn & Richter eds., *The New Institutional Economics*. College Station, Texas: Texas A&M Press, Ch 1. 1994.
- GROSSMAN, S., e HART, O.. "The Costs and Benefits of Ownership: A theory of Vertical and Lateral Integration", *Journal of Political Economy*, 94 (August):691-719. 1986.
- GEIER, Bernward. Desenvolvimento local num mercado global? : O papel da IFOAM e do Movimento Agrobiologista na corrida à globalização. IFOAM. Disponível em <<http://www.ifoam.org/orgragri/mercado-global.html>>. Acessado em : 25.10.08
- HAYEK, F. "The Use of Knowledge in Society", *American Economic Review*, 34 (September):519-30. 1945.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17/12/2008.
- KLEIN, B; CRAWFORD, R. G. & ALCHIAN, A. A.. "Vertical Integration, Appropriable Rents, and the Competitive Contracting Process". *The Journal of Law and Economics*, 21 (October): 297-326. 1978.
- JOSKOW, P. L.. "The New Institutional Economics: Alternative. Approaches", *Journal of Theoretical and Institutional Economics*, 55(1), 248-259. (1995a).
- LAPRANO, A. B. C.. Análise dos Custos Transacionais no Mercado de Melão do Ceará: Estudo de Caso. Dissertação de Mestrado em Economia Rural. Universidade Federal Do Ceará. 2005.
- LUND, V. Research in Organic Farming in the Nordic Countries with Specific Focus on Methodological Problems. In: FIRST SREN WORKSHOP ON RESEARCH METHODOLOGIES IN ORGANIC FARMING. FAO (FOOD AND AGRICULTURE. ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS). Rome, 1999. MAPURUNGA, Lúcia de Fátima. Análise da Sustentabilidade da Agricultura Orgânica: Um Estudo de Caso. Fortaleza: UFC/CCA/DEA (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e meio Ambiente - PRODEMA). 132 p. 2000.
- MAPURUNGA, Lúcia de Fátima. Análise da Sustentabilidade da Agricultura Orgânica: Um Estudo de Caso. Fortaleza: UFC/CCA/DEA (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e meio Ambiente - PRODEMA). 132 p. 2000.
- MARRA, R., MOTA, M. M., LIMA FILHO, J. R. de.. Cadeias Produtivas no Brasil: Análise da competitividade. Brasília: Embrapa Comunicação para transferência de Tecnologia/Embrapa. Secretaria de Administração Estratégica, 409 p. cap 6: 2001.

- MAS-COLELL, A., WHINSTON, M. D. & GRENN, J. *Microeconomic Theory*. New York Oxford University Press, 1995.
- MACNEIL, I. R.. “Contracts: Adjustments of Long-Term Economic Relations Under Classical, Neoclassical, and Relational Contract Law”, *Northwestern University Law Review*, nº 72: 854-906. 1978.
- MOLDAU, J. H. “A model of choice where choice is determined by an ordered set of irreducible criteria”. *Journal of Economic Theory*, Vol 60, nº 2, Aug, pp357-337. 1993.
- MOKYR, J.. *The Lever of Riches: Technological Creativity and Economic Progress*, New York: Oxford University Press, 1990.
- NELSON, R. R. & WINTER, S. G. “An Evolutionary Theory of Economic Change” Harvard University Press. 1982.
- NORTH, D. C.. “Institutions, Institutional Change and Economic Performance”. Cambridge University Press, 152 p. 1990.
- NORTH, D. C.. *Custos de Transação, Instituições e Desempenho Econômico*. Instituto Liberal: 1994.
- OLIVEIRA, J. L. R. de ET all . *Custos de comercialização da Exportação de Cafés Especiais por uma Cooperativa do Sul de Minas Gerais*. *Contabilidade Vista & Revista* v. 16, n. 1 p.31-53, abr. 2005.
- PINDYCK, R. S. *Microeconomia*. 5ª Edição. Massachusetts Institute of Technology. Daniel L. Rubinfeld University of California, Berkeley. 2004
- PIMENTEL, C. R. M.; SOUZA NETO, J. de. *Perfil Técnico-econômico dos Perímetros Irrigados das Bacias do Curu e Baixo Acaraú*. Fortaleza: EMBRAPA, 2003.
- PIMENTEL, C. R. M.; SOUZA NETO, J. de. *Perfil Técnico-econômico dos Perímetros Irrigados das Bacias do Curu e Baixo Acaraú*. Fortaleza: EMBRAPA, 2003a.
- _____. *Aspectos Econômicos dos Perímetros Irrigados: Curu-Paraipaba, Curu-Recuperação, Araras Norte e Baixo Acaraú*. Fortaleza: EMBRAPA, 2003b.
- PRIMAVESI, Ana. *Agro ecologia: Ecosfera, Tecnosfera e Agricultura*. . Livraria Nobel S. A. São Paulo. 1997.
- ROHDE, Geraldo Mario. *Mudanças de paradigma e desenvolvimento sustentado*. In: *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. CAVALCANTI, C. (org). São Paulo, Cortez, 2003.
- ROMER, P.. “Preferences, Promises and the Politics of Entitlement. University of California at Berkeley, Dec a944, mimeo, p 52. 1994.
- SALES, Ronaldo de Oliveira. *Produção Orgânica de Frutas*. Fortaleza: Frutal, 2000. 149p.
- SEN, “The Formulation of Rational Choice”. *American Economic Review*, Vol. 84, nº 2 May. pp. 385-390. 1994.
- SERGIANY, L. S. *Nível tecnológico e fatores de decisão para adoção de tecnologia na cultura do caju no Estado do Ceará*. Dissertação de Mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil. 2008.
- SEVERINO, L. S. & OLIVEIRA, T. S. de. *Café Sombreado no Maciço de Baturité* Fortaleza: Os autores, 57p. 2000.
- SILVA, J. F. *Fazendas orgânicas no Brasil*. 1999. USD A Foreign Agriculturas Service apud VIEIRA, R. de C. M. T. et al. *Cadeias Produtivas no Brasil: Análise da Competitividade*.

- Brasília: EMBRAPA, 2001.
- SPEIDEL, R.. “Article 2 and Relational Sales Contracts”. Loyola Los Angeles Laws Review, 26, April-1993, pp. 78-810. 1993.
- SUTTON, J.. Sunk Cost and Market Structure, The MIT Press, 577 p. 1992.
- WILLIAMSON, O. E. Market and Hierarquies: Analysis and Antitrust Implications. New York: Free Press. 1996.
- WILLIAMSON, O. E. Market and Hierarquies: Analysis and Antitrust Implications. New York: Free Press. 1993c:1-6).
- WILLIAMSON, O. “The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets, Relational Contracting”. The Free Press, New York, 1985.
- WILLIAMSON, O.. Comparative Economic Organization: The Analysis of Discrete Structural Alternatives. Administrative Science Quarterly, 36 (June): 269-296. 1991.
- ZYLBERSZTAJN, D. Papel dos Contratos na Coordenação Agro-industrial: Um Olhar Além dos Mercados. XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo. 2005.

Sítios pesquisados

AHK - CÂMARA BRASIL ALEMANHA -

http://www.ahk.org.br/organicbrasil/pdf/releases_PDF/Biofach_PortalIG_25_02_05_3.pdf

BIOFACH. Expansão do Mercado Orgânico. Disponível em
<<http://www.biofach.de/d/austellerinfo.html>>. Acessado em: 30.10.08.

BIOFACH. Expansão do Mercado Orgânico. Disponível em
<<http://www.biofach.de/d/austellerinfo.html>>. Acessado em: 30.10.08.

FAO - FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION

<http://www.fao.org/docrep/003/X6089E/x6089e04.htm> acessado em 13/11/08.

IFOAM - International Federation of Organic Agriculture Movements. Disponível em:
http://www.ifoam.org/accredit/acb_list010802.pdf. Acessado em 21.11.2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17/12/2008.

Global Agriculture Information Network. Disponível em:

<<http://www.fes.usda.gov/http/organics/atache.htm>>. Acessado em: 25/11/08.

MDIC - Disponível em:

<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=1¬icia=6306>

SILVA, J. F. Fazendas orgânicas no Brasil. 1999. USD A Fôreign Agriculturas Service Global Agriculture Information Network. Disponível em:

<<http://www.fes.usda.gov/http/organics/atache.htm>>. Acessado em: 25/11/08.

APÊNDICE

Questionário Produtor

Questionário – Associação dos Produtores

Identificação

Data: ____ / ____ / ____

INFORMAÇÕES GERAIS

Produção de Café

Associação: _____

Município: _____

Presidente: _____

Região: _____

Número de membros da Família: _____

Número de membros da Família que trabalham com o cultivo do café: _____

Número de pessoas que trabalham com o café orgânico e que não são da Família?

Produção de café orgânico

Trabalha com outra cultura que não o café? SIM () NÃO ()

Sabe o que é orgânico? SIM () NÃO ()

* Produz café deste:

* 2001:____ 2002:____ 2003:____ 2004:____ 2005:____ 2006:____ 2007:____

* Número de colheitas de café orgânico por ano: ____ * Quantidade colhida por colheita: ____

Meses da colheita do café orgânico: ____

* Área total do estabelecimento: ____ has * Área plantada de café orgânico: ____ has

* Variedades de café orgânico produzidas: _____

* Tempo de duração da vida útil da estrutura montada para a produção de café orgânico: ____

* A produção de café orgânico é realizada: () individualmente () em grupo com outros produtores

() em parceria com a associação. Qual(is)?

() em parceria com os intermediários

() em parceria com agroindústrias. Qual(is)?

() Outra forma. (Especificar)

Número de produtores do Serra de Baturité () Serra de Ibiapaba ()

Número de Produtores associados à Associação: _____

Quantidade produzida de café orgânico (kg):

2001: ____ 2002: ____ 2003: ____ 2004: ____ 2005: ____ 2006: ____ 2007: ____

Custos da produção para o café orgânico:

| Despesas da Produção | | Valores R\$ | | | | | | |
|-----------------------------|------------|-------------|------|------|------|------|------|------|
| Itens | Quantidade | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| Despesas da Comercialização | | Valores R\$ | | | | | | |
| Itens | Quantidade | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |

Principais problemas enfrentados pelo produtor de café orgânico.

Problemas da comercialização

- () Falta de informações sobre o mercado (preço, oferta e demanda)
- () Percibilidade do produto
- () Problemas de escoamento da produção
- () Cumprimento dos Contrato (prazo, preço, acordado)
- () Externalidades negativa do fatores externos (alterações, climáticas, pragas)
- () Outros, Qual(is)?

Comercialização de Café Orgânico

Destino da produção de café orgânico (%)

Associação: _____ Intermediário: _____ Agroindústria _____ Consumo: _____ Outros: _____

Qual(is)? _____

Mercado consumidor da Produção de Café Orgânico (%)

Mercado Interno: _____ Mercado Externo: _____

ASSOCIAÇÃO

Contrato

* Existe contrato formal escrito? SIM () NÃO ()

Período de validade do contrato: _____

É possível renovar o contrato? SIM () NÃO ()

É possível ajustar cláusulas do contrato? SIM () NÃO ()

O contrato prevê garantias ou recompensas? SIM () NÃO () Qual(is)? _____

Quem arca com os prejuízos? () Produtor () Associação () Ambos () Outros. Quem?

É comum a modificação no preço pré-fixado no contrato? SIM () NÃO ().

É freqüente o rompimento de contrato? SIM () NÃO ()

Existe(m) mecanismo(s) de ressarcimento? SIM () NÃO () Qual(is)? _____

*** Produtor x Associação**

Em que momento é estabelecida a relação entre produtor rural de café orgânico e associação?

() Aquisição de insumos () Plantio () Colheita () Comercialização

Contribuição da Associação na produção de café orgânico:

Assistência () Técnica Sementes/Mudas () Adubos()

() Irrigação () Recursos financeiros () Transporte

() Tratamento pós-colheita () Outras, Qual(is)?

Como avalia o contrato estabelecido com a associação?

() Excelente () Bom () Razoável () Ruim

Deseja manter contrato com a associação? () Sim () Não

Por

Que? _____

Motivos que levaram o produtor a estabelecer relação comercial com a associação:

() Facilidade de ampliar a Produção e inserir nova tecnologia

() Garantia de capital e orientação técnica

() Introdução dos riscos () Mercado assegurado

() Incerteza na aquisição e aplicação de insumos

() Garantia de melhores preços

() Insatisfação com os preços pagos pelos intermediários

() Insatisfação com os preços pagos pela agroindústria

() Escassez de infra-estrutura na comercialização

() Outros. Qual(is)?

Atribuições do produtor rural de café orgânico

Atribuições da associação:

Principais incertezas do planejamento da produção de café orgânico:

Preço do café orgânico comercializado (R\$/Kg):

Através da Associação: 2001 ___ 2002:___ 2003:___ 2004:___ 2005:___ 2006:___
2007:___

Através dos Intermediário: 2001: __ 2002: __ 2003: __ 2004: __ 2005: __ 2006: __ 2007: __

Através da Agroindústria: 2001: __ 2002: __ 2003: __ 2004 :__ 2005: __ 2006: __ 2007: __

Receita obtida com a venda da produção de café orgânico (R\$):

Através da Associação: 2001: __ 2002: __ 2003: __ 2004: __ 2005: __ 2006: __ 2007: __

Através dos Intermediário: 2001: __ 2002: __ 2003: __ 2004: __ 2005: __ 2006: __ 2007: __

Através da Agroindústria: 2001: __ 2002: __ 2003: __ 2004: __ 2005: __ 2006: __ 2007: __

Principais problemas enfrentados pelo produtor na comercialização de café orgânico:

Especificidade dos ativos/incerteza

Tempo médio para retorno do investimento em café orgânico:

É possível utilizar a estrutura montada para a produção de café orgânico para a produção de outras

culturas? () Sim . () Não

Qual(is)?: _____

Principais vantagens da relação entre produtor e associação:

Principais desvantagens da relação entre produtor e associação:

Existe diferença de custos quando há parceria com a associação? () Não () Sim. Por quê?

Como considera os preços pagos pela associação?

() Excelente () Bom () Razoável () Ruim

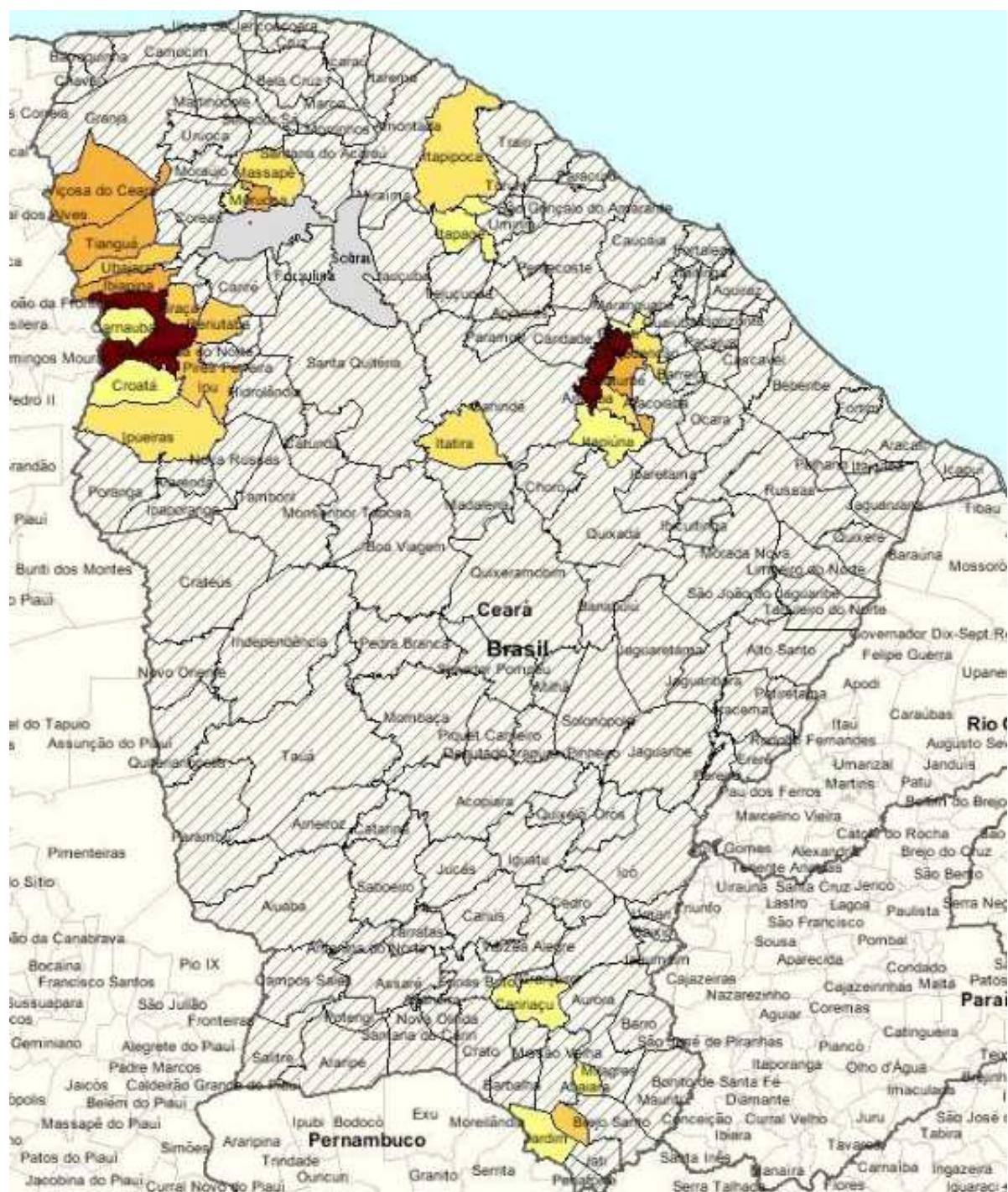
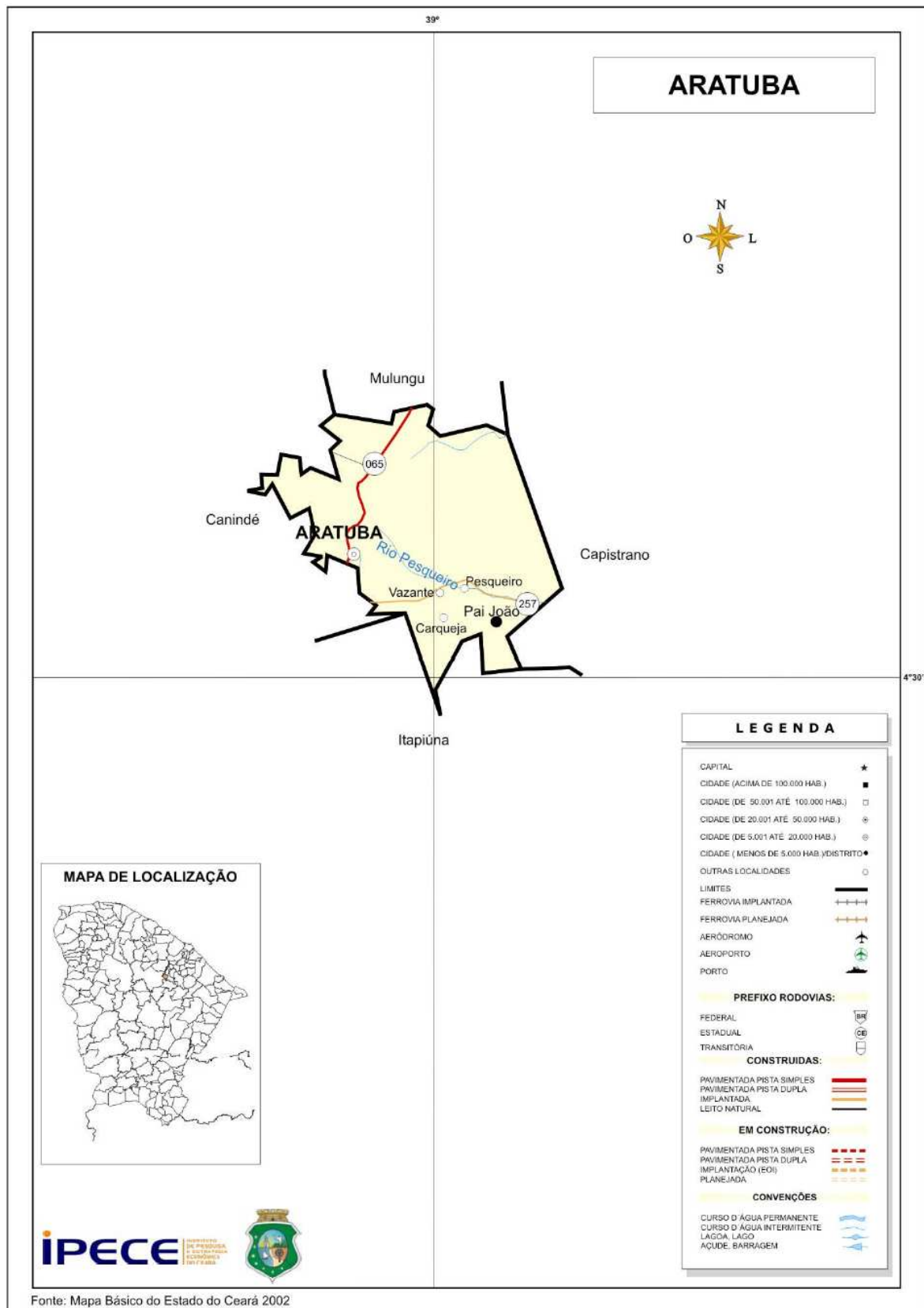


Figura 1 A. Cartograma da produção de café no Estado do Ceará no ano de 2006
Fonte: IBGE / Sidra

Cria do pelo autor com dados do sistema Sidra.

PERFIL BÁSICO DO MUNICÍPIO

Mapa de Localização do Município de ARATUBA



Fonte: IPECE

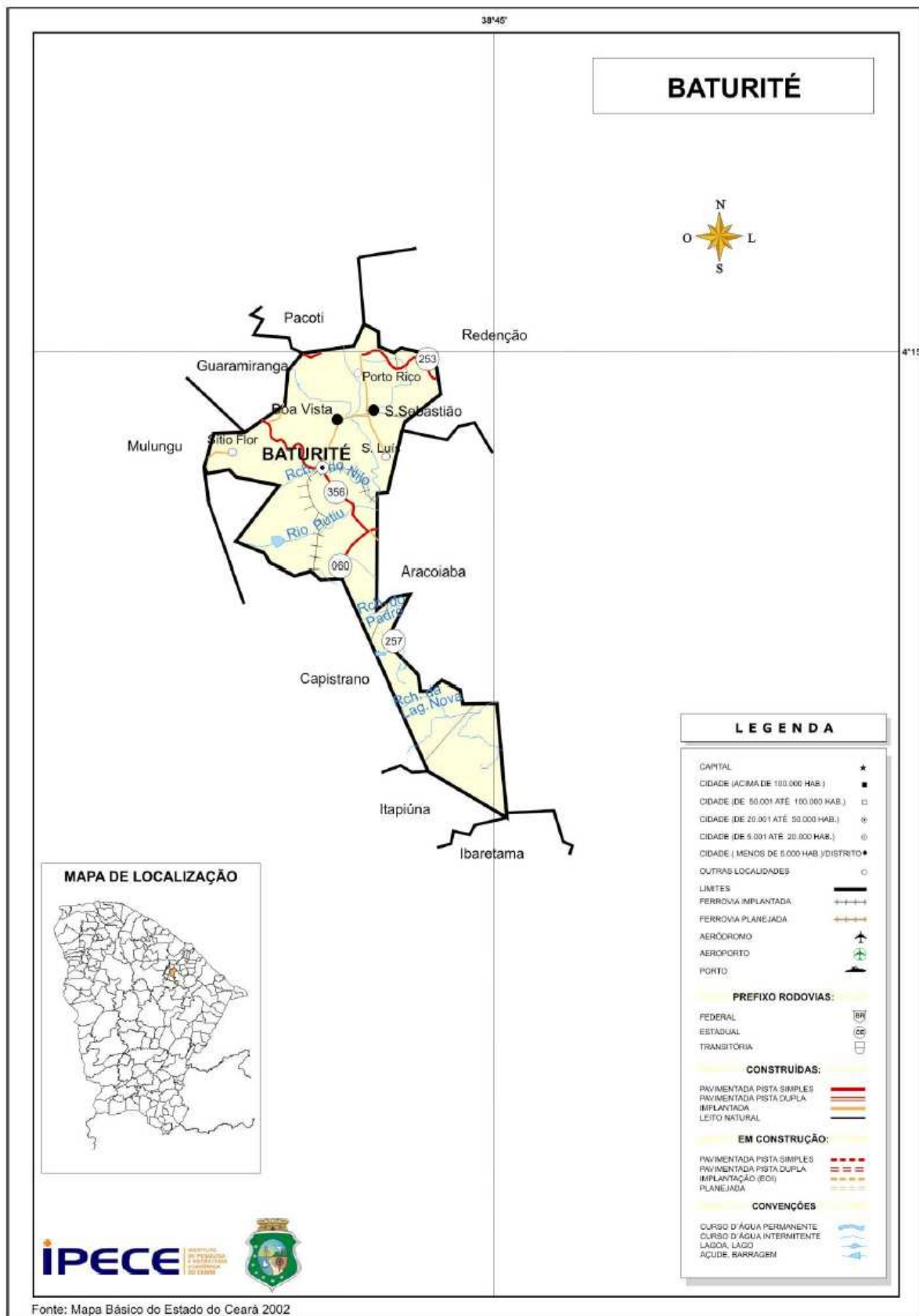
Coletado pelo autor.

Aratuba

O município de Aratuba, criado em 1890, é situado na Serra de Baturité. Tem coordenada geográfica de: latitude - 4° 18' 20" e longitude - 39° 02' 42". Acesso pelas CE - 060 e CE - 065. Altitude 830 m. Área absoluta de 142.54 Km². Média pluviométrica anual de 1753,1 mm. Temperatura média 24° a 26°. Distanto da capital cearense 114 km, e de linha reta 98 km. Acesso pelas CE - 060 e CE - 065. Altitude 830 m. Área absoluta de 142.54 Km². A população total estimada em 2000 era de 1.2359 habitantes, sendo que 17,45%, ou seja, 2.157 residentes na zona urbana, e 10.202 na zona rural equivalendo a 82,55%. Possui 2(dois) distritos: Aratuba e Pai João. Os pontos limítrofes da cidade são: ao norte pela cidade de Mulungu; a leste pela cidade de Capistrano; ao sul pelas cidades de Canidé, Itapiúna e Capistrano; a oeste pela cidade de Canidé.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Municipal do Ceará/IPECE-2005.

Mapa de Localização do Município de Baturité



Fonte: IPECE

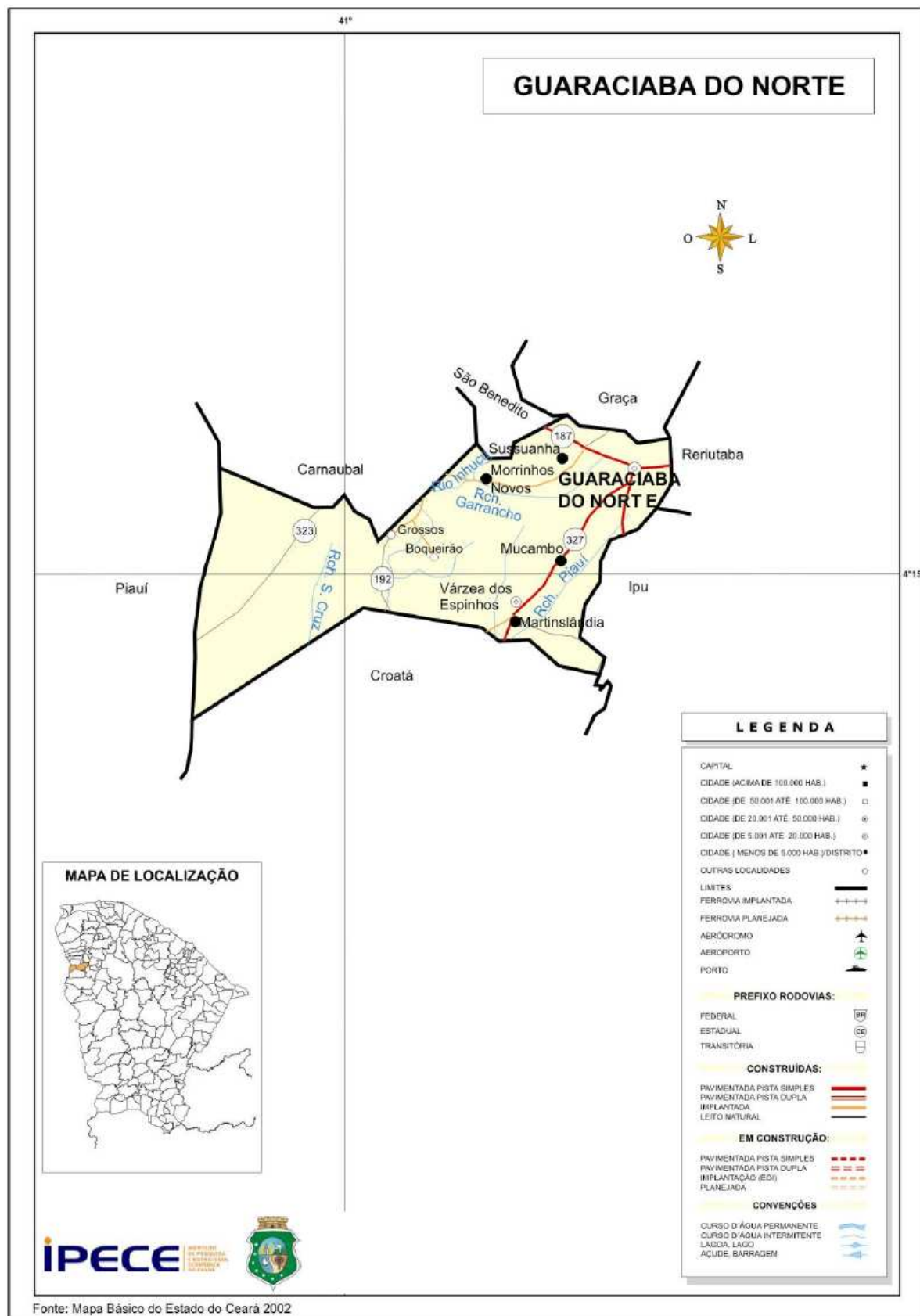
Coletado pelo autor.

Baturité

O município de Baturité, criado em 1763, é situado na Serra de mesmo nome. Tem coordenada geográfica de: latitude - 4 ° 19' 43" e longitude - 38° 53' 05". Distanto da capital cearense 114 km, e de linha reta 79 km. Acesso pelas CE - 060 e CE - 065. Altitude 171,20 m. Área absoluta de 308,78 Km². Média pluviométrica anual de 1089,7 mm. Temperatura média 26° a 28°. A população total estimada em 2000 era de 29861 habitantes, sendo que 69,81%, ou seja, 20.846 residentes na zona urbana, e 9.015 na zona rural equivalendo a 30,19%. Possui 3(três) distritos: Baturité, Boa Vista e São Sebastião. Os pontos limítrofes da cidade são: ao norte pelas cidades de Redenção, Pacoti e Guaramiranga; a leste pelas cidades de Aracoiába e Redenção; ao sul pelas cidades de Capistrano, Itapiúna e Itabarema; a oeste pelas cidades de Guaramiranga, Mulungu e Capistrano.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Municipal do Ceará/IPECE-2005.

Mapa de Localização do Município de GUARACIABA DO NORTE



Fonte: IPECE

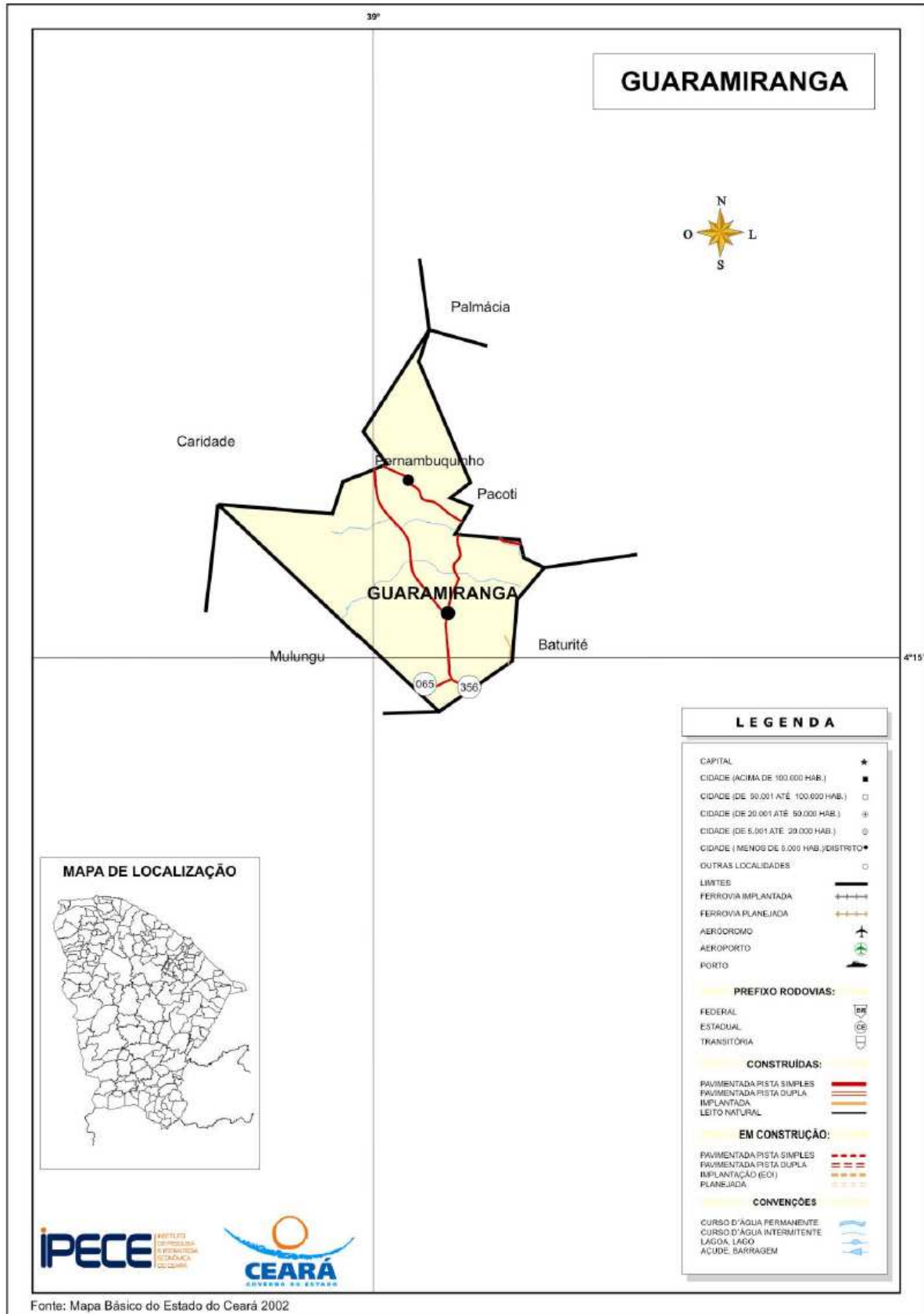
Coletado pelo autor.

Guaraciaba do Norte

O município de Guaraciaba do Norte, criado em 1791, é situado na Serra de Ibiapaba. Tem coordenada geográfica de: latitude - 4° 10' 01" e longitude - 40° 44' 51". Distando da capital cearense 257 km, e de linha reta 220 km. Acesso pela CE - 222. Altitude 902,40 m. Área absoluta de 611,46 Km². Temperatura média 24° a 26°. Média pluviométrica anual de 1.273 mm. A população total estimada em 2000 era de 35037 habitantes, sendo que 42,32%, ou seja, 14826 residentes na zona urbana, e 20211 na zona rural equivalendo a 57,68%. Possui 6(seis) distritos: Guaraciaba do Norte, Martinlândia, Morrinhos Novos, Mucambo, Sussuarana e Várzea dos Espinhos. Os pontos limítrofes da cidade são: ao norte pelas cidades de Graça, São Benedito e Carnaubal; a leste pelas cidades de Ipu e Reriutaba; ao sul pelas cidades de Croata e Ipu; a oeste pelas cidades de Carnaubal, Estado do Piauí e Croata.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Municipal do Ceará/IPECE-2005.

Mapa de Localização do Município de GUARAMIRANGA



Fonte: IPECE

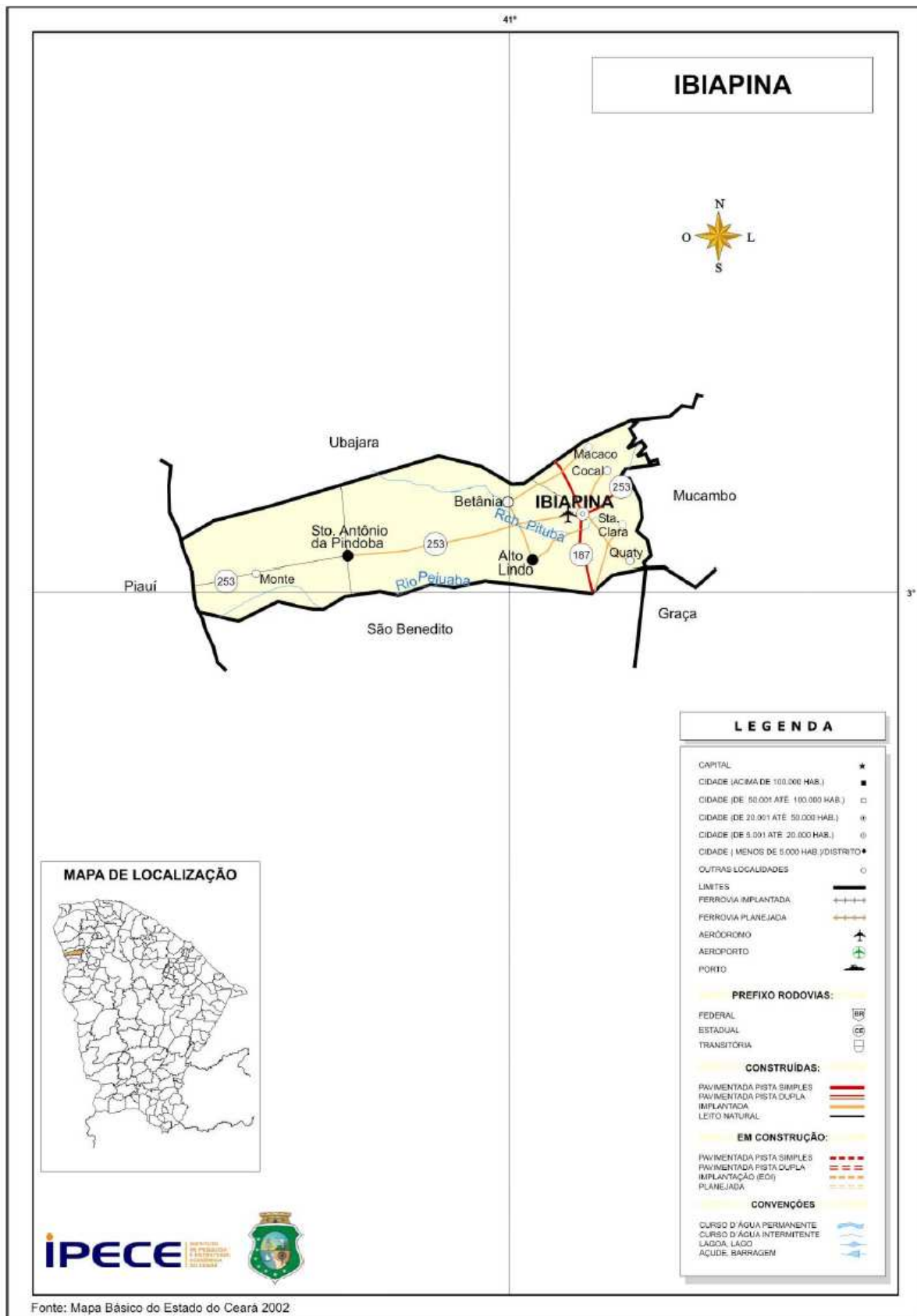
Coletado pelo autor.

Guaramiranga

O município de Guaramiranga, criado em 1890, é situado na Serra de Baturité. Tem coordenada geográfica de: latitude - 4° 15' 48" e longitude - 38° 55' 59". Distando da capital cearense 120 km, e de linha reta 76 km. Acesso pelas CE - 060 e CE - 065. Altitude 902,40 m. Área absoluta de 59,47 Km². Temperatura média 24° a 26°. Média pluviométrica anual de 1.737,5 mm. A população total estimada em 2000 era de 5714 habitantes, sendo que 40,78%, ou seja, 2.330 residentes na zona urbana, e 3.384 na zona rural equivalendo a 59,22%. Possui 2(dois) distritos: Guaramiranga e Pernambuco. Os pontos limítrofes da cidade são: ao norte pelas cidades de Pacoti, Palmácia e Caridade; a leste pelas cidades de Baturité e Pacuti; ao sul pelas cidades de Mulungu e Baturité; a oeste pelas cidades de Caridade e Mulungu.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Municipal do Ceará/IPECE-2005.

Mapa de Localização do Município de IBIAPINA



Fonte: IPECE

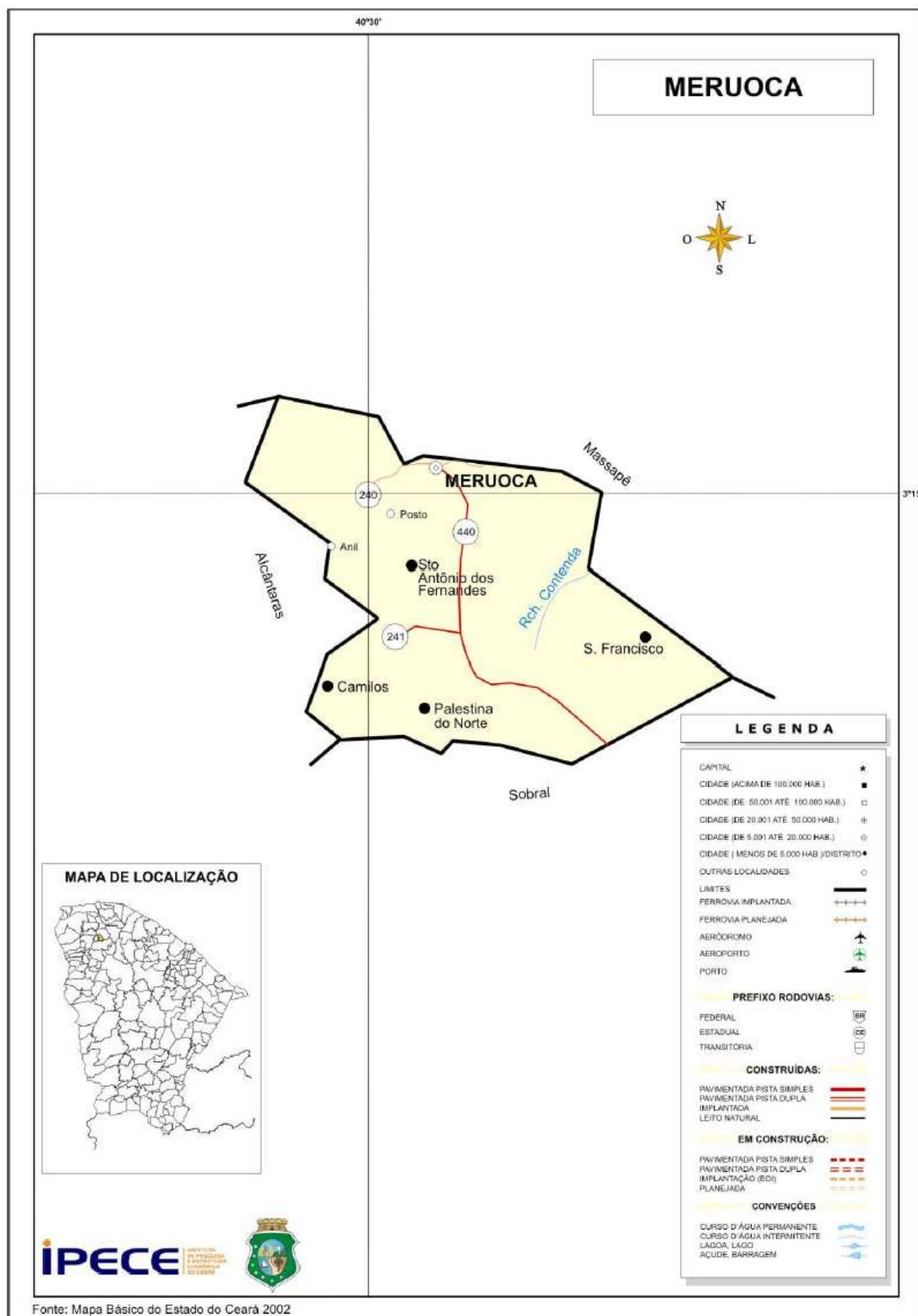
Coletado pelo autor.

Ibiapina

O município de Ibiapina, criado em 1878, é situado na Serra de Beturité. Tem coordenada geográfica de: latitude - 3° 55' 24" e longitude - 40° 53' 32". Distando da capital cearense 269 km, e de linha reta 240 km. Acesso pela CE - 222. Altitude 878,42 m. Área absoluta de 414,90 Km². Temperatura média 24° a 26°. Média pluviométrica anual de 1.273 mm. A população total estimada em 2006 era de 22157 habitantes, sendo que 37,15%, ou seja, 8.231 residentes na zona urbana, e 13926 na zona rural equivalendo a 62,85%. Possui 4(quatro) distritos: Ibiapina; Alto Lido; Betânia e Santo Antônio da Pindoba. Os pontos limítrofes da cidade são: ao norte pela cidade de Ubajara; a leste pelas cidades de Graça, Mombaça e Ubajara; ao sul pela cidade de São Benedito; a oeste pelas cidades de Ubajara, Estado do Piauí e São Benedito.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Municipal do Ceará/IPECE-2005.

Mapa de Localização do Município da Meruóca



Fonte: IPECE

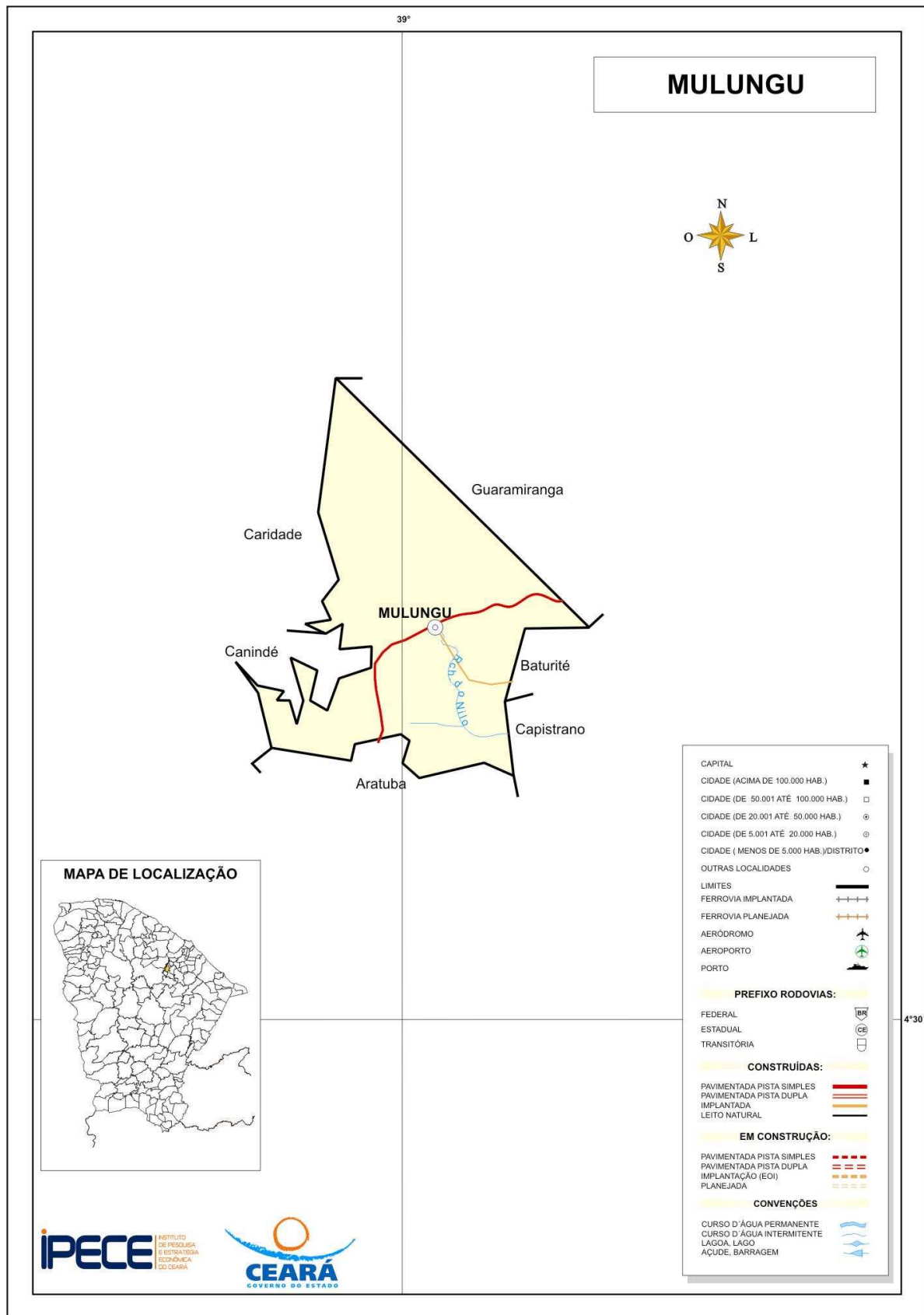
Coletado pelo autor.

Meruóca

O município da Meruóca, criado em 1885, é situado na Serra da Meruóca. Tem coordenada geográfica de: latitude - 3° 32' 30" e longitude - 40° 27' 18". Distanto da capital cearense 244km, e de linha reta 221 km. Acesso pela CE - 222. Altitude 670 m. Área absoluta de 144,94 Km². Temperatura média 24° a 26°. Média pluviométrica anual de 1.627 mm. A população total estimada em 2000 era de 8.897 habitantes, sendo que 41,76%, ou seja, 3.715 residentes na zona urbana, e 5.182 na zona rural equivalendo a 58,24%. Possui nenhum distrito. Os pontos limítrofes da cidade são: ao norte pela cidade de Massapê; a leste pela cidade de Alcântaras; ao sul pela cidade de Sobral; a oeste pela cidade de Capistrano.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Municipal do Ceará/IPECE-2005.

Mapa de Localização do Município de MULUNGU



Fonte: IPECE

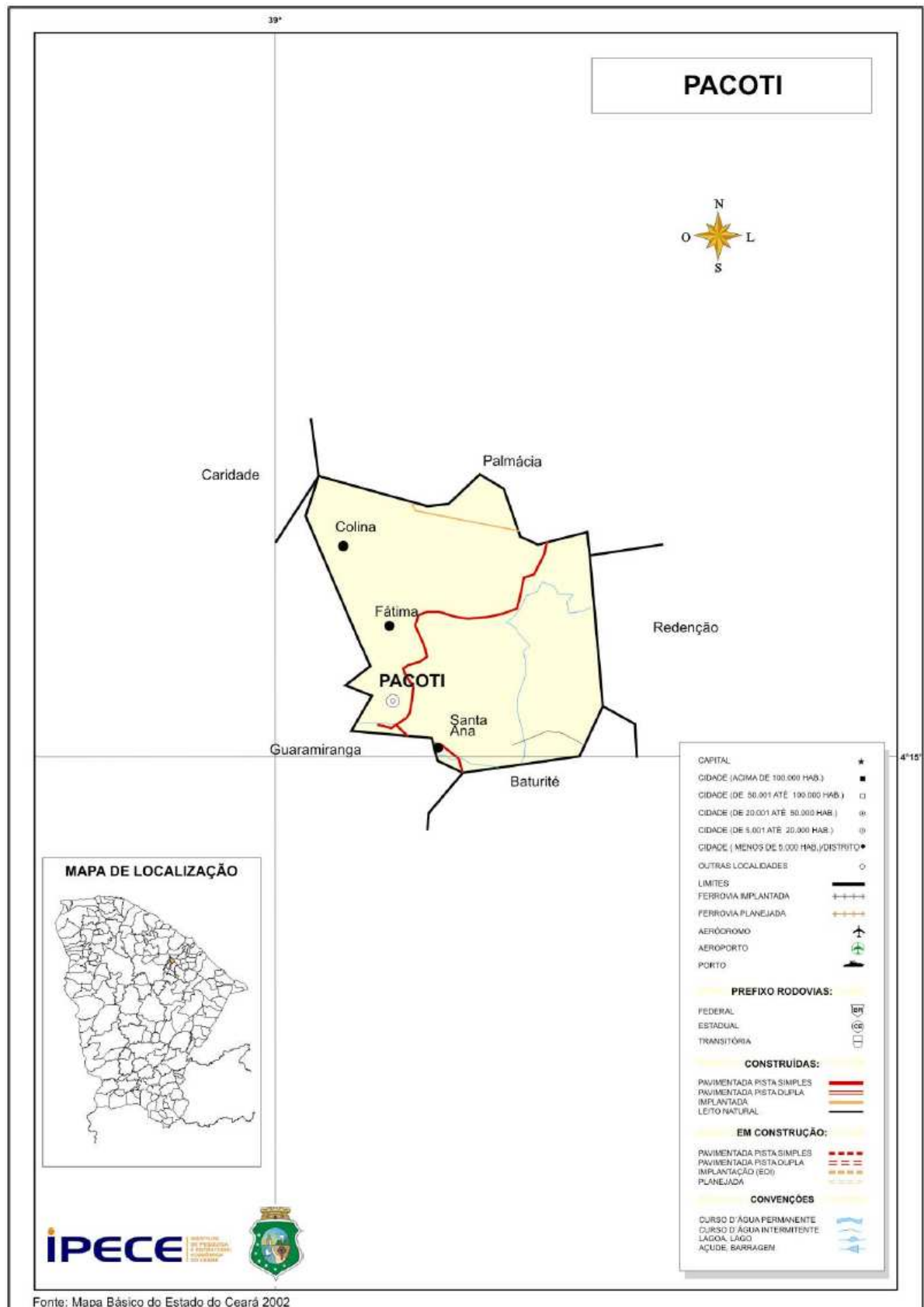
Coletado pelo autor.

Mulungu

O município de Mulungu, criado em 1890, é situado na Serra de Baturité. Tem coordenada geográfica de: latitude - 4° 18' 20" e longitude - 38° 59' 47". Distando da capital cearense 257 km, e de linha reta 79 km. Acesso pelas CE - 060 e CE - 065. Altitude 902,40 m. Área absoluta de 611,46 Km². Temperatura média 26° a 28°. Média pluviométrica anual de 1.119,5 mm. A população total estimada em 2005 era de 9.325 habitantes, sendo que 41,76 %, ou seja, 3.894 residentes na zona urbana, e 5.431 na zona rural equivalendo a 58,24 %. Contém 6(seis) distritos: Guaraciaba do Norte, Martinlândia, Morrinhos Novos, Mucambo, Sussuarana e Várzea dos Espinhos. Os pontos limítrofes da cidade são: ao norte pelas cidades de Guaramiranga e Caridade; a leste pelas cidades de Capistrano e Baturité; e ao sul pelas cidades de Caridade, Canidé e Aratuba

Fonte: Plano de Desenvolvimento Municipal do Ceará/IPECE-2005.

Mapa de Localização do Município de PACOTI



Fonte: IPECE

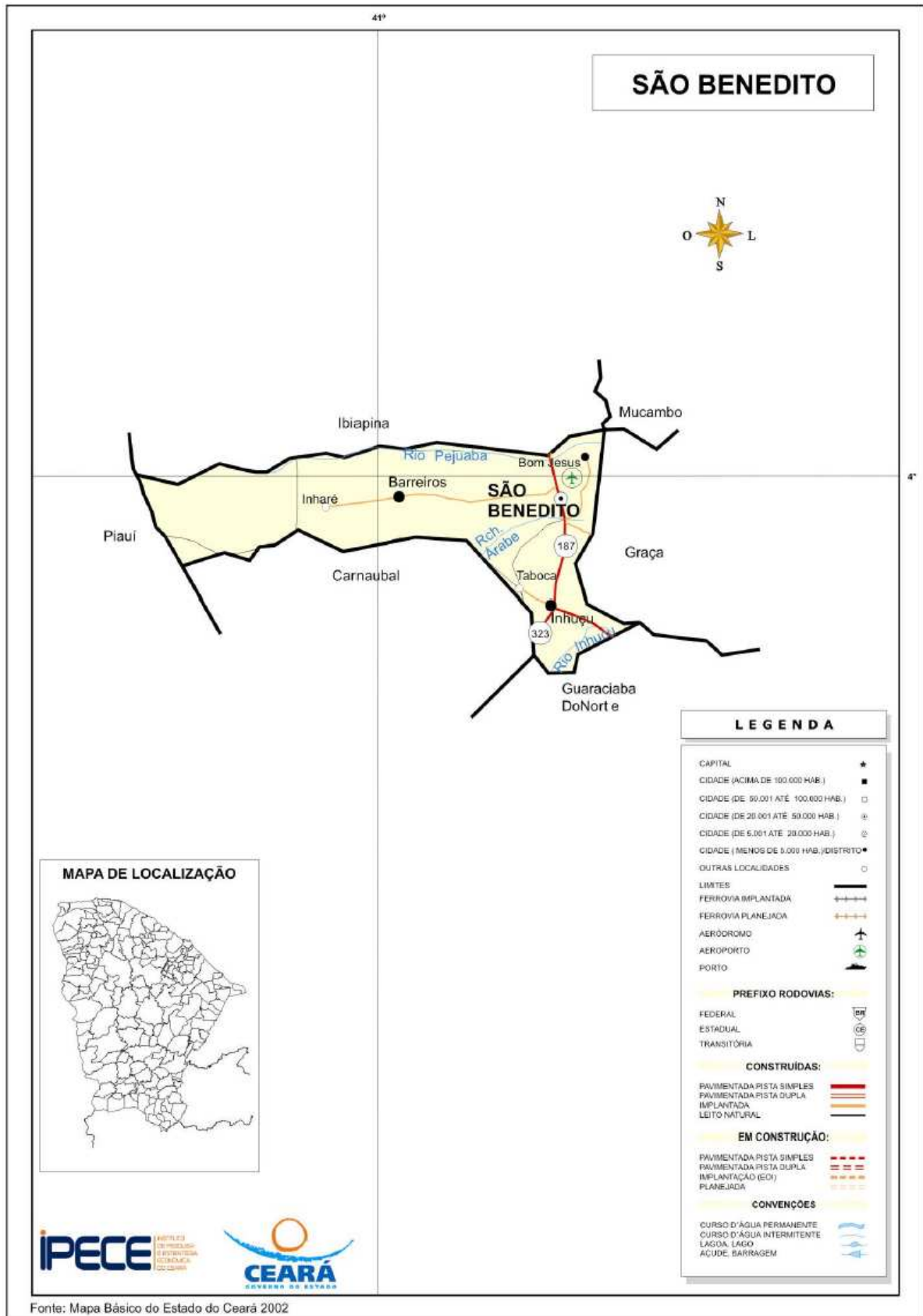
Coletado pelo autor.

Pacoti

O município de Pacoti, criado em 1890, é situado na Serra de Baturité. Tem coordenada geográfica de: latitude - 4° 13' 30" e longitude - 38° 55' 24". Distanto da capital cearense 114km, e de linha reta 72 km. Acesso pelas CE - 060 e CE - 065. Altitude 1558,1 m. Área absoluta de 111,95 Km². Temperatura média 24° a 26°. Média pluviométrica anual de 1.558,1 mm. A população total estimada em 2000 era de 10929 habitantes, sendo que 34,85%, ou seja, 3.809 residentes na zona urbana, e 7120 na zona rural equivalendo a 65,15%. Possui 4(quatro) distritos: Pacoti, Colina, Fátima e Santa Ana. Os pontos limítrofes da cidade são: ao norte pela cidade de Palmácia; a leste pelas cidades de Baturité, Redenção e Palmácia; e ao sul pelas cidades de Guaramiranga e Baturité; e a oeste pelas cidades de Caridade e Guaramiranga.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Municipal do Ceará/IPECE-2005.

Mapa de Localização do Município de SÃO BENEDITO



Fonte: IPECE

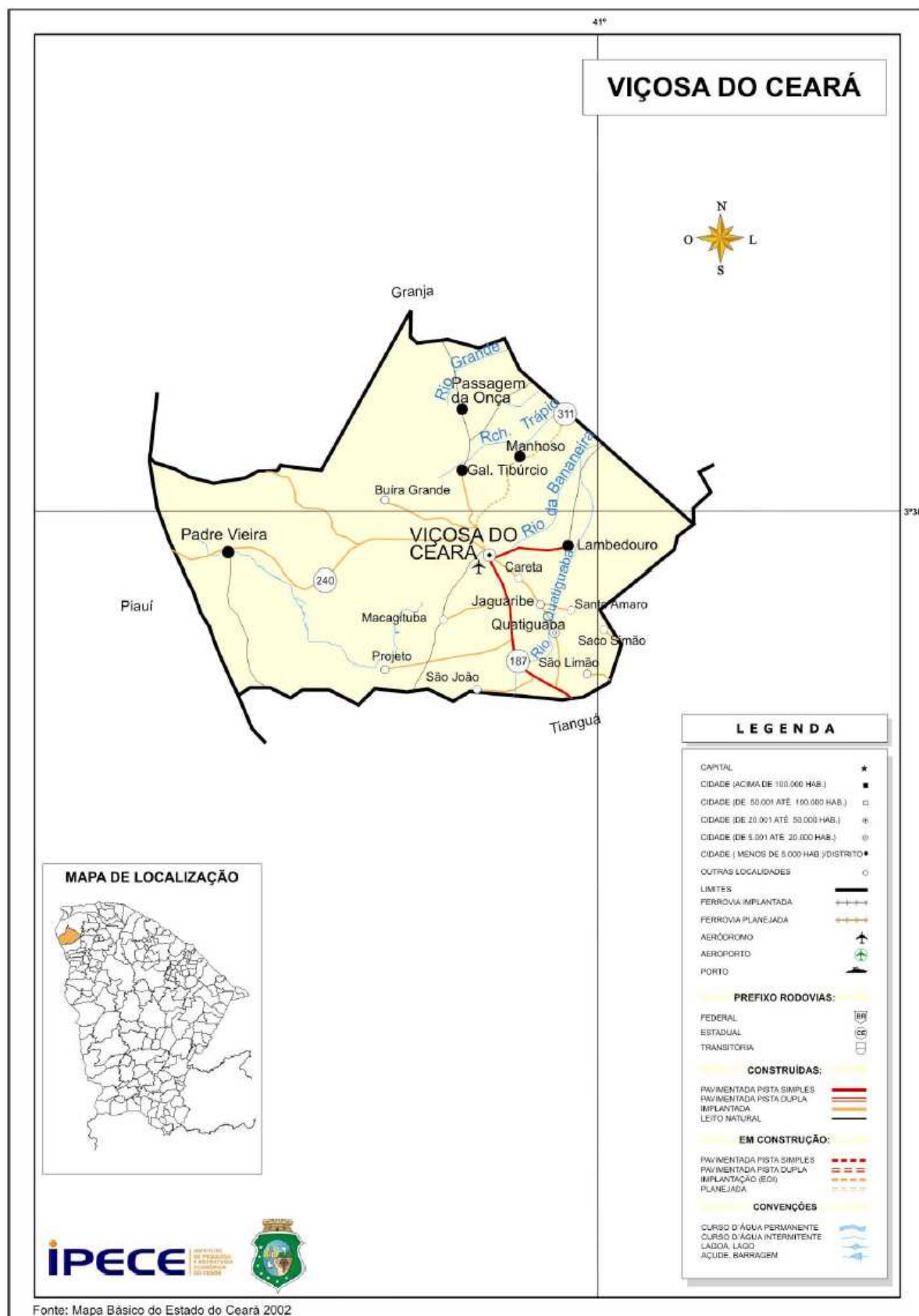
Coletado pelo autor.

São Benedito

O município de São Benedito, criado em 1872, é situado na Serra de Ibiapaba. Tem coordenada geográfica de: latitude - 4° 02' 55" e longitude - 40° 51' 54". Distanto da capital cearense 320 km, e de linha reta 269 km. Acesso pelas CE - 222. Altitude 910,64 m. Área absoluta de 33,14 Km². Temperatura média 22° a 24°. Média pluviométrica anual de 1.934,7 mm. A população total estimada em 2000 era de 39.894 habitantes, sendo que 52,56%, ou seja, 20.970 residentes na zona urbana, e 18.924 na zona rural equivalendo a 47,44%. Possui 3(três) distritos: São Benedito, Barreiro e Inhuçu. Os pontos limítrofes da cidade são: ao norte pelas cidades de Mucambo e Ibiapina; a leste pela cidade de Graça; e ao sul pelas cidades de Carnaubal e Guaraciaba do Norte; e a oeste pelo Estado do Piauí.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Municipal do Ceará/IPECE-2005.

Mapa de Localização do Município de VIÇOSA DO CEARÁ



Fonte: IPECE

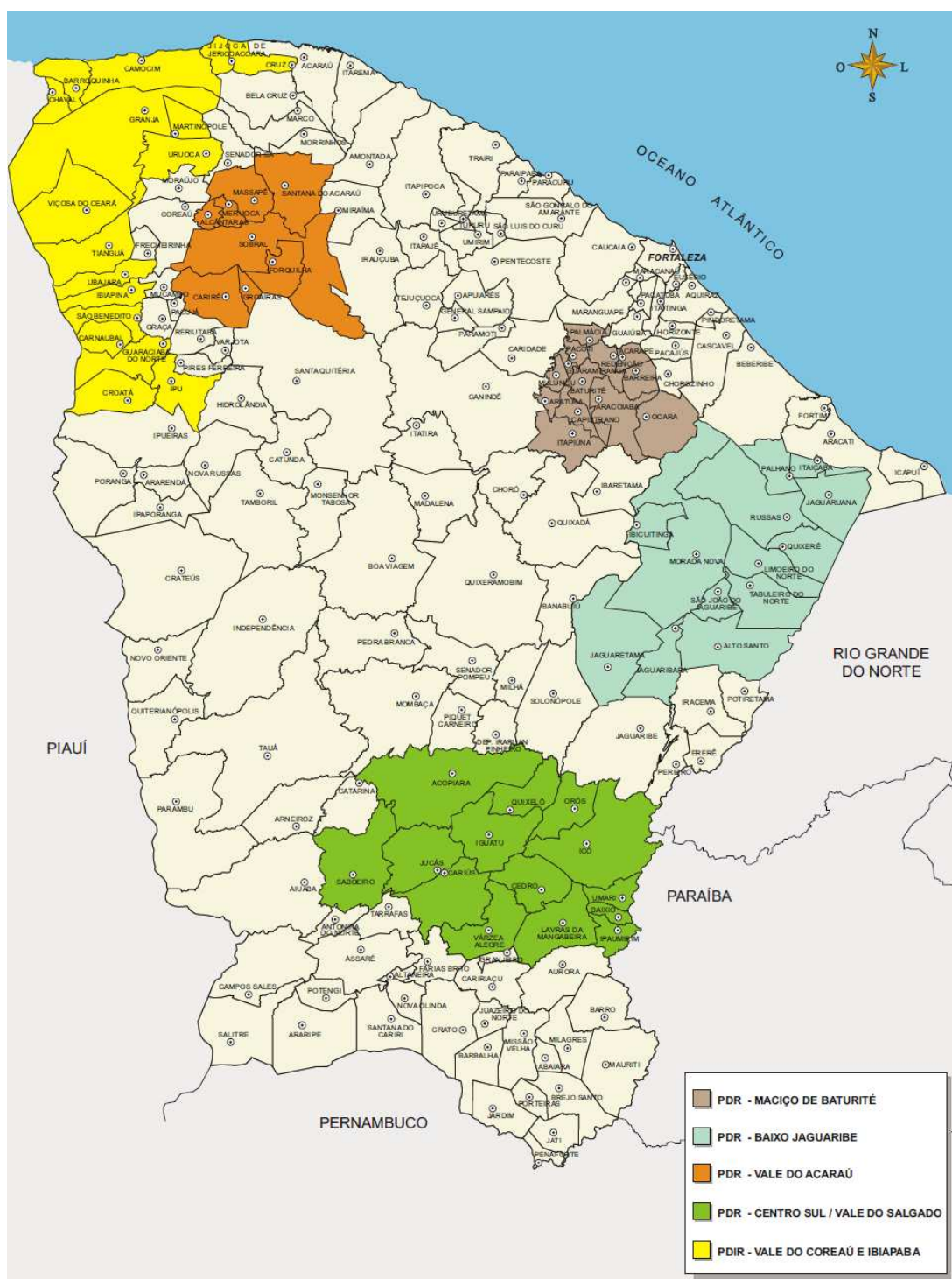
Coletado pelo autor.

Viçosa do Ceará

O município de Viçosa do Ceará, criado em 1758, é situado na Serra de Ibiapaba. Tem coordenada geográfica de: latitude - 3° 33' 44" e longitude - 41° 05' 32". Distando da capital cearense 327 km, e de linha reta 295 km. Acesso pelas CE - 222. Altitude 685 m. Área absoluta de 1311,59 Km². Temperatura média 22° a 24°. Média pluviométrica anual de 1.349 mm. A população total estimada em 2000 era de 45.427 habitantes, sendo que 31,87%, ou seja, 14.478 residentes na zona urbana, e 30.949 na zona rural equivalendo a 68,13%. Contém 7(sete) distritos: Viçosa do Ceará, General Tibúrcio, Lambedouro, Manhoso, Padre Vieira, Passagem da Onça e Quatiquaba. Os pontos limítrofes da cidade são: ao norte pela cidade de Granja; a leste pelas cidades de Tianguá e Granja; e ao sul pela cidade de Tianguá; e a oeste pelas cidades de Carnaubal, Estado do Piauí e Croata.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Municipal do Ceará/IPECE-2005.

ANEXO



Mapa das Macrorregiões de Planejamento do Estado do Ceará de 2008.

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional

A figura mostra o perfil de planejamento por regiões do Estado. Reunidas por características físico-econômicas.

Coletado pelo autor.

Os impactos dos Modelos Analíticos na teoria

Modelo Reduzido

Através de ferramentas estatísticas e matemáticas e estatísticas com a finalidade de identificar a forma organizacional mais eficiente podemos que demonstrar a os fundamentos da ECT. Será ilustrado o modelo de WILLIAMSON (1991 apud FARINA *et al.* 1997), o qual apresenta os pressupostos da NEI, em sua essência analítica reduzida, na qual a variável principal é a especificidade dos ativos. As dimensões das transações são determinantes na escolha da forma organizacional. Nesse caso, frequência e incerteza são incorporadas à análise por mais de uma visão estática comparativa, representando parâmetros de deslocamento das funções da forma analítica reduzida do modelo. A frequência; as garantias de direito de propriedade; a disponibilidade de informações; os códigos de ética e a incerteza são elementos do ambiente institucional podemos tirar.

As contribuições das correntes do ambiente institucional podem ser percebidas através dos parâmetros de deslocamento das funções, os quais são somados, representando o efeito de uma mudança institucional sobre os custos de transação. Obtendo assim, várias formas organizacionais. Testes empíricos foram realizados pela ECT através desse modelo reduzido.

Cada forma de organização há uma função de custo de transação apresentada. Todas apresentam como parâmetros a especificidade dos ativos, considerada variável mais importante no modelo reduzido, e um vetor de parâmetros de deslocamento em cada função. Neste vetor, incluem-se as dimensões restantes, frequência e incerteza, que compõem o ambiente institucional, assim como a garantia dos direitos de propriedade.

As respectivas funções que representam os custos transacionais nos elementos organizacionais são as formas mercado, híbrida e hierárquica, representadas por:

$M(\alpha, \beta);$

$X(\alpha, \beta);$

$H(\alpha, \beta).$

Onde:

α = especificidade dos ativos;

β = vetor de parâmetro de deslocamento.

De acordo com as conclusões acerca da eficiência relativa das estruturas de

governança para diferentes níveis de especificidade dos ativos, impõem-se algumas restrições às funções. O mercado produz adaptações mais eficazes quando as especificidades dos ativos são negligenciáveis ou inexistentes. Então:

$$M(\alpha, \beta) < X(\alpha, \beta) < H(\alpha, \beta);$$

$$\beta \in \mathbb{R}^n,$$

Onde:

n = número de parâmetros de deslocamento.

Assim, para um nível de especificidade nula, o mercado é sempre mais eficiente do que a hierarquia e a forma híbrida. Dado um aumento nas especificidades dos ativos, aumenta-se a dependência bilateral, refletindo sobre a necessidade de controle. Assim:

$$M_{\alpha}' > X_{\alpha}' > H_{\alpha}' > 0, \text{ sendo estas as derivadas da função com relação a } \alpha.$$

As derivadas são positivas, pois a especificidade dos ativos origina uma dependência bilateral, a qual amplia os custos de transação, mantendo-se constante a estrutura de governança. Desta forma, é viável a elaboração de um gráfico, como o demonstrado na Figura 4, que explique os custos de transação variando em função das especificidades dos ativos, mantido constante o vetor β de parâmetros de deslocamento.

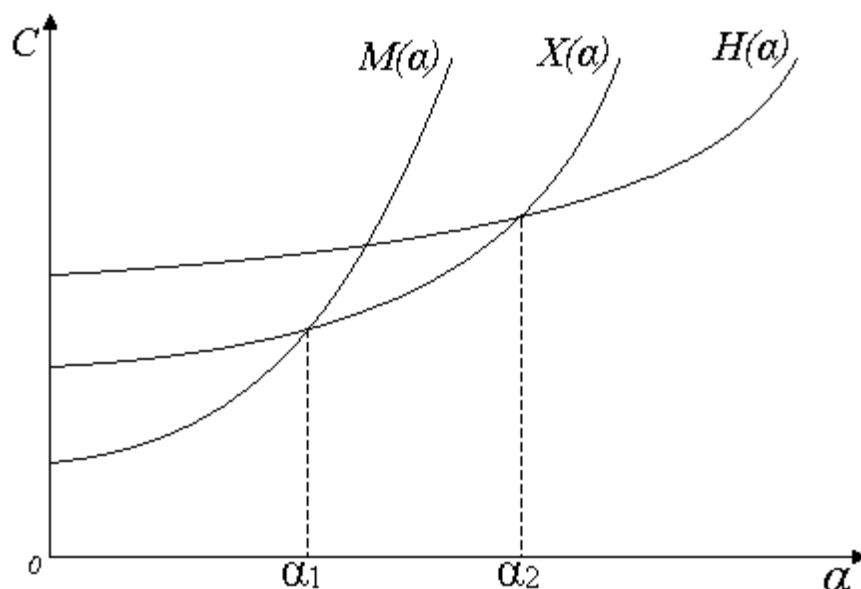


Figura 4 – Especificidade dos Ativos e Estruturas de Governança

Fonte: Farina E. *et al.*, 1997

No nível de especificidade α_1 , os agentes são indiferentes na escolha entre as formas organizacionais de mercado e híbrida. No nível de especificidade α_2 , os agentes são

indiferentes na escolha entre as formas organizacionais híbridas e hierárquicas. Dessa maneira, é possível traçar uma curva-envelope³³ (semelhante à curva de custos médios de longo prazo) que associe a especificidade dos ativos de custos de transação, dada a escolha ótima da estrutura de governança. Se não houver nenhum tipo de impedimento, por parte dos agentes, à adoção da forma organizacional que minimize seus custos, o ponto escolhido estará sempre sobre a curva-envelope. Dada a especificidade α^* , a forma organizacional escolhida deve ser:

mercado, se $\alpha^* < \alpha_1$;

forma híbrida, se $\alpha_1 < \alpha^* < \alpha_2$;

hierarquia, se $\alpha^* > \alpha_2$.

A indiferença entre as formas organizacionais pode ser verificada pelo intervalo entre os pontos α_1 e α_2 , de modo que somente é seguro prever que uma forma organizacional deve ser adotada quando a especificidade de ativos se afastar significativamente destes pontos. Essa proposição se embasa no pressuposto de racionalidade limitada, que impede aos agentes a explícita distinção entre especificidades muito próximas.

A híbrida, entendida como uma forma organizacional na ordenação entre as formas extremas de mercado e hierárquica, consiste no tratamento de qualquer forma contratual; uma estrutura de governança que pode ser representada por uma proporção entre controle e incentivo. O intercepto da função de custos de transação que se relaciona a essa estrutura de governança será maior quanto maior a proporção controle/incentivo, assim como a inclinação da função será maior quanto menor a proporção. Tendo a ordenação de contratos como matematicamente contínua; ou seja, cada ponto da curva-envelope harmoniza-se com uma forma organizacional diferente.

Mudanças nos parâmetros de deslocamento afetam, de modo diferenciado, cada estrutura de governança.

Para que o autor chegasse aos resultados que chegou. No entanto, à medida que a comparação entre instituições evoluiu dessa versão simples para comparações de diferentes contratos de longo prazo ou diferentes arranjos burocráticos pertinentes a uma mesma empresa, essa definição de Coase se mostrou insuficiente. Era necessária uma definição que não se restringisse apenas um mecanismo de coordenação, o qual abrangesse a análise de

³³ Para maiores aprofundamento há a necessidade de uma matemática mais elaborada. Para maiores detalhes ver FERGUSON (1987).

qualquer forma organizacional, sendo o mercado um caso particular. A chave para se chegar a essa definição mais abrangente foi reconhecer que a firma é um complexo de contratos – e, portanto, transações – que também apresentam custos de funcionamento. De fato, basta observar os gastos internos em uma firma destinados ao controle e monitoramento das atividades de seus funcionários para se verificar a relevância dos custos de transação internos a essa firma. O salário de supervisores, cartões de ponto e auditorias são alguns exemplos que mostram a preocupação da firma – e que se traduzem em custo econômico – com a adequada execução de seus contratos internos.

Apesar de a versão genérica ser completa e intuitiva, não resolve o problema principal que é como identificar e mensurar os custos de transação. Para ficar mais claro temo que: os custos de transação são apresentados nessa definição, custos de transação são todos os custos não diretamente relacionados à transformação tecnológica do produto.

Dentro dos Custos de Transação temos: primeiro, além dos custos de se coletar informações, na qual se encontra a assimetria de informações e a seleção adversa; segundo, a capacidade de processamento das informações coletadas é limitada; Terceiro, é necessário que as informações coletadas possa ser utilizadas nas instâncias adequadas como competentes para a resolução de eventuais disputas contratuais. De outro lado, também os custos de negociação e estabelecimento de um contrato, apesar de relevantes, não esgotam os custos relativos a uma relação contratual. Uma vez estabelecido um contrato, dada a sua inerente incompletude, a sua execução também implicará custos de transação.

Modelo Completo

Tecnologia da Produção Comum

Este modelo apresenta uma versão levemente modificada da forma reduzida, numa situação de tecnologia de produção comum, incorporando os tratamentos das formas híbridas de WILLIAMSON (1991). Adota-se como pressuposto simplificador que a função de produção é considerada a mesma, independente da forma organizacional.

As estruturas de governança não se diferenciam em termos tecnológicos, ou seja, são equações de receita e de custos de transformação: $R = R(Q)$; $C = C(Q, \alpha, d)$.

Onde: $C_Q > 0$; $C_\alpha < 0$; $C_{Q\alpha} < 0$; $C_{ad} < 0$; $C_{Qd} < 0$.

Sendo:

Q = quantidade produzida;

α = especificidade dos ativos;

d = parâmetro de deslocamento cujo maior valor implica redução dos custos de transação.

A especificidade dos ativos é disponível a um custo constante φ .

Então, a função do lucro é: $\pi^*(Q, \alpha, d) = R(Q) - C(Q, \alpha, d) - \varphi\alpha$

Essa é uma função côncava, sendo satisfeita a condição de segunda ordem. As variáveis de decisão Q^* e α^* que proporcionam o lucro máximo são determinadas pela condição de primeira ordem:

$$\pi^*_Q(Q, \alpha, d) = R_Q - C_Q = 0$$

$$\pi^*_\alpha(Q, \alpha, d) = (-)C_\alpha - \varphi = 0$$

Receita marginal deve se igualar ao custo marginal. Sendo o impacto da especificidade dos ativos sobre a redução de custos (benefício marginal derivado do aumento da especificidade de ativos) devem se igualar ao custo marginal da especificidade, assim, os custos de transação são inexistentes ou negligenciáveis. Os custos de transação se diferenciam de acordo com a estrutura de governança. Utilizando os sobrescritos m , x e h para mercado, forma híbrida e hierarquia:

$$G^m = V^m(\alpha);$$

$$G^x = \lambda^x + V^x(\alpha);$$

$$G^h = \lambda^h + V^h(\alpha).$$

Onde:

$$\beta^h > \beta^x > 0;$$

$$V^m_\alpha > V^x_\alpha > V^h_\alpha > 0.$$

Estas equações representam o *trade-off* da ECT, onde, na inexistência de especificidade de ativos, o mercado se mostra mais eficiente. À medida que a especificidade aumenta, o mercado apresenta mais custos.

As funções de lucro são:

$$\pi^m(Q, \alpha, d) = R(Q) - C(Q, \alpha, d) - \varphi\alpha - V^m(\alpha);$$

$$\pi^x(Q, \alpha, d) = R(Q) - C(Q, \alpha, d) - \varphi\alpha - \beta^x + V^x(\alpha);$$

$$\pi^h(Q, \alpha, d) = R(Q) - C(Q, \alpha, d) - \varphi\alpha - \beta^h + V^h(\alpha).$$

No mercado, o lucro máximo se dá quando:

$$\pi^m_Q = R_Q - C_Q = 0;$$

$$\pi^m_\alpha = (-)C_\alpha - \varphi - V^m_\alpha = 0.$$

O produto ótimo, dada a especificidade de ativos, é dado pela igualdade entre custo e receita marginais. O nível ótimo de especificidade de ativos é dado pelos custos de governança e o componente de custos de transformação que depende da especificidade. As condições de primeira ordem na forma híbrida e na hierarquia são:

$$\pi^*_Q = R_Q - C_Q = 0;$$

$$\pi^*_\alpha = (-)C_\alpha - \varphi - V^x_\alpha = 0;$$

$$\pi^h_Q = R_Q - C_Q = 0;$$

$$\pi^h_\alpha = (-)C_\alpha - \varphi - V^h_\alpha = 0.$$

As condições para nível ótimo de produção, dada a especificidade de ativos, são as mesmas de economia sem custos de transação. O nível ótimo da especificidade de ativos é distinto para cada forma de organização, diferido pela derivada parcial do custo de governança com relação à especificidade de ativos.

As equações de primeira ordem relativas ao produto ótimo são as mesmas, independentemente da forma organizacional adotada. Então, pode-se representá-las como a curva, $\pi_Q = 0$.

As demais condições de primeira ordem são representadas por $\pi^i_\alpha = 0$, para $i = m, x$ ou h . As diferenças verticais entre cada uma das funções são V^i_α e R_Q , indicando que a sensibilidade dos custos de transação em relação à especificidade dos ativos define qual é a melhor combinação de nível de produto e especificidade que proporcionam à firma o lucro máximo. O lucro máximo é dado pelo ponto de intersecção das condições de primeira ordem de cada forma organizacional ($\pi_Q = 0$ e $\pi^i_\alpha = 0$).

Este modelo completo apresenta o mesmo resultado do modelo simples na forma reduzida, obtendo a ligação direta entre nível de especificidade de ativos e escolha de formas organizacionais que privilegiem o controle em detrimento da estrutura de incentivos. O nível ótimo de produto para a forma hierárquica é, “*ceteris paribus*”, maior do que de formas com

uma estrutura de incentivos mais fortes.

A forma organizacional, a especificidade de ativos e o nível de produto são as escolhas da firma, que objetiva o seu máximo lucro. Desta maneira se processa a escolha das variáveis: especificidades de ativos, produto e forma organizacional.

Este modelo apresenta uma versão levemente modificada da forma reduzida, numa situação de tecnologia de produção comum, incorporando os tratamentos das formas híbridas de WILLIAMSON (1991). Adota-se como pressuposto simplificador que a função de produção é considerada a mesma, independente da forma organizacional.

As estruturas de governança não se diferenciam em termos tecnológicos, ou seja, são equações de receita e de custos de transformação: $R = R(Q)$; $C = C(Q, \alpha, d)$.

Onde: $C_Q > 0$; $C_\alpha < 0$; $C_{Q\alpha} < 0$; $C_{ad} < 0$; $C_{Qd} < 0$. Sendo: Q = quantidade produzida;

α = especificidade dos ativos;

d = parâmetro de deslocamento cujo maior valor implica redução dos custos de transação.

A especificidade dos ativos é disponível a um custo constante φ . Então, a função do lucro é: $\pi^*(Q, \alpha, d) = R(Q) - C(Q, \alpha, d) - \varphi\alpha$

Essa é uma função côncava sendo satisfeita a condição de segunda ordem. As variáveis de decisão Q^* e α^* que proporcionam o lucro máximo são determinadas pela condição de primeira ordem:

$$\Pi^*(Q, \alpha, d) = R_Q - C_Q = 0$$

$$\pi^*_\alpha(Q, \alpha, d) = (-)C_\alpha - \varphi = 0$$

Receita marginal deve se igualar ao custo marginal. Sendo o impacto da especificidade dos ativos sobre a redução de custos (benefício marginal derivado do aumento da especificidade de ativos) devem se igualar ao custo marginal da especificidade, assim, os custos de transação são inexistentes ou negligenciáveis. Os custos de transação se diferenciam de acordo com a estrutura de governança. Utilizando os sobrescritos m, x e h para mercado, forma híbrida e hierarquia:

$$G^m = V^m(\alpha);$$

$$G^x = \lambda^x + V^x(\alpha);$$

$$G^h = \lambda^h + V^h(\alpha).$$

Onde:

$$\beta^h > \beta^x > 0;$$

$$V_\alpha^m > V_\alpha^x > V_\alpha^h > 0.$$

Estas equações representam o “*trade-off*” da ECT, onde, na inexistência de especificidade de ativos, o mercado se mostra mais eficiente. À medida que a especificidade aumenta, o mercado apresenta mais custos.

As funções de lucro são:

$$\pi^m(Q, \alpha, d) = R(Q) - C(Q, \alpha, d) - \varphi\alpha - V^m(\alpha);$$

$$\pi^x(Q, \alpha, d) = R(Q) - C(Q, \alpha, d) - \varphi\alpha - \beta^x + V^x(\alpha);$$

$$\pi^h(Q, \alpha, d) = R(Q) - C(Q, \alpha, d) - \varphi\alpha - \beta^h + V^h(\alpha).$$

No mercado, o lucro máximo se dá quando:

$$\pi_Q^m = R_Q - C_Q = 0;$$

$$\pi_\alpha^m = (-)C_\alpha - \varphi - V_\alpha^m = 0.$$

O produto ótimo, dada a especificidade de ativos, é dado pela igualdade entre custo e receita marginais. O nível ótimo de especificidade de ativos é dado pelos custos de governança e o componente de custos de transformação que depende da especificidade. As condições de primeira ordem na forma híbrida e na hierarquia são:

$$\pi_Q^x = R_Q - C_Q = 0;$$

$$\pi_\alpha^x = (-)C_\alpha - \varphi - V_\alpha^x = 0;$$

$$\pi_Q^h = R_Q - C_Q = 0;$$

$$\pi_\alpha^h = (-)C_\alpha - \varphi - V_\alpha^h = 0.$$

As condições para nível ótimo de produção, dada a especificidade de ativos, são as mesmas de economia sem custos de transação. O nível ótimo da especificidade de ativos é distinto para cada forma de organização, diferido pela derivada parcial do custo de governança com relação à especificidade de ativos.

As equações de primeira ordem relativas ao produto ótimo são as mesmas, independentemente da forma organizacional adotada. Então, pode-se representá-las como a curva, $\pi_Q = 0$.

As demais condições de primeira ordem são representadas por $\pi_\alpha^i = 0$, para $i = m, x$ ou h . As diferenças verticais entre cada uma das funções são V_α^i , indicando que a

sensibilidade dos custos de transação em relação à especificidade dos ativos define qual é a melhor combinação de nível de produto e especificidade que proporcionam à firma o lucro máximo. O lucro máximo é dado pelo ponto de intersecção das condições de primeira ordem de cada forma organizacional ($\pi_Q = 0$ e $\pi_\alpha = 0$).

Este modelo completo apresenta o mesmo resultado do modelo simples na forma reduzida, obtendo a ligação direta entre nível de especificidade de ativos e escolha de formas organizacionais que privilegiem o controle em detrimento da estrutura de incentivos. O nível ótimo de produto para a forma hierárquica é, “*ceteris paribus*”, maior do que de formas com uma estrutura de incentivos mais fortes.

A forma organizacional, a especificidade de ativos e o nível de produto são as escolhas da firma, que objetiva o seu máximo lucro. Desta maneira se processa a escolha das variáveis: especificidades de ativos, produto e forma organizacional.

Tecnologia de Produção Distinta

Dada uma tecnologia da produção variável para cada forma organizacional, então o resultado obtido liga a forma escolhida ao nível de produto à de especificidade de ativos, é reforçado. Os custos de cada forma são:

$$C^m = C(Q, \alpha, d) + W^m(Q, \alpha) Q;$$

$$C^x = C(Q, \alpha, d) + W^x(Q, \alpha) Q;$$

$$C^h = C(Q, \alpha, d) + W^h(Q, \alpha) Q.$$

Onde:

W^i = diferencial de custo unitário de transformação para cada forma organizacional, sendo variável de acordo com o nível de produto e especificidade de ativos.

Tem-se que:

$$W^h_Q < W^x_Q < W^m_Q;$$

$$W^h_\alpha < W^x_\alpha < W^m_\alpha.$$

As formas de tecnologias com maior controle são não são tão prejudicadas à medida que aumentam os níveis de produto e de especificidade. Porém as economias de escalas são mais facilmente exploradas, os custos são, para esta, de menores proporções. Logo, os custos de todas as firmas se aproximam assintoticamente à medida que crescem Q e α . A diferença entre eles tende a zero. Se a especificidade e ou o nível de produto tenderem

ao infinito, não há razão para se distinguir os custos de transformação de variadas formas organizacionais, uma vez que as economias de escala e escopo poderia ser plenamente exploradas por quaisquer dessas formas. O modelo indica que é mais provável encontrar formas organizacionais fortes em controle (integração vertical) quando forem altos os níveis de produto e de especificidade de ativos.

O relaxamento dessa hipótese faz com que as formas organizacionais com incentivos fortes, como o mercado, por exemplo, sejam mais beneficiadas por apresentarem custos de transformação inferiores.

O modelo associa a escolha por integração vertical à ocorrência de:

- especificidade de ativos;
- grandes economias de custos de transformação, estes são por sua vez, decorrentes da especificidade de ativos;
- economias de escala pequenas ou negligenciáveis; baixos custos de governança fixos (φ).

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)